



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

MICHELINE MARIA DA CONCEIÇÃO FRANÇA GONÇALVES

**ESTUDO DE CASOS DE AGROINDÚSTRIA DA
AGRICULTURA FAMILIAR EM PERNAMBUCO.**

**Recife
2014**

MICHELINE MARIA DA CONCEIÇÃO FRANÇA GONÇALVES

**ESTUDO DE CASOS DE AGROINDÚSTRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM
PERNAMBUCO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Tales Wanderley Vital

**Recife
2014**

Ficha catalográfica

G635e Gonçalves, Micheline Maria da Conceição França
 Estudo de casos de agroindústria da agricultura
 familiar em Pernambuco / Micheline Maria da Conceição
 França Gonçalves. - Recife, 2014.
 126 f. : il.

 Orientador: Tales Wanderley Vital.
 Dissertação (Mestrado em Administração e
 Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de
 Pernambuco, Departamento de Letras e Ciências
 Humanas, Recife, 2014.

 Inclui referências, anexo(s) e apêndice(s).

 1. Participação social 2. Agroindústria 3. Agricultura
 familiar I. Vital, Tales Wanderley, orientador II. Título

CDD 631.1

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural
(PADR)**

**ESTUDO DE CASOS DE AGROINDÚSTRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM
PERNAMBUCO.**

Dissertação elaborada por

MICHELINE MARIA DA CONCEIÇÃO FRANÇA GONÇALVES

Como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Tales Wanderley Vital (PADR/UFRPE)

(Presidente/Orientador)

Prof. Dr. Yony Sampaio (PIMES/UFPE – Examinador Externo)

Prof. Dr. André Melo (PADR/UFRPE – Examinador Interno)

Recife, 26 de março de 2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus - Inteligência Suprema e Causa Primeira de todas as coisas do Universo. A Jesus modelo e guia da humanidade, que conduz a vida na Terra.

Aos meus familiares que acreditaram em mim e me incentivaram a seguir em frente mesmo com tantas pedras no caminho, especialmente a minha sobrinha Manuella Oliveira que através do imenso carinho por dela me fez ter coragem de seguir em busca dos meus objetivos.

Agradecimento especial a minha avó Clarice Bezerra e minha mãe Juliana Gonçalves (em memória) pela educação que me deram e me ensinaram o melhor caminho da vida através de seus conselhos e ensinamentos contribuindo para que hoje eu fosse uma profissional.

Aos meus companheiros de turma aos quais fiz excelentes amizades e pelos momentos vividos. E a todos que me ajudaram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho, como o Mestre em Administração e Desenvolvimento Rural, Bruno Freitas pelo precioso apoio dado a este trabalho.

Agradeço ao Especialista em Psicologia e Direitos Humanos Iraponan Chaves de Arruda pelo acompanhamento, dedicação e suas valiosas instruções que me ajudaram desenvolver este trabalho.

A todos/as os/as professore/as que fazem o Programa de Pós Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural, que contribuíram com minha formação.

Ao professor Tales Wanderley Vital pela orientação, dedicação, apoio e incentivo durante a elaboração deste trabalho. E a Marcise Vital, por sua preciosa colaboração na parte de informática.

E finalmente, a imensa gratidão aos participantes desta pesquisa, pois desde minha primeira visita não mediram esforços para me auxiliar, durante o período em que estive realizando as entrevistas e observações nas localidades. Cito os funcionários do Pro Rural de Recife, Vera Lúcia, que desprendeu sua atenção e paciência durante minhas solicitações e, de Garanhuns Luiz Gustavo (gerente), por ter me dado todo o apoio necessário para que a pesquisa pudesse ser realizada, ao Sr. Mendes (motorista) por sua dedicação e companhia durante as visitas nesse município. E ao IPA na representação de Marcílio Dias que me recebeu e atendeu com toda paciência e dedicação profissional.

EPÍGRAFE

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim”.

Chico Xavier

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar experiências de agroindústrias do Programa de Combate a Pobreza Rural/PCPR -ProRural que são projetos produtivos da agricultura familiar em Pernambuco sob o aspecto da participação social. A metodologia utilizada para realização do trabalho foi desenvolvida para atender o objetivo proposto, trabalhando com os indicadores que permeiam as questões do capital social da comunidade na associação, desenvolvidos com base nas ideias de Putnam, seguidas por Sampaio & Vital e adaptados para esta pesquisa. Os resultados mostram as diferentes perspectivas de participação de duas associações nas agroindústrias a elas vinculadas. Para ambas as experiências fica clara a importância do capital social no desenvolvimento do empreendimento familiar e da melhoria das condições de funcionamento do mesmo na localidade. Além disso, registra-se o acompanhamento de técnicos dos órgãos governamentais responsáveis por esses projetos da agricultura familiar, que têm colocado para esses agricultores, principais agentes das mudanças, a importância da participação como um fator essencial para a melhoria dos empreendimentos. Pois, uma maior participação e cooperação de associados com essas agroindústrias pode ser o meio mais eficaz para se conseguir bons resultados.

Palavras-chave: participação social, agroindústria, agricultura familiar

ABSTRACT

The present study aims to analyze the experiences of agro - RPRP Prorural productive projects that are of family farming in Pernambuco in the aspect of social participation. The methodology used to conduct the study was developed to meet the proposed goal, working with indicators that underlie the issues of social capital in the community association, developed based on the ideas of Putnam, followed by Sampaio & Vital and adapted for this research. The results show the different perspectives of participation of two associations in agribusiness linked to them. For both experiments became clear the importance of social capital in the development of the family business and improving operating conditions in the same locality. Moreover, we register the monitoring of technical government agencies responsible for these projects from family farms, which have placed for these farmers, the main agents of change, the importance of participation as a key factor for the improvement of enterprises. Greater participation and cooperation associated with these agribusinesses may be the most effective way to achieve good results.

Key-Word: social participation, agribusiness, family farming

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADAGRO - Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco

AESGA- Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

EMATER – Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural de Pernambuco

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

IPA- Instituto Agronômico de Pernambuco

IDH - Índice de Desenvolvimento Econômico

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco

JSDF - Japan Social Development Fund

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONG – Organização não Governamental

PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural

PRORURAL – Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

RD - Região de Desenvolvimento

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão

SF - Saúde da Família

SFLAC - Spanish Fund for Latin America and the Caribbean

STAS/SINE/ Programa de Emprego Popular

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

STAS - Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora

UFRPE/UAG – Universidade Federal Rural de Pernambuco/ Unidade Acadêmica de Garanhuns

UGT - Unidade Gestora Territorial

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema representativo dos principais autores do capital social	23
Figura 2	Subdivisões das UGT's das áreas atendidas pelo ProRural	36
Figura 3	Processo de incubação do projeto pelo ProRural	39
Figura 4	Representação da dinâmica de identificação do capital social e sua influência no funcionamento do Projeto.	44

LISTA DE TABELAS

Tabela01 Perfil dos sócios a partir da amostra, Sítio Uruçú - Macaparana/PE, 2013	51
Tabela02 Perfil dos sócios a partir da amostra, Miracica - Garanhuns/PE, 2013	52
Tabela 03 Indicadores do capital social da associação	60
Tabela 04 Indicadores de funcionamento do projeto na perspectiva do capital social	70
Tabela 05 Indicadores de evolução do projeto	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Comparativo dos tipos de capital segundo Coleman (1988).	21
Quadro 02 – Número de questionários aplicados na pesquisa de campo	49
Quadro 03 – Macaparana - Uruçú: O (a) Senhor (a) participa das articulações, decisões e ações no que se refere ao funcionamento da associação?	62
Quadro 04 – Macaparana – Uruçú: O (a) Senhor (a) participa das articulações, decisões e ações no que se refere ao funcionamento da associação?	63
Quadro 05- Garanhuns - Distrito de Miracica: O (a) Senhor (a) participa das articulações, decisões e ações no que se refere ao funcionamento da associação?	64
Quadro 06 – Garanhuns - Distrito de Miracica: O (a) Senhor (a) participa das articulações, decisões e ações no que se refere ao funcionamento da associação?	64
Quadro 7 – Membros do projeto -Garanhuns – Miracica: Há equipamentos do projeto utilizados pela associação?	75
Quadro 8 – Sócios – Garanhuns – Miracica. Há equipamentos do projeto utilizados pela associação?	75
Quadro 9 – Membros do projeto -Macaparana - Uruçú: Há equipamentos do projeto utilizados pela associação?	76
Quadro 10 – Sócios- Macaparana – Uruçú: Há equipamentos do projeto utilizados pela associação?	77
Quadro 11 - Garanhuns – Miracica: Em sua opinião, quais as mudanças na localidade que podem ser atribuídas à implantação do Projeto? Em % - De Forma	82
Quadro 12 - Município de Macaparana - Produção agrícola (lavoura permanente 2010, 2011 e 2012).	90
Quadro 13 - Município de Garanhuns - Produção agrícola (lavoura permanente) 2010, 2011 e 2012.	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Macaparana - Uruçú: O projeto emprega a quais tipos de Membros?	54
Gráfico 2 - Macaparana - Uruçú: Quais foram os objetivos centrais do projeto?	54
Gráfico 3 - Macaparana - Uruçú: Quais são as principais dificuldades encontradas atualmente no Projeto? Em %	56
Gráfico 4 - Garanhuns - Miracica: Quais foram os objetivos centrais do projeto?	57
Gráfico 5 - Garanhuns - Miracica: O projeto emprega a quais tipos de Membros?	57
Gráfico 6 - Garanhuns - Miracica: Quais são as principais dificuldades encontradas atualmente no Projeto? Em %	58
Gráfico 7 - Macaparana - Uruçú: O(a) Senhor(a) participa das articulações, decisões e ações no que se refere ao funcionamento da associação?	62
Gráfico 8 - Garanhuns - Distrito de Miracica: O (a) Senhor (a) participa das articulações, decisões e ações no que se refere ao funcionamento da associação?	64
Gráfico 9 - Macaparana - Uruçú: Quais as ações que foram utilizadas no planejamento do projeto?	69
Gráfico 10 - Garanhuns - Miracica: Quais as ações que foram utilizadas no planejamento do projeto?	72
Gráfico 11 - Membros - Garanhuns - Miracica: Há equipamentos do projeto utilizados pela associação?	75
Gráfico 12 - Sócios - Garanhuns - Miracica: Há equipamentos do projeto utilizados pela associação?	76
Gráfico 13 - Membros do Projeto - Macaparana - Uruçú: Há equipamentos do projeto utilizados pela associação?	76
Gráfico 14 - Sócios - Macaparana - Uruçú: Há equipamentos do projeto utilizados pela associação?	77
Gráfico 15 - Macaparana - Uruçú: Como é garantida a manutenção da estrutura produtiva existente?	79
Gráfico 16 - Garanhuns - Miracica: Como é garantida a manutenção da estrutura produtiva existente?	79
Gráfico 17 - Macaparana - Uruçú: Em sua opinião, quais as mudanças na localidade que podem ser atribuídas à implantação do Projeto? Em % - De Forma Direta	80
Gráfico 18 - Macaparana - Uruçú: Em sua opinião, quais as mudanças na localidade que podem ser atribuídas à implantação do Projeto? Em % - De Forma Indireta	81
Gráfico 19 - Garanhuns - Miracica: Em sua opinião, quais as mudanças na localidade que podem ser atribuídas à implantação do Projeto? Em % - De Forma Direta	82
Gráfico 20 - Garanhuns - Miracica: Em sua opinião, quais as mudanças na localidade que podem ser atribuídas à implantação do Projeto? Em % - De Forma Indireta	83
Gráfico 21 - Macaparana - Uruçú: O projeto está funcionando com que capacidade?	87
Gráfico 22 - Garanhuns - Miracica: O projeto está funcionando com que capacidade?	88
Gráfico 23 - Macaparana - Uruçú: O projeto permitiu ao grupo acessar quais mercados?	89
Gráfico 24 - Garanhuns - Miracica: O projeto permitiu ao grupo acessar quais mercados?	89

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 O CAPITAL SOCIAL E SUAS ABORDAGENS	20
2.1.1 Capital social na ótica da participação	25
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS	26
2.2.1 Políticas públicas para a agricultura familiar e o meio rural	28
2.2.2 Agricultura familiar e atividades agroindustriais	32
3 O PRORURAL E PROJETOS DE AGROINDÚSTRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR	35
3.1 O Prorural	35
3.1.1 A metodologia de atuação do PRORURAL	38
3.1.2 O processo de incubação dos projetos	39
3.2 Os Projetos de Agroindústria Familiar	40
3.2.1 Associação Comunitária do Escovão	40
3.2.2 Associação São Severino dos Ramos	41
4. METODOLOGIA	43
4.1 Descrição do método e modelo analítico	43
4.2 Coleta dos dados	46
4.3 Amostra	48
4.4 Tabulações dos dados levantados	49
4.5 Análises dos dados	49
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	50
5.1 Perfil dos associados	50
5.2 O surgimento dos projetos de Agroindústria	53
5.2.1 Agroindústria São Severino dos Ramos	53
5.2.2 Agroindústria Comunitária do Escovão	56
5.3 Análise dos Indicadores	59
5.3.1 Indicadores do capital social das Associações	59
5.3.2 Indicadores de Funcionamento dos Projetos	68
5.3.3 Indicadores de Evolução do Projeto	84
5.4 A participação de Programas governamentais no processo de implantação e sustentação do projeto produtivo	92
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
APÊNDICE A: QUESTIONÁRIOS	103
Questionário 1 (Associados – Membros do Projeto)	103
Questionário 2 (Associados da Associação)	109
Questionário 3 (Comunidade local – não sócios)	112
Questionário 4 (Liderança local)	114
APÊNDICE B : FORMULÁRIO (Direção da agroindústria)	116
APÊNDICE C: Imagens internas da Associação São Severino do Ramos	119
APÊNDICE D: Imagens Internas da Associação Comunitária do Escovão	120
ANEXO - A: Roteiro/Croqui de acesso a Associação São Severino dos Ramos	121
ANEXO – B: Fachada da Associação São Severino dos Ramos	122
ANEXO – C: Fachada da Associação São Severino dos Ramos	123
ANEXO – D: Planta Baixa da Associação São Severino	124
ANEXO – E: Fotos da construção da Agroindústria da Associação São Severino dos	125

Ramos

ANEXO - F: Roteiro/Croqui de acesso à Associação Comunitária do Escovão

127

1. INTRODUÇÃO

A participação é indispensável em todos os momentos do processo de elaboração, e execução de políticas públicas. Os estudos sobre a participação remetem ao conceito de capital social, que é um dos fatores determinantes de uma maior ou menor participação da sociedade civil. Essa participação depende do capital social que cada comunidade dispõe.

Entre as possíveis relações que podem ser estabelecidas quando se estuda capital social, é a de viabilizar o processo de formação e consolidação de associações em comunidades.

Segundo Moreira *et al.* (2008), um dos aspectos fundamentais da inclusão social e produtiva têm sido o fortalecimento e utilização do capital social existente nas associações rurais, buscando organização e iniciativas de produção no território, garantindo meios de convivência com problemas, bem como, potencializando as capacidades de ação coletiva produtiva e de autogestão econômica e social.

Conforme afirmam Moreira *et al.* (2008, p. 4), “a existência do capital social pode ser considerada um fator essencial para o desenvolvimento das associações principalmente na região Nordeste, onde o capital físico¹ é muito concentrado socialmente e o capital humano² está em um processo de democratização”.

Adotando certo pragmatismo econômico, pode-se dizer que a existência de associações consiste em criar um sistema que ajude a dinamizar as capacidades sociais e produtivas das comunidades, buscando induzir um processo de desenvolvimento.

Segundo Andrade *et al.* (2012) por meio de diversos elementos, conceitos e abordagens o capital social vem adquirindo maior fundamento, constituindo-se em um importante elo no processo de revitalização da democracia, fomentando a construção de uma identidade coletiva e, conseqüentemente, interferindo na maior compreensão e resolução dos dilemas sociais atuais.

Os autores ainda afirmam que “o capital social pode ser criado e induzido a partir de estímulos externos, em especial, do fortalecimento das instituições que se fazem presentes e das políticas públicas locais, as quais emergem como agentes mobilizadores de uma melhor atuação entre a sociedade civil e o Governo” (ANDRADE *et al.*, 2012, p.84).

¹. Capital físico diz respeito aos equipamentos produtivos e a infraestrutura; que fazem parte do processo de produção (Crawford, 2004).

². Capital humano diz respeito ao que se refere ao conhecimento e a educação de um indivíduo (Crawford, 2004).

A política pública voltada para a implantação e fortalecimento de projetos produtivos da agricultura familiar vem possibilitando grandes mudanças no meio rural principalmente no que tange a qualidade de vida das famílias envolvidas. Os projetos voltados para a agricultura familiar se mostram como a principal fonte e instrumento de viabilidades de ocupação da força de trabalho no meio rural brasileiro, exercendo impactos importantíssimos na economia do país, principalmente, devido garantir a diversidade de atividades produtivas que vai além da produção de alimentos.

Essa diversidade possibilita a formação de empreendimentos familiares que vem adquirindo importância no desenvolvimento das capacidades locais. Esses empreendimentos são instrumentos geradores de renda e ocupação nas regiões proporcionando uma maior qualidade de vida a famílias rurais.

No entanto, o bom desempenho na organização e gestão desses empreendimentos familiares dependerá de um maior ajuda mútua cooperativa entre os atores envolvidos no processo, estes elementos fazem parte de um acionador invisível chamado capital social.

Por isso, a participação, nesse caso, é muito mais do que a relação estabelecida entre direção e associados, mas a forma como cada um assume, com responsabilidade e determinação, as atribuições que lhe são confiadas, ao longo do processo. Assim, o desenvolvimento de uma dada localidade está diretamente ligado às características da organização social e das relações cívicas encontradas nesse espaço.

Então se pode dizer que o capital social é entendido, grosso modo, como sendo um acionador invisível das relações sociais que possibilita uma maior interação construtiva dos indivíduos em busca de objetivos comuns, resultando no bem da sociedade como um todo.

O presente trabalho faz uma análise do capital social em associações e seus respectivos projetos de agroindústrias advindos do Projeto de Combate a Pobreza Rural - PCPR, dentro do Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - ProRural, tendo como referência empírica a Associação Comunitária do Escovão situada no distrito de Miracica do Município de Garanhuns e a Associação São Severino dos Ramos situada na comunidade do Uruçú, no distrito de Pirauá, do município de Macaparana, localizadas no agreste do estado e Zona da Mata Norte de Pernambuco, respectivamente.

Tais projetos de agroindústrias surgiram a partir da mobilização da comunidade local com o interesse de reduzir perdas da safra de frutos excedentes da localidade, gerar ocupação e renda, diminuindo a pobreza na localidade, aumentar a produção local, fortalecer o associativismo e melhorar a educação no campo, além de potencializar as capacidades locais.

Visto que o PRORURAL tem como missão coordenar, implementar e apoiar políticas de desenvolvimento rural sustentável, voltadas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais de Pernambuco.

Por isso, tomando-se como base, projeto produtivo associativo financiado pelo Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL), essa pesquisa se justifica na pretensão de identificar a atual situação de empreendimentos da agricultura familiar, destacando a importância do Capital Social, especificamente no que se refere à participação social, para o sucesso e manutenção da unidade produtiva de caráter familiar.

Sabendo do grande número de insucessos de projetos produtivos da agricultura familiar financiados pelo programa, especialmente na tipologia de agroindústria familiar, surgiram as seguintes questões:

Qual a influência da participação social sobre a implantação e o funcionamento de projeto produtivo da agricultura familiar? Existe a participação dos membros do projeto quanto às articulações e decisões no que se referem ao funcionamento do projeto? Como está se dando a participação entre membros dos projetos e destes com as associações envolvidas? O PCPR do ProRural contribui para a formação e fortalecimento do capital social?

Com base nestas premissas o presente estudo tem como objetivos:

Objetivo Geral

Analisar experiências de agroindústrias do PCPR, que são projetos produtivos da agricultura familiar em Pernambuco, sob os aspectos da sustentabilidade e da participação social.

Objetivos Específicos

- Identificar a atual situação de funcionamento da associação e do projeto produtivo da agricultura familiar tomando como base processos de participação;
- Verificar a participação do programa governamental no processo de implantação e sustentação do projeto produtivo através de suas associações.

A importância dessa discussão é identificar a influência do capital social na capacidade de uma comunidade, através da associação, se articular coletivamente para ação em defesa de seus próprios interesses, aumentando seu acesso aos benefícios coletivos produzidos pelo Estado através dos programas oficiais. Em outras palavras, o problema é saber de que forma o capital social se mostra como um instrumento útil na compreensão para ação coletiva e seus benefícios e para a sustentação de projetos da agricultura familiar.

Além desta, tem-se como importância a contribuição no campo acadêmico e social, no que compete ao tema da participação social em empreendimentos da agricultura familiar,

visando buscar alternativas para compreensão da problemática dos insucessos dos projetos associativos fortalecendo as discussões relativas ao assunto proposto.

Os motivos que influenciaram na escolha do tema estão relacionados a vivências anteriores ligadas aos temas relacionados às políticas públicas, agroindústria e associativismo, vivenciadas ao longo da formação acadêmica e, mais particularmente, no processo de formação no Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural (PADR) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) quando foi possível aprofundar questões relacionadas ao espaço rural, especificamente, referentes ao associativismo e aos processos de participação social.

Desde sempre, a preocupação em torno do caráter participativo dos processos populares – que permite ao grupo ter voz e vez nos processos decisórios – foi um dado presente no curso dessas investigações. Nesse caso particular, a participação e autonomia do grupo na gestão dos seus próprios interesses constitui uma pedra angular no êxito de todo o processo.

Desta forma, o trabalho está organizado em três partes:

A primeira parte situa os conceitos de capital social e suas abordagens em meio à discussão sobre participação social, contextualizando-a com base em autores, como Putnam (2006). Segue com as políticas públicas no meio rural voltadas para a agricultura familiar, citando os principais autores envolvidos nessa discussão, suas influências teóricas e metodológicas, bem como, os programas oficiais de agroindústria, para o meio rural, vinculados as atividades da agricultura familiar.

A segunda parte descreve o ProRural, sua área de atuação, estratégias, objetivos, campos e metodologia de atuação e o processo de incubação dos projetos. Além disso, faz uma descrição dos dois projetos de agroindústria da agricultura familiar do PCPR, desde sua origem até a situação atual, para uma melhor compreensão do objeto de estudo.

A terceira parte traz uma descrição dos dados coletados a partir de indicadores propostos pelo modelo analítico da dissertação com base em Putnam (2006) e Sampaio & Vital (2000) sobre a participação da comunidade na associação, a participação da associação na comunidade e no projeto produtivo visando a sua manutenção e evolução em base sustentável.

Na conclusão, são delineados os desafios, contradições, avanços e limites encontrados no decorrer do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O capital Social e Suas Abordagens

Neste capítulo, ao longo do texto, se pretende trazer alguns aportes teóricos sobre o conceito e do capital social. Mais adiante é feito um esboço acerca das diferentes formas de participação, bem como lançar reflexões sobre a abertura dos espaços de participação para e sua importância para a construção coletiva.

Atualmente o capital social apresenta-se como um tema em debate nos diversos campos do conhecimento, sendo uma expressão utilizada recentemente na literatura e em pautas do governo e organizações não governamentais (ONGs).

O conceito de capital social tem sido alvo de debates tanto da literatura sociológica através do Bourdieu, 1986; Coleman, 1988; Putnam, 1993; Portes, 1998 e Fukuyama, 1995, como na econômica, Robison *et al.*, 2000; Arrow, 2001 (PRATES *et al.*, 2007).

É comum encontrar um número variado de conceitos que, defina o capital social e, estarem inter relacionados. No entanto, é importante deixar claro que não existe um consenso entre os autores quanto à sua definição, até mesmo por encontrarem-se várias dimensões ao tema, porém, há um consenso relacionado à sua importância no que se refere a alguns aspectos que tangem os benefícios comuns a sociedade.

Analisando a repercussão histórica ao termo capital, nos anos sessenta, se percebeu uma grande discussão ao termo capital humano que culminou na criação de índices que referenciava o desenvolvimento humano. Crawford (2004) destaca que o valor do capital humano cresce com o crescimento da quantidade de capital físico; maquinários modernos aumentam o valor do treinamento especializado e da educação.

A partir dos anos oitenta foi proposto esse novo capital nas discussões que remetem aos valores sociais e norteia o desenvolvimento econômico, o capital social, que vem somar aos antigos, o capital humano, o capital físico e o capital natural³.

Dentro desse quadro de discussão quanto ao conceito de capital social, Higgins (2003) esclarece que o conceito de capital social veio a ser incorporado como o quinto fator de produção junto aos três fatores tradicionais, terra, trabalho e capital físico (referentes às ferramentas utilizadas e as tecnologias empregadas) somando ao capital humano (educação e saúde).

O autor faz uma abordagem comparativa dos diferentes tipos de capital baseado em

³ O capital natural é uma metáfora para os recursos naturais, como água, terra e os minerais, quando vistos como meios de produção. Podem ser renováveis ou não (Crawford, 2004).

Coleman (1988), sendo apresentado no quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Comparativo dos tipos de capital segundo Coleman (1988)

CAPITAL FÍSICO	Tangível	Mensurável	Estável, ainda que sua degradação pode ser medida
CAPITAL HUMANO	Menos tangível que o capital físico	Mensurável	Bastante estável, ainda que pode se degradar.
CAPITAL SOCIAL	Intangível de forma direta, mas presente nas relações sociais.	Funcional; levanta o problema de como pode ser medido.	Depende de um contexto específico

Fonte: Higgins (2003).

Para Sampaio e Vital (2000) o capital social se mostra com o objetivo de transformar bens intangíveis (confiança recíproca) em bens tangíveis (políticas públicas). Como consequência, ele se insere num conjunto de esforços institucional, cultural, político e econômico, fazendo com que as instituições funcionem melhor por meio de culturas com predisposições positivas em relação à cooperação recíproca e voltada para a cidadania, visando ainda uma melhoria na qualidade de vida. Por isso, o capital social não deve ser confundido com os demais capitais.

O capital físico refere-se ao conjunto fundamental de instalações e meios para que a produção se realize e se distribua. O capital humano engloba as habilidades e conhecimentos dos indivíduos que, em conjunto com outras características pessoais e o esforço despendido, aumentam as possibilidades de produção e de bem-estar pessoal, social e econômico. Parte desse capital está associado ao processo, formal ou informal, de aprendizagem pelo qual todos passam, mas tanto a sua aquisição quanto o seu uso são processos afetos ao indivíduo. (MARTELETO & SILVA, 2004).

O trabalho original de Bourdieu sobre o capital social, autor que primeiro falou sobre a temática na literatura das ciências sociais, foi analisado no contexto da teoria crítica social, onde o autor identifica três dimensões do capital, cada qual com uma relação única com o conceito de classe: capital econômico, capital cultural e capital social (HINGGIS, 2003) e conceitua o termo como sendo:

“O agregado de recursos potenciais que estão conectados a uma rede durável de relacionamentos de mútuos conhecimentos e reconhecimentos, mais ou menos institucionalizados, ou em outras palavras, ao pertencimento de um grupo, que provê, para cada um dos membros, uma credencial que os intitula ao crédito, nos vários significados da palavra” (BOURDIEU, 1986, p. 248-249, tradução nossa).

Neste sentido, o capital social tem dois componentes: em primeiro lugar é um recurso que está ligado com a pertença a grupos e redes sociais. Ou seja, para cada indivíduo o volume de capital social possuído depende da dimensão da rede de conexões que pode efetivamente mobilizar, mas depende também do volume de capital, seja ele, econômico, cultural ou simbólico, possuído por cada uma das pessoas com quem se está relacionado. Em segundo lugar, o capital social não constitui apenas uma qualidade de determinado grupo, mas antes é uma qualidade produzida pela totalidade das relações entre os atores.

Pierre Bourdieu e Coleman foram os principais precursores do tema, que já em meados dos anos oitenta se tornaram consagrados no tema em análise, atribuindo novos direcionamentos a partir de diversos estudos realizados (ANDRADE *et al.*, 2012). Abaixo a figura 1 ilustra o período e os principais autores, e seguidores, contemporâneos dessa temática de capital social.

O trabalho de Coleman representa uma tentativa de mudar de uma abordagem egocêntrica para uma abordagem sóciocêntrica. Ele destaca os efeitos dos grupos sociais e das organizações, considerando as relações entre grupos em vez das relações entre indivíduos, expandindo o conceito para incluir associações e comportamentos tanto verticais como horizontais entre e dentro de várias entidades⁴ (apud HINGGINS, 2003).

Em síntese, a essência do capital social parece residir, segundo as definições de Pierre Bourdieu e James Coleman, na rede de relações que os indivíduos estabelecem entre si. Se faz oportuno destacar que a discussão em torno do tema capital social engloba duas correntes teóricas: uma que vê o capital social como pertencente a uma comunidade ou sociedade e outra que analisa o capital social como algo que pode ser apropriado pelos indivíduos.

Putnam (2006), que se baseia nas ideias de James Coleman, através do seu trabalho sobre a comunidade e a democracia na Itália, enfatiza que o capital social é algo que não pode ser internalizado pelo indivíduo.

⁴Empresas, onde as associações verticais são caracterizadas por relações hierárquicas e há uma distribuição desigual do poder entre os membros.

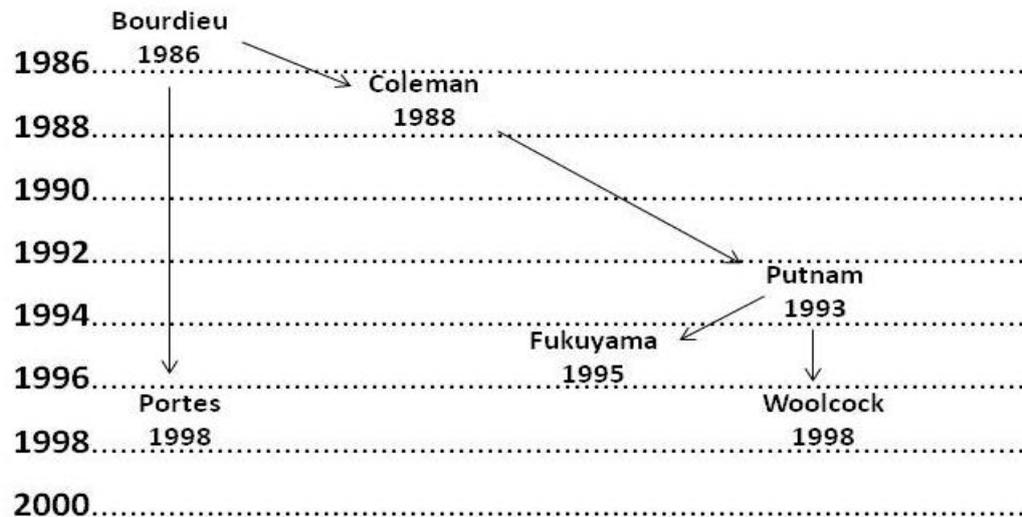


Figura 1: Esquema representativo dos principais autores do capital social

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Na literatura, ainda encontra-se diversos autores como Portes, que trazem o termo Capital Social com base nos trabalhos de Bourdieu e Coleman, trazendo abordagens do capital social na ótica da participação da sociedade por meio de redes⁵ sociais, considerando estas como sendo um meio de se garantir benefícios a um determinado grupo (PRATES *et al.*, 2007).

Nessa perspectiva, Castilhos (2002) também compreende o capital social como sendo um valor implícito das relações internas e externas na forma de normas ou rede de relações sociais. Isso por apresentar acúmulo de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações dos grupos, comunidades ou classes sociais.

Segundo Hingins (2003), Portes (2000) considera que o mais importante na abordagem do capital social é o das redes sociais, definindo-as como um conjunto de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços profissionais, familiares, culturais ou afetivos. E que são importantes na vida econômica, na medida em que são meios de aquisição de recursos como o capital e a informação.

A partir da perspectiva da mobilização coletiva, Putnam (2006) dá a definição de capital social como sendo a capacidade que os grupos e organizações, desenvolvem o trabalho conjuntamente e atingirem objetivos comuns, proporcionando uma maior eficiência na produção coletiva da riqueza.

⁵As redes são sistemas compostos por “nós” e conexões que nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação (MARTELETO e SILVA, 2004).

Para ele, o capital social, através da formação de hábitos de cooperação, solidariedade, auxílio mútuo, responsabilidade comum, espírito público, articulação e agregação, apresenta-se como um fator importante para que interesses comuns sejam alcançados ao invés de interesses individuais ou parciais.

Ou seja, Putnam entende como capital social as características da vida social –redes relacionais, normas e valores, confiança – que dão a capacidade aos seus participantes de agirem em conjunto de forma mais eficaz para atingirem os seus objetivos coletivos, isto é, o capital social corresponde às características da organização social que criam externalidades para a comunidade como um todo.

Francis Fukuyama, um de seus seguidores, centra a sua análise principalmente na questão cultural, caracterizada pelas atitudes e comportamentos dos atores sociais enquanto características do capital social (por exemplo: partilha de normas e valores, hábitos e tradições; capacidade de cooperação), afirmando que muitas destas características são resultantes do capital social, mas não constituem capital social em si (FUKUYAMA, 1996).

O autor argumenta que a capacidade de cooperar socialmente depende de hábitos, tradições e normas anteriores, valores que são encontradas no estoque de capital social de uma determinada comunidade; capital social este que não pode ser adquirido simplesmente por indivíduos agindo por conta própria, uma vez que é uma construção coletiva e histórica.

Então, os autores citados corroboram que os fatores econômicos não irão muito longe se as pessoas não forem capazes de compartilhar seus recursos e suas habilidades num espírito de compromisso em alcançar objetivos que seja comum a todos.

Chévez (2001) apud Andrade *et al.* (2012) apresenta o capital social como sendo um recurso que, em conjunto com outras condições favoráveis, oferece às comunidades a possibilidade de se desenvolver, baseada em suas próprias potencialidades e capacidades, e no envolvimento da sociedade na elaboração de projetos sustentáveis de desenvolvimento orientados a melhoria de suas próprias condições de vida e da comunidade como um todo.

Além disso, a confiança, normas e sistemas, são fatores que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, promovem a ajuda recíproca e a cooperação espontânea entre as pessoas, facilitando as ações coordenadas, nas comunidades e na sociedade, possibilitando uma participação mais ativa da sociedade em processos decisórios que envolvem questões sociais. Sobre o aspecto da participação é que se fará uma maior ênfase para a compreensão do objeto de estudo desta dissertação, apoiando-se nos estudos de Putnam (2006) e seguidores.

2.1.1 Capital social na ótica da participação

Foi no início dos anos noventa, que o conceito de capital social tornou-se finalmente um tópico central no debate nas ciências sociais pelas mãos de Robert Putnam. O qual foi responsável pela popularização do conceito de capital social através do estudo da participação cívica na Itália moderna, afirmando que o capital social tem-se tornado um elemento vital para o desenvolvimento econômico em todo o mundo.

Putnam explora as diferenças entre governança⁶ regional no Norte e Sul da Itália, enfatizando que o desempenho social e político das instituições é poderosamente influenciado pelo envolvimento cívico dos cidadãos nos assuntos da comunidade (PUTNAM, 2006). O autor chega à conclusão de que o envolvimento ou participação cívica é extremamente importante para o bom funcionamento das sociedades.

Por conseguinte, para ele é muito importante a noção de “envolvimento cívico” e “participação cívica”, como as ligações das pessoas com a vida das suas comunidades e não apenas as suas ligações com aspectos políticos.

Putnam (2006) enfatiza que “os sistemas de participação cívica são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo...” (p. 183).

No entanto, essa cooperação que fazem as pessoas permanecerem juntas, não podem se instalar, se ampliar e se reproduzir, se elas se relacionarem apenas de forma vertical, como uma pirâmide, numa relação de subordinação, onde um sempre depende da ordem do outro (FRANCO, 2001).

Ainda segundo o autor, na relação vertical de uma organização, subordinação e dependência impedem a geração, acumulação e a reprodução do capital social. Por tanto, a melhor forma de se conseguir uma cooperação de qualidade, necessário se faz uma organização horizontal, onde as pessoas sejam interdependentes.

Quanto a esse sistema de organização, Putnam (2006) explica que uma organização vertical costuma ser menos confiáveis que os horizontais, em parte porque o subalterno controla a informação para precaver-se contra a exploração.

Então, pode-se dizer que uma organização horizontal e uma relação de

⁶O conceito de governança aqui abordado refere-se ao modo com que os governos articulam e coordenam suas ações, em cooperação com os diversos atores sociais e políticos e sua forma de organização institucional. Uma boa governança é requisito essencial para o desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico, a equidade social e direitos humanos (Santos, 1997).

interdependência levam uma autonomia e, gera uma relação de parceria entre as pessoas, e uma maior visão sobre a importância da participação para um bem coletivo. Esse enfoque dado ao conceito do capital social possibilita compreender a abrangência do capital social, no que tange o aspecto da participação.

Lima (2005) informa que o capital social funciona como indutor de relações de confiança entre Estado e Sociedade e, assim o torna elemento crucial para estabelecimento de políticas públicas participativas e mais eficientes.

Normalmente as organizações cidadãs surgem da capacidade da sociedade civil de formar redes sociais de ajuda mútua que empoderam os indivíduos membros das sociedades, através da ação coletiva, o que promove o surgimento de uma democracia participativa.

O empoderamento pode ser entendido como o envolvimento dos indivíduos na gestão política e econômica das localidades, através da descentralização, do repasse de responsabilidades e da democratização do poder. Estes passam a interagir melhor, compreender e assumir responsabilidades e consequências, o que permite um maior poder de decisão na sua comunidade, assim como o surgimento e crescimento do civismo e, por conseguinte um aumento na participação social (HOROCHOVSKI & MEIRELLES, 2007).

Corroborando com a ideia da participação, numa visão mais ampla, Jacobi, (2003) enfatiza que a participação social pode ser considerada como um processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não tem acesso.

Desse modo, a partir do momento em que se permite a criação de novos caminhos para a participação da sociedade, visando à tomada de decisões no que se refere aos projetos de gestão local, a própria comunidade passa a ser protagonista de seu bem-estar.

2.2 Políticas Públicas

Segundo Lima (2005) a utilização do capital social, vincula ao funcionamento das instituições econômicas e políticas às questões culturais a partir da interação social dos indivíduos, onde a importância da construção de uma sinergia entre Estado e sociedade é essencial no funcionamento das instituições democráticas numa realidade que privilegie não só a esfera privada, mas a estatal e social em políticas públicas de desenvolvimento.

As políticas públicas tratam de recursos públicos diretamente ou através de renúncia fiscal (isenções), ou de regular relações que envolvem interesses públicos. Elas se realizam num campo extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses e visões de mundo

conflitantes e onde os limites entre público e privado são de difícil demarcação (ALLEBRANDT, 2002). Daí a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais.

As políticas públicas são diretrizes que norteiam as ações do poder público por meio de regras e um conjunto de procedimentos que devem viabilizar as relações entre a sociedade e o poder público e estão explicitadas em forma de documento como as leis e os programas sociais.

Sua formulação constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

Após serem desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, devendo ficar então submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

As políticas públicas devem atender as demandas de setores, especialmente da sociedade considerada vulnerável. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas, grande influência de sua execução se deve a sociedade civil através da pressão e mobilização social.

A elaboração de uma política pública consiste em definir quem decide o quê, quando, com que consequências e, para quem esta sendo elaborada. Essas definições são deliberadas por um regime político vigente, no grau de organização da sociedade civil e na cultura política vigente.

Segundo Souza (2006), das diversas definições e modelos de políticas públicas, pode-se extrair alguns elementos principais:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- Envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes;
- É abrangente e não se limita a leis e regras;
- Exprime uma ação com objetivos a serem alcançados;
- Embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo;

- Envolve processos subsequentes após uma decisão e proposição, ou seja, implica em implementação, execução e avaliação.

As políticas públicas podem ser observadas quanto ao seu papel de ampliar e efetivar direitos de cidadania, o que também são influenciados pelas lutas sociais, e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. Outras têm como objetivo promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda criados por outras políticas de caráter mais estratégico (econômicas). Dentre elas têm-se as políticas voltadas para o desenvolvimento no campo, como as políticas agrícolas e agrárias voltadas para agricultura familiar que interferem de forma direta ou indireta na economia do país.

2.2.1 Políticas públicas para a agricultura familiar e o meio rural

As mudanças decorrentes do processo de globalização, no Brasil geram a vulnerabilidade da economia, a fragmentação do tecido social, a exclusão e o desemprego. Nesta direção, o fortalecimento da agricultura familiar pode colaborar para a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a elevação dos índices de capital social. Assim, o problema central deste estudo consiste em verificar o alcance do empreendedorismo e do capital social para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural (MIYAZAKI, 2004).

A agricultura familiar brasileira contempla grande diversidade cultural, social e econômica, podendo variar desde o campesinato tradicional até a pequena produção modernizada.

O termo agricultura familiar surge no Brasil em meio a uma série de discussões da reforma agrária devido a mudanças no campo com surgimento dos movimentos sociais, e com a modernização no campo.

Essa modernização é decorrente de um processo de industrialização do setor, desde o pós-guerra, surgindo para distinguir uma produção moderna voltada para atender o processo de urbanização do país.

Para Abramovay (1992) o agricultor moderno corresponde a uma profissão e não a um modo de vida que define o camponês. O primeiro corresponde a um modo de produção familiar totalmente integrado ao mercado, enquanto o segundo apresenta traços de integração parcial ao mercado incompleto.

Para ele, o desaparecimento dos camponeses é previsto pela sua metamorfose em agricultores familiares, ao contrário dos teóricos brasileiros que pressupõem o seu fim a partir do processo de proletarianização ocasionado pela industrialização da agricultura.

O desenvolvimento do capitalismo no campo tem sido interpretado como um processo de metamorfose do campesinato (MARQUES, 2008). Para Abramovay (1992), a única condição de existência do camponês seria sua conversão em agricultor familiar. Esta nova categoria social representa o moderno e o progresso, enquanto que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso. Tal interpretação teve forte influência: a) na organização dos movimentos camponeses; b) nas políticas públicas elaboradas pelo Estado e; c) nas pesquisas acadêmicas.

Segundo Wanderley (1997), a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. O agricultor familiar é, ao mesmo tempo, proprietário dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo. O fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

Já há algum tempo, as atividades da agricultura familiar vem modificando suas práticas produtivas e adotando técnicas diferenciadas de produção. Além disso, as famílias veem optando pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais ainda, pelo exercício de atividades não agrícolas.

Devido ao seu perfil produtivo diversificado, a agricultura familiar mantém vínculos simultâneos de distintos tipos com os mercados de produtos variados. Assim, a reprodução das unidades familiares rurais baseia-se no conjunto das atividades produtivas por elas desenvolvidas e nos vínculos com os mercados que lhes são correspondentes (MALUF, 2004).

As diversificações das atividades da agricultura familiar (ou a pluriatividade, como chamam alguns autores) têm-se apresentado resultados positivos na absorção do trabalho familiar e na geração de emprego, apontando significativos aumentos na renda dos agricultores e contribuindo com o orçamento das famílias.

Isso tem favorecido um aumento das ocupações femininas dentro da propriedade e, ao mesmo tempo, tem melhorado a qualidade de vida das famílias, apresentando um contexto favorável para a manutenção dos jovens, uma vez que condiciona a permanência no meio rural em condições satisfatórias (WESZ JUNIOR *et al.*, 2008).

As atividades exploradas pelos agricultores distinguem-se das demais atividades econômicas em razão de suas características peculiares. Na reflexão de Schneider, (2003) a reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um difícil e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas. Nele os indivíduos e as famílias devem levar em conta o bem-

estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos.

Veiga (1994) concebe a agricultura familiar como equivalente à empresa familiar, por isso que o aumento da produtividade, a integração ao mercado, a adoção de novas tecnologias e o papel do Estado em fomentar as políticas agrícolas produtivistas são fundamentais para a sua sobrevivência no capitalismo.

Na perspectiva da modernização da agricultura familiar, muito se tem visto discussões que perpassam a análise do desenvolvimento do setor por meio de políticas públicas. Por isso, um dos grandes responsáveis no sentido da transformação atual da produção da agricultura familiar, pode-se dizer que têm sido os projetos e os programas públicos de desenvolvimento voltados para este campo, em especial, os voltados para a geração de renda e agregação de valor a produção.

As políticas públicas para a agricultura, até meados da primeira metade da década 1990, eram quase que exclusivamente para o setor patronal, restringindo significativamente o acesso a recursos financeiros para a produção do segmento identificado, hoje como agricultura familiar.

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, nas últimas décadas foram direcionadas, principalmente, para as políticas agrícolas, já que a política agrária foi sempre marginal ou inexistente (DENARDI, 2001).

A política Agrícola é um ramo da política econômica que se aplica ao setor primário, formado por um conjunto de medidas que visam ampliar a produção de alimentos. O crédito rural, o subsídio agrícola, a política de preços mínimos e o seguro agrícola são alguns dos mecanismos usados para ampliar a base produtiva primária do país (ARBAGE, 2006).

Portanto, política agrícola pode ser conceituada como “um conjunto de instrumentos de que o governo lança mão para regular o comportamento dos agentes privados e para orientar os organismos públicos, com vistas a atingir os objetivos definidos para o setor primário” (ARBAGE, 2006, p. 201).

Esta política beneficia diretamente aos pequenos agricultores, na criação de linhas de crédito, havendo uma sistematização entre cooperativas e/ ou associações de agricultores familiares que precisam de um apoio técnico e especializado.

Os primeiros instrumentos de financiamento à produção agrícola em nível nacional, que se tem notícia foi o crédito rural. Este instrumento sofreu grandes mudanças em seus objetivos e estrutura ao longo dos anos. E foi o ano de 1965 que ficou registrado como o marco na história em termos de políticas agrícola e crédito rural no país (ARBAGE, 2006).

Segundo o autor esses objetivos podem ampliar a oferta de alimentos no país, difusão de uma determinada cultura na região, a dinamização de projetos que viabilizem a implantação de agroindústrias familiares, ou objetivos que estejam mais voltados aos aspectos gerais.

Por outro lado, as políticas agrárias, “compõem um universo de medidas que tem como objetivo principal a modificação estrutural do sistema produtivo ou a adequação deste às necessidades da sociedade” (ARBAGE, 2006, p. 2001).

No Brasil, essa modalidade de política tem sido um instrumento que visa fornecer ao agricultor os recursos necessários quando a propriedade rural carece de capital próprio para a exploração de uma ou mais culturas, cultivos ou explorações de atividades diversas, como o beneficiamento dos produtos agrícolas por meio de projetos vinculados a atividades agroindustriais.

Na trajetória histórica das políticas agrícolas percebe-se que ao longo da recente evolução da agricultura brasileira, o país apresentou mais instrumentos de políticas com objetivo de curto prazo, do que propriamente uma política clara, definida e com objetivos de longo prazo consistente e planejados e, principalmente, voltados aos interesses dos produtores rurais (ARBAGE, 2006). O que existia era a política agrícola que favorecia tanto mais o Governo com arrecadações fiscais, através de políticas fiscais e monetárias (de juros).

Nos últimos anos é inegável o crescimento de linhas e programas adotados pelo governo como meio de buscar o desenvolvimento rural nas propriedades agrícolas familiares. Um dos primeiros foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) lançado em 1996, em resposta as pressões dos movimentos populares. Financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Vigora até os dias atuais, mas ainda esbarra na burocracia, na falta de assistência técnica eficiente e nas limitações dos produtores em lidar com o recurso (BARBOSA *et al.*, 2012).

Além deste outros programas surgem como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Nesse programa o governo criou uma opção de mercado para a agricultura familiar, comprando produtos agrícolas dos pequenos agricultores e utilizando-os na merenda escolar (BARBOSA *et al.*, 2012). Dentre outros que visam atender o meio rural do país.

Um dos projetos, que tem merecido destaque nos últimos anos por meio das políticas públicas voltadas ao pequeno produtor rural, para geração de renda e desenvolvimento local, tem sido o de beneficiamento de frutas através de atividades agroindustriais de base família, para que estes possam fornecer seus produtos aos programas governamentais, como meio de valorizar e potencializar a produção familiar.

2.2.2 Agricultura Familiar e as atividades Agroindustriais

A atividade agroindustrial de base familiar em Pernambuco é muito recente, no entanto essa atividade vem se ampliando, principalmente pela participação da comunidade, tomando o capital social como um importante indutor nessa relação.

Surge com a necessidade de agregar valor a produção familiar, que na grande maioria das vezes são produzidos a partir de uma cultura de autoconsumo ou simplesmente porque tinham as culturas introduzidas naturalmente em suas regiões, e fez com que o processamento destes produtos fosse implementados.

A agroindústria familiar tem apresentado resultados positivos na absorção do trabalho familiar e na geração de emprego, apontando significativo aumento na renda dos agricultores e contribuindo para melhorar o orçamento das famílias.

O Estado de Pernambuco em 2011 apresentou 275.740 estabelecimentos agroindustriais de base familiar, o que representou 12,6% da região nordeste (3º colocação) e 6,3% do total nacional, ocupando uma área de 2.567.070 hectares (PRORURAL, 2013).

Para melhor compreender essa questão, trazem-se aqui alguns conceitos sobre o tema, como o de Araújo, (2008) que defini agroindústrias como sendo “unidades empresariais do agronegócio onde ocorrem as etapas de beneficiamento, processamento e transformação de produtos agropecuários *in natura* até a embalagem, prontos para a comercialização”.

Mendes e Junior, (2007) deixam claro que o termo agroindústria não deve ser confundido com agronegócio e que na verdade, o primeiro faz parte do segundo. Ou seja, no agronegócio, a agroindústria é a unidade produtora integrante dos segmentos localizados nos níveis de suprimento a produção, á transformação e ao acondicionamento, e processa o produto agrícola, em primeira ou segunda transformação, para sua utilização intermediária ou final. Batalha e Silva (2010) reforçam ainda que o sistema Agroalimentar esta contido no sistema agroindustrial, não estão separados no processo.

Segundo Gastaldi *et al.* (2004), o que levou à denominação do agronegócio (*agribusiness*), foi o desenvolvimento da agricultura em direção à industrialização seja de

insumos ou de produtos, para englobar todas as atividades vinculadas e decorrentes da produção agropecuária.

O agronegócio foi conceituado inicialmente por Davis e Goldberg em 1957, sendo definido como a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com base neles (MENDES e JUNIOR, 2007).

O agronegócio brasileiro apresenta números importantes para a economia do país. É considerado um dos setores mais importantes e representa cerca de um 1/3 do Produto Interno Bruto (PIB) (GASTALDI *et al.*, 2004).

Segundo o ANUÁRIO (2010) o agronegócio brasileiro é referência mundial em praticamente todos os seus segmentos exportadores. Atualmente, o Brasil além de se destacar na produção de alimentos como a soja, milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar, a fruticultura e horticultura também vêm crescendo. Em 2005, o número de agroindústria de alimentos nos estados do Nordeste totalizava 16.723 estabelecimentos formais, das quais 1.221 unidades fabris (7,3% do total) correspondem às classes de agroindústrias alimentares (MAPA, 2013; BRAINER, 2008).

De acordo com Araújo (2008), em agronegócio, existem dois grupos distintos de agroindústrias: agroindústria não alimentar produzindo fibras, couros, calçados, óleos vegetais não comestíveis e outros. Onde os procedimentos industriais gerais são bastante similares aos de indústrias de outros setores, guardadas as especificidades inerentes às características do agronegócio, sobretudo com respeito ao abastecimento de matérias-primas e as cadeias produtivas; e agroindústrias alimentares voltadas para a produção de alimentos (líquidos ou sólidos) como sucos, polpas, doces, extratos, licores, lácteos, carnes e outros. Nestas, os cuidados são maiores porque elas tratam da produção de alimentos e tem uma preocupação muito maior, que é a segurança alimentar dos consumidores, com objetivo de fornecimento de alimentos seguros para a saúde destes.

Batalha (2005) afirma que a superação do desafio de proporcionar alimentos em quantidade e qualidade adequadas a toda população brasileira é, em grande medida, decorrente da competitividade sustentável das chamadas cadeias agroindustriais. Cabendo, ainda às atividades ligadas ao agronegócio brasileiro, especialmente a produção de alimentos e contribuir com a economia do país.

Segundo o autor citado acima, outros ganhos econômicos e sociais estão vinculados à superação desses desafios: geração de milhares de empregos no campo e na cidade, melhoria

da segurança dos alimentos, geração de riqueza para o país, aumento da renda dos produtos agropecuários, fixação do trabalho no meio rural, etc.

É importante destacar que as principais formas de agroindústrias encontradas no Nordeste são na forma de associações e cooperativas, como micro e pequenas agroindústrias, de produção artesanal de polpas, sucos e doces de frutas, castanha de caju, condimentos e temperos, etc., além de serem em números inexpressíveis. Esses tipos de unidades de beneficiamento, tanto industriais, quanto organizadas pela agricultura familiar, também, são encontrados em Pernambuco, com significativo destaque para a cana-de-açúcar, sendo esta a principal atividade econômica da região (SANTOS *et al.*, 2008).

Mior (2008) entende que a agroindústria familiar rural é uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto isso, a atividade de processamento de alimentos e matérias primas visa prioritariamente à produção de valor de uso que se realiza no autoconsumo. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem, geralmente, na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico.

O autor aponta outros aspectos que também caracterizam a agroindústria familiar rural tais como: a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos em escalas menores, procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos, processos artesanais próprios, assim como a utilização da mão de obra da família. Pode ainda ser representada como uma rede envolvendo agricultores e suas famílias, vizinhos, pequenos comerciantes urbanos e consumidores. Em muitos casos se constitui num empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não. Grande parte destas agroindústrias familiares organiza-se em redes envolvendo dezenas de empreendimentos para utilizar de forma conjunta serviços de apoio como a assistência técnica, a contabilidade e o marketing, e constroem ainda marca e selo de qualidade.

Essas unidades produtivas, geralmente, são frutos de projetos de organizações associativas advindas das políticas públicas voltadas ao setor rural, por programas Estaduais como o encontrado nesta pesquisa, o PCPR do PRORURAL, que financia e acompanha a implantação de projetos desta natureza.

3. O PRORURAL E PROJETOS DE AGROINDÚSTRIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 O Prorural

O ProRural é um Programa do Governo do Estado de Pernambuco, vinculado à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA), a quem compete a missão de coordenar, implementar e apoiar Políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável, tendo como foco o desenvolvimento humano na perspectiva da melhoria da qualidade de vida e geração de renda das comunidades rurais.

Com o objetivo de realizar suas ações o ProRural capta recursos do Banco Mundial (BIRD), firmando contratos com órgãos internacionais com a Japan Social Development Fund (JSDF), Spanish Fund for Latin America and the Caribbean (SFLAC) e fazendo convênios com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Na sua estratégia de atuação, o ProRural elegeu como prioridade fortalecer e incentivar os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), para atuarem como espaços de participação e controle social das políticas públicas para o meio rural.

Formados por representantes do poder público local e da sociedade civil organizada, os CMDRs têm como atribuições:

1. Garantir a participação da sociedade local nos espaços de decisão.
2. Estabelecer critérios para aquisição dos projetos pelas comunidades.
3. Definir prioridades para aquisição dos recursos via associação.
4. Integrar outros parceiros na construção do desenvolvimento.
5. Apoiar as associações comunitárias no processo de elaboração, implementação, prestação de contas e sustentabilidade dos projetos.

O Programa está presente em 180 municípios e atua por meio de oito Unidades Gestoras Territoriais (UGT's) nas 12 Regiões de Desenvolvimento (Rd's) do Estado, com o objetivo de assessorar, capacitar, implementar projetos e realizar ações em parceria com o poder público e com a sociedade civil organizada: sindicatos, ONGs, cooperativas, igrejas, conselhos e associações. Tem atuado junto aos grupos específicos, no fortalecimento das organizações sociais.

O ProRural atua nas regiões através da UGT nos Municípios cedes como Recife, Limoeiro, Palmares, Caruaru, Garanhuns, Arco verde, Salgueiro e Petrolina, com seus respectivas municípios vinculados (como pode ser visto na figura 2), sendo estruturada com

uma equipe multidisciplinar responsável pela assessoria aos conselhos e associações e pelo acompanhamento de todas as ações implementadas na região pelo Programa.



Figura 2: Subdivisões das UGT's das áreas atendidas pelo ProRural.

Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Na articulação de ações junto aos conselhos e associações conta-se com a parceria de Ongs, secretarias municipais, entidades religiosas, cooperativas e órgãos como Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADAGRO) e Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA); contribuindo na ampliação e fortalecimento das ações.

O ProRural trabalha com projetos de infraestrutura hídrica e saneamento rural, apoio as cadeias produtivas da agricultura familiar, infraestrutura básica e projetos produtivos. O programa coordena, financia e apoia vários tipos de subprojetos associativos. As ações definidas no âmbito do PCPR (Programa de Apoio ao Combate a Pobreza Rural) correspondem a subprojetos por meio de financiamentos não reembolsáveis em diversas áreas, a saber:

- **Infraestrutura:** subprojetos que asseguram ações de abastecimento de água, construção de barragens, pequenos açudes, cisternas e passagens molhadas.
- **Desenvolvimento Humano:** subprojetos que favorecem ações nas áreas de Saúde, Educação e Habitação.
- **Projetos Produtivos:** subprojetos que asseguram investimentos voltados para empreendimentos associativos que geram inclusão social produtiva, com o objetivo de favorecer a geração de renda e trabalho no meio rural, entre os quais está o de agroindústria familiar.

- **Ambiental:** subprojetos com ações nas áreas de gestão, conservação e preservação ambiental.

Com o objetivo de apoiar o pequeno produtor rural pernambucano e possibilitar a melhoria em sua qualidade de vida, o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) é fruto de Acordo de Empréstimo firmado entre o Governo do Estado de Pernambuco, via Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e o Banco Mundial (BIRD). A Unidade Técnica ProRural, vinculada à SEPLAG, é o órgão do governo responsável pela gestão e implementação do PCPR.

O programa foi desenvolvido em duas fases (PCPR I e II). A primeira fase foi realizada entre os anos de 1997 e 2001, sua segunda fase de execução foi iniciada em 2002, e ainda continua sendo executada.

Por meio do empréstimo, o PCPR viabiliza repasse de aporte financeiro a associações de agricultores, colônias de pescadores e cooperativas de pequenos produtores. Esses grupos compõem Conselhos de Desenvolvimento Rural em seus municípios e decidem em assembleias as ações prioritárias para as áreas rurais do município. Estes conselhos encaminham suas demandas ao ProRural que verifica a legitimidade das mesmas, sua viabilidade técnica e desencadeia o processo de elaboração de uma proposta técnica e de convênio a ser firmado entre o programa estadual e a entidade representativa dos beneficiários. Uma vez firmados os convênios, o recurso é liberado para a execução do projeto. Faz parte do financiamento a aquisição de equipamentos de apoio à atividade produtiva desenvolvida pelos beneficiários. É determinado no âmbito dos Convênios firmados entre o ProRural e as entidades beneficiárias que as mesmas devem apresentar uma contrapartida, na maioria dos casos corresponde a mão de obra fornecida pelos beneficiários do projeto.

Os principais objetivos do PCPR são:

- Contribuir para a elevação do IDH da população pobre das comunidades rurais do Estado, por meio do acesso a serviços básicos de: infraestrutura, desenvolvimento humano, fortalecimento dos arranjos produtivos locais, educação, saúde, meio ambiente e tecnologia.
- Contribuir com a consolidação da gestão pública descentralizada e democrática, capaz de promover a articulação e integração das ações entre os três níveis de governo, organizações da sociedade civil e da iniciativa privada.
- Apoiar as comunidades no incremento de sua capacidade de gestão, de geração de riqueza e inserção dos seus produtos e serviços no mercado.

- Estimular a efetiva participação da sociedade, por meio de suas organizações, incluindo grupos étnicos, jovens, mulheres, idosos e pessoas portadoras de deficiência, para ocupação dos espaços de decisão comunitária municipal e regional, influenciando na formulação e implementação de políticas públicas de desenvolvimento.

3.1.1 A metodologia de atuação do PRORURAL

O Programa redireciona os fluxos de renda e de mercadoria, bem como as oportunidades de trabalho, de modo que sejam as comunidades menos favorecidas as verdadeiras beneficiárias de seu potencial econômico. Atua na indução e no fomento das bases estruturais formadoras do desenvolvimento das localidades, atribuindo relevância aos aspectos Sociais, Econômicos, Culturais e Políticos.

Os aspectos do capital social, capital humano e financeiro são apontados como direcionadores das ações.

- **Melhorar o Capital Social**

Eixo transversal das ações a impulsionar. Tendo em vista que a estratégia de combate a exclusão econômica social proposta, está estruturada na geração de trabalho e renda. Melhorar o capital social incentivando a organização da sociedade, cooperação e participação entre seus membros fomentando espaços institucionais de negociação e gestão, como também atividades que fortaleçam as relações comunitárias.

- **Melhorar o capital Humano**

Melhorar capital social humano através do incentivo na melhoria das condições educacionais, profissionais, técnicas e de acesso a bens culturais local. Uma estratégia de desenvolvimento deverá impreterivelmente, prover condição sócio-educacional especializada, para que a sociedade local possa empreender micro e pequenos negócios. Levando capacitações de maneira rápida, para que os indivíduos tenham condição de desenvolver soluções e utilizar ferramentas necessárias ao processo de solidificação dos empreendimentos.

- **Formação do Capital financeiro**

A captação e oferta de crédito são de importância crucial em qualquer iniciativa de promoção ao desenvolvimento. Atua articulando com parceiros que possam desenhar e construir ferramentas e produtos financeiros específicos para o pequeno produtor e prestador de serviços.

3.1.2 O processo de incubação dos projetos

O processo de incubação dos projetos visa estimular empreendimentos embasados na cooperação do trabalho, na autogestão, na propriedade coletiva do capital, e que tenha em seus horizontes a reprodução ampliada do valor econômico, sem apropriação individual dos empreendimentos.

No entanto, o processo tem seu fim maior na função de prestar acessória necessária à viabilização da construção e do fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários, executada segundo capacitação técnica gerencial dos aspectos apresentados na Figura 3.



Figura 3: Processo de incubação de projetos pelo ProRural

Fonte: ProRural. Adaptado pela autora, 2013.

Os projetos desenvolvidos pelo ProRural estão em consonância com as estratégias para o desenvolvimento sustentável, adotadas pelo Estado de Pernambuco, que contempla ações estruturadoras para garantir a integração econômica das cadeias produtivas, revitalizando atividades tradicionais, investindo na infraestrutura, identificando novas vocações e estimulando o empreendedorismo e visando o crescimento descentralizado para todas as regiões de forma mais justa e equidade social.

Na categoria de projetos produtivos, da agricultura familiar, destacam-se aqui dois projetos de Agroindústria familiar, o projeto da Associação Comunitária do Escovão, localizado no Município de Garanhuns, Agreste do Estado, fazendo parte da UGT de Garanhuns, instalado no distrito de Miracica, e o projeto da Associação São Severino dos Ramos, localizado no Município de Macaparana, Mata Norte, fazendo parte de UGT de Limoeiro, instalado na comunidade do Sítio Uruçú.

3.2 Os Projetos de Agroindústria Familiar

As agroindústrias familiares aqui apresentadas são empreendimentos originários de propostas da mobilização dos associados das Associações, juntamente aos seus respectivos presidentes, com objetivo de aproveitar a safra de frutos da região devido ao excedente desses produtos que são descartados pela deterioração. Aliado a esse fato, os projetos produtivos são instalados para reduzir a pobreza na localidade, gerando ocupação e renda para as famílias envolvidas, fortalecer a produção local, fortalecer o associativismo, e as capacidades locais.

São empreendimentos associativos voltados ao processamento industrial de produtos oriundos da agricultura familiar, geralmente cultivados pelas próprias famílias que constituem e mantêm a agroindústria em funcionamento, sendo os membros sócios da associação e integrantes dos projetos produtivos. O objetivo é a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, mediante o processamento industrial.

O termo “familiar” refere-se à vinculação dessas agroindústrias à agricultura familiar, onde a produção se dá através de um trabalho coletivo, formado pelo conjunto dos membros da família, no qual o processo de produção é desenvolvido pelo conjunto dos membros, sem distinção clara do trabalho individual de cada integrante.

O termo “associativa” refere-se ao fato de que essas agroindústrias foram geradas e são conduzidas por uma associação de agricultores familiares ou grupo de cooperação agrícola, no interior dos quais predomina o trabalho coletivo e a autogestão.

Observe-se que, nesse caso, os grupos aos quais se encontram vinculadas são constituídos por uma associação de famílias e não de pessoas individualmente. A motivação principal para o seu surgimento é a agregação de valor aos produtos e a consequente melhoria de renda e de condições de vida para as famílias envolvidas de ambas as regiões.

Segundo Oliveira (1999), essas associações podem ter início no âmbito familiar, ou através de pequenos grupos de amigos, de vizinhos, de lideranças locais ou ainda de grupo de pessoas que têm objetivos comuns. Inicialmente, esses grupos formam pequenas associações, em um segundo momento, pode se tornar cooperativas ou pequenas e médias empresas.

A seguir faz-se uma descrição das associações incluídas nessa pesquisa.

3.2.1 Associação Comunitária do Escovão

A associação localiza-se no distrito de Miracica, situado a 22 km do município de

Garanhuns. Foi fundada em 18 de agosto de 1995 com um quantitativo de 76 sócios. Beneficiando os sítios Baraúnas, Olho d'água e Boa Vista com diversos projetos.

Possui sede própria e como o quadro de associados de 75 sócios, todos ativos. Desse quadro, 47 são homens e 28 são mulheres, todos acima de 24 anos.

A Associação utiliza relatório de acompanhamento, comissão de acompanhamento, livro de ata, livro caixa e relatório de prestação de contas como instrumentos de acompanhamento no processo de implantação dos seus projetos.

Foram realizados projetos de tração animal para 16 famílias, beneficiadas mais 48 famílias com junta de boi, arado, bomba de água e 08 banheiros com fossa. Conquistou eletrificação rural para 60 famílias beneficiadas. Pessoas carentes receberam cestas básicas. Juntamente com a frente produtiva, foram feitos mais de 80 mil tijolos que foram distribuídos entre os participantes para construir banheiros e a sede da Associação onde funcionou o projeto de alfabetização de Jovens e adultos, parceria com o Banco do Brasil, Secretaria de Agricultura do Município, IPA e Banco do Nordeste. Além, disso, através das ações da associação houve o beneficiamento de famílias com 10 cisternas de placa e distribuição de sementes e aração da terra para o plantio.

Em parceria com o ProRural houve a implantação da Agroindústria, na 2ª fase do PCPR (2010), para o beneficiamento de frutas da agricultura familiar, constando da construção da sede da unidade fabril (financiamento dos projetos de cálculo estrutural, hidro sanitário, instalações elétricas e esgotamento sanitário) e a aquisição de máquinas e equipamentos, beneficiando a Associação Comunitária de Escovão e os Sítio Mochila, Baixa da Telha, Caxingó, Miracica, Capoeiras, Cagados, Muriçoca, Rainha da Paz e Olho D água.

3.2.2 Associação São Severino dos Ramos

A Associação São Severino localiza-se na comunidade do Uruçú, situado a 8 km do município de Macaparana, no distrito de Pirauá. Foi fundada em 23 de maio de 1995 com um quantitativo de 62 sócios, beneficiando as comunidades vizinhas.

Possui sede própria e possui um quadro de 64 sócios, todos ativos. Desse quadro, 52 são mulheres e 12 são homens, todos acima de 30 anos.

A associação realizou projeto de melhoria de acesso à comunidade do Uruçú e, em parceria com o ProRural, levou para a comunidade em 1999 o projeto da Agroindústria beneficiando 40 famílias. Tem também como parceiros o IPA, o Banco do Nordeste,

Secretaria de Agricultura. A Associação utiliza relatório de acompanhamentos, livros de ata, livros caixa e relatório de prestação de contas como instrumentos de acompanhamento dos seus projetos.

A associação em parceria com o ProRural na 1ª fase do PCPR, quando a instituição - ProRural - denominava-se RENASCER, instalou o projeto com o objetivo de: promover o aproveitamento de safra das frutas tropicais cultivadas na região, especialmente a banana, visto que o município é o 7º maior produtor de banana da Mata Norte de Pernambuco; gerar renda; reduzir a pobreza; fortalecer a educação no campo; e aproveitar as capacidades produtivas locais.

4. METODOLOGIA

4.1 Descrição do método e modelo analítico

Para atender os objetivos propostos, a pesquisa trabalhou com grupos de indicadores para identificar o capital social da associação sobre a instalação e o funcionamento de projeto produtivo da agricultura familiar e sua influência na localidade na qual esta instalado, dentro do contexto de cada situação verificada. Para isso, utilizaram-se abordagens qualitativa e quantitativa, tidas como adequadas para este fim.

Essa metodologia qualitativa preocupa-se analisar e interpretar aspectos mais profundos do tema estudado e do comportamento dos atores envolvidos, visando compreender, descrever e explicar o objeto de estudo (SEVERINO, 2007). Além disso, foi utilizado o método de estudo de caso, que permitiu identificar o capital social por meio dos aspectos da participação social em 2 (dois) projetos produtivos da agricultura familiar.

De acordo com Severino (2007) o método ou a técnica de estudo de caso se caracteriza por um maior foco na compreensão dos fatos de que propriamente na sua mensuração, investigando o fenômeno dentro do seu contexto real, no momento atual, mesmo esse sendo complexo.

Para compreender o objeto de estudo a presente pesquisa trabalhou com um modelo analítico formado por grupos de indicadores que permitiram identificar o capital social da associação que possibilitou a implantação e o funcionamento do projeto produtivo, analisando sua influência no sucesso ou insucesso do empreendimento familiar, estendendo essa análise a verificação de sua influência para a comunidade local dentro do contexto das situações trabalhadas (Figura 4).

Os indicadores aqui propostos tiveram origem no ano de 1999 quando o Banco Mundial desenvolveu um meio de avaliação de *perfis de entrada e estudos de desempenho físico* para alguns projetos estaduais no Nordeste, inclusive para o Estado de Pernambuco, realizados pelo Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR) financiado pelo referido Banco.

Em Pernambuco essa avaliação teve como coordenador da equipe Yony Sampaio (1999) e como supervisor pelo Banco Mundial Tales Vital, que na época era o responsável pela coordenação da avaliação regional para o Banco. Para esse trabalho, foram desenvolvidos indicadores de avaliação do Capital Intangível ou Social com base no trabalho de Putman (1993) para aplicar nas comunidades de municípios, beneficiadas pelos Projetos Estaduais, contudo só uma parte desses indicadores foi utilizada (SAMPAIO & VITAL,

2000). Os demais indicadores ficaram disponíveis e só agora estão sendo adaptados como Modelo Analítico para essa dissertação, conforme apresento abaixo.

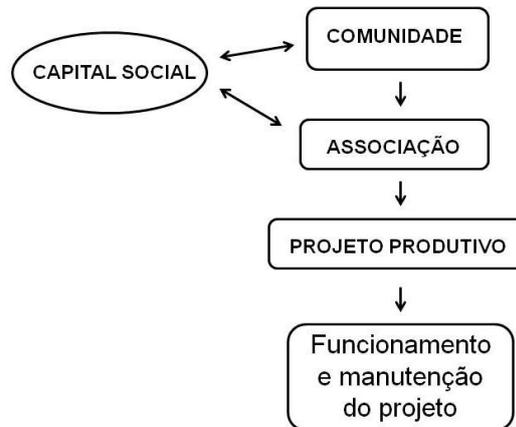


Figura 4: Representação da dinâmica de identificação do capital social e sua influência no funcionamento do Projeto.

Fonte: Elaborado pela autora (2013).

Descrição dos indicadores:

Os indicadores do capital social da associação, de funcionamento do projeto da associação na perspectiva do capital social e da evolução do projeto são identificados por meio de visitas de campo com a utilização de questionários e entrevistas.

➤ **Indicadores do capital social da associação:**

Esse grupo de indicadores visa verificar a representação da Comunidade no Município e na Associação e vice-versa. Verificar ainda, a participação dos filiados na Associação a fim de possibilitar o entendimento da situação atual do Capital Social da Comunidade e da Associação.

a) Participação da comunidade na associação

$$PCA_1 = \frac{\text{Membros da associação}}{\text{Pop. Total da comunidade}}$$

$$PCA_2 = \frac{\text{N}^\circ \text{ de famílias membros da associação}}{\text{N}^\circ \text{ de famílias da comunidade}}$$

b) Participação da Associação no Município

$$PAM_1 = \frac{\text{N}^\circ \text{ de membros da Associação candidatos a vereador}}{\text{Membros da Associação}}$$

$$PAM_2 = \frac{\text{N}^\circ \text{ de membros da Associação eleitos vereadores}}{\text{Membros da Associação}}$$

Membros da Associação

- c) Participação efetiva dos associados na Associação

$$PEA_1 = \frac{\text{Sócios adimplentes em 2012}}{\text{Total de sócios}}$$

$$PEA_2 = \frac{\text{Percentagens de sócios adimplentes em 2012}}{\text{Percentagem de sócios adimplentes no ano da fundação}}$$

- d) Participação dos associados nas votações

$$PAV_1 = \frac{\text{Percentagem de sócios que votaram na ultima eleição da diretoria}}{\text{Percentagem de sócios que votaram na 1º eleição da diretoria}}$$

$$DAV_2 = \frac{\text{Nº de sócios que votaram na ultima eleição da diretoria}}{\text{Nº total de sócios (percentagem)}}$$

- e) Renovação na diretoria

$$RD_1 = \frac{\text{Nº de sóc. Permanentes na 2º e na atual diretoria}}{\text{Total de cargos da diretoria}}$$

$$RD_2 = \frac{\text{Nº de sóc. Permanentes na penúltima e na atual diretoria}}{\text{Total de cargos da diretoria}}$$

- f) Realização de Assembleias

$$RA = \frac{\text{Nº de assembleias realizadas em 2012}}{\text{Nº de assembleias realizadas em 2011}}$$

- g) Presença nas Assembleias

$$PA = \frac{\text{Presença média de filiados nas assembleias Ordinárias em 2012}}{\text{Total de filiados em 2012}}$$

➤ **Indicadores do funcionamento do projeto da associação na perspectiva do capital social:**

Tem-se como finalidade identificar o funcionamento do projeto produtivo por meio da participação e envolvimento de sócios e da diretoria da Associação e também a influência do projeto na Associação e na Comunidade.

- a) Equipe do projeto que são sócios da associação.

$$EP = \frac{\text{N}^\circ \text{ de associados que são trabalhadores do projeto}}{\text{N}^\circ \text{ de trabalhadores do projeto}}$$

- b) Gerencia de Projeto e participação em cargos na Associação.
 c) Ocorrência de treinamento de pessoas da Associação em decorrência do Projeto
 d) Escolhas de membros da Associação para participar do Projeto em plenárias da Associação
 e) Disponibilidade e fornecimento de matéria prima pela Associação ou filiados para o Projeto
 f) Interação cooperativa entre Associação e Projeto (uso de equipamentos, máquinas, veículos, etc.).
 g) Mobilização da gerência do Projeto com o apoio da diretoria da Associação para obter capital de giro para o Projeto:
 h) Expectativa do Projeto por parte dos membros associados.

➤ **Indicadores de evolução do projeto:**

Visa identificar aspectos relevantes que possam responder a atual situação de funcionamento do projeto produtivo, como influência de fatores internos e externos, tomando como indicadores:

- a) Situação patrimonial atual do Projeto.
 b) Comportamento produtivo do Projeto no ano de fundação e no ano atual.

$$CP = \frac{\text{Quantitativo de produção do projeto no ano de fundação}}{\text{Quantitativo de produção do projeto no ano atual}}$$

- c) N° de clientes do Projeto.
 d) Produção Agrícola no município.

4.2 Coleta dos dados

Para se conhecer melhor a realidade da localidade trabalhada e especificamente do objeto de estudo, a agroindústria familiar, foi necessário a execução de um estudo exploratório, preliminar, visando proporcionar informações mais abrangentes. Segundo Gil (2011), a pesquisa exploratória tem por finalidade proporcionar maior familiaridade com o

problema a ser investigado, sendo assim bastante flexível, permitindo considerar diversos aspectos relativos ao objeto de estudo. Nela utilizou-se de levantamento bibliográfico documental relativo aos casos a serem estudados, além de visitas preliminares com a finalidade de tomar conhecimento das localidades e dos projetos a serem trabalhados.

Na coleta de dados foram usados dois tipos de fontes de dados:

- 1) Secundários: documentos de instituições oficiais
- 2) Primários: levantados através da pesquisa de campo usando questionário, junto a: sócios da associação, membros do projeto produtivo, a pessoas não sócias da comunidade local e líderes da comunidade;

Pesquisa de Campo

Na pesquisa de campo foram realizadas duas técnicas para a coleta dos dados:

1- Observações *in loco*

Nessa etapa, para fins de complemento e enriquecimento de informações, se fez o uso da observação *in loco* para identificação das condições de trabalho e relacionamento entre os membros da comunidade, da associação e do projeto, objetivando a coleta de dados fundamentais para o entendimento e explicação do problema de pesquisa, se fez necessário o registro fotográfico realizado no período de julho a outubro de 2013.

2- Aplicação de questionário

Os questionários procuram responder os objetivos da pesquisa e atender os indicadores propostos através da compreensão das ideias do público diferenciado que estão direta ou indiretamente envolvidos na organização das associações e das agroindústrias. Utilizou-se como instrumento de coleta 4 questionários. Os questionários foram divididos por grupo de análises:

Questionário 1 – Sócios da Associação - Referente às informações da participação dos sócios na associação visando também identificar a opinião dos sócios em relação ao projeto de agroindústria;

Questionário 2 - Membros da agroindústria - com o objetivo de saber a visão destes com relação ao funcionamento da agroindústria, bem como os aspectos de participação do grupo na organização e funcionamento desta unidade de beneficiamento;

Questionário 3 - Liderança local – identificar a visão da liderança local quanto ao projeto, bem como sua contribuição para com a associação e a agroindústria;

Questionário 4 - Comunidade local - pessoas não sócias – visa identificar a perspectiva dos moradores locais em relação a associação e ao projeto de agroindústria.

Os questionários buscaram informações pertinentes para atender o conjunto de indicadores propostos pelo modelo analítico. Sendo relevante a identificação do perfil do entrevistado. A identificação do nível de participação e cooperação dos associados no projeto produtivo familiar, bem como as articulações, decisões e ações no que se refere à implantação e funcionamento deste. Propõe ainda, identificar as principais dificuldades e/ou potencialidades na organização e funcionamento da associação e do projeto produtivo de agroindústria por parte dos agentes envolvidos. E, finalmente, averiguar a contribuição de programas governamentais no fortalecimento do capital social da associação (ver Apêndice A- Questionários).

4.3 Amostra

Para Lakatos & Marconi (1999), amostra é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo. A amostra foi composta por pessoas associadas da associação assim como membros do projeto produtivo, não sócios da comunidade e líderes locais. Sendo uma amostragem intencional.

Este tipo de amostragem não probabilística consiste na “seleção de uma parcela da população, que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado para o objetivo específico da pesquisa” (GIL, 2011, p.). Então foi aplicado 71 questionários com atores envolvidos nas organizações e residentes nas localidades onde os projetos estão instalados. O critério de seleção dessas 71 pessoas foi o da acessibilidade e conveniência, o qual segundo Gil (2011), apesar de não apresentar um rigor estatístico, o pesquisador ao escolhê-la espera-se que a amostra, possa fornecer às informações básicas necessárias a pesquisa. Neste caso os dados apresentados em função da amostra, devem ser válidos para os grupos estudados. Esta seleção por este método decorreu de certas dificuldades, relacionadas com a disponibilidade dos atores a serem entrevistados devidos a horários e a acessibilidade.

Foi utilizado ainda um formulário o qual teve como objetivo colher, junto aos responsáveis pelos projetos, as informações exigidas pelos indicadores pertinentes ao funcionamento da agroindústria (ver Apêndice B - Formulário).

No quadro 2 pode-se perceber o quantitativo de questionários aplicados ao grupo de pessoas participantes da pesquisa.

Quadro 2: Número de questionários aplicados na pesquisa de campo.

Questionários	Nº Aplicados em Garanhuns	Nº Aplicados em Macaparana	Total
Q 1 – Associado da Associação	11	09	20
Q2 – Membros da agroindústria	8	3	11
Q3 – Liderança local	4	2	6
Q4 – Não sócios – moradores locais	20	14	34
Total	43	28	71

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

4.4 Tabulações dos dados levantados

Essa etapa permite a organização das informações levantadas, agrupando-as por categoria conforme necessário para facilitar a análise, a fim de alcançar os resultados propostos. Nesse caso, as informações foram agrupadas de acordo com o grupo de perguntas dos questionários relacionadas a cada grupo de indicadores do modelo analítico. Na formação do banco de dados utilizou-se o software aplicativo Statistical Package for the Social Sciences (SPSS -19). Na tabulação dos dados foram utilizadas técnicas estatísticas básicas para geração de tabelas posteriormente exportadas para o editor de planilhas Microsoft Office Excel que viabilizou a elaboração dos gráficos. Esses gráficos foram depois transferidos para um documento em Word para serem incorporados aos resultados da pesquisa.

4.5 Análises dos dados

Após a classificação e categorização desses dados, procedeu-se a análise qualitativa e quantitativa dos mesmos, o que possibilitou uma visualização mais clara das informações coletadas. Para efeito de apresentação dos dados seguiu-se o seguinte roteiro.

- Ordenação e classificação dos dados obtidos;
- Elaboração de tabelas, quadros e figuras, com a apresentação de informações descritivas e dos indicadores;
- Procedimento narrativo dos resultados, onde se procurou discutir os dados o conjunto das informações processadas.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O capital social tem sido utilizado como variável explicativa em diversos campos temáticos: sociologia econômica, política pública, ciência política, sociologia rural, antropologia, entre outros. Pode ser visto em várias perspectivas e explicar a relação cooperativa, com propósitos comuns, existente entre indivíduos, ou grupo de pessoas, ou em uma rede de relações sociais.

Nos resultados a seguir verifica-se o capital social pela dimensão da participação da comunidade em organização associativa e de seu projeto de agroindústria e a influência para o funcionamento e evolução em base sustentável dessa unidade produtiva na comunidade.

Os projetos de agroindústrias estão organizados por uma gestão associativa. A associação é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus membros.

Nesta sessão são apresentados e analisados os dados coletados das associações e suas respectivas agroindústrias. Em um primeiro momento é apresentado o perfil dos sócios das associações pesquisadas e a mobilização para o surgimento dos projetos agroindustriais. Posteriormente, é dada ênfase na análise dos indicadores quais sejam: (i) indicadores de capital social da associação, (ii) indicadores de funcionamento do projeto na perspectiva do capital social e (iii) indicadores de evolução do projeto.

Esses resultados estão organizados de acordo com os grupos de indicadores propostos pelo modelo analítico da pesquisa, relativo ao capital social, agregando também os resultados do levantamento dos questionários aplicados.

5.1 Perfil dos associados

Neste item, são elencadas variáveis pertinentes que relatam resumidamente o perfil dos associados, a partir da amostra, que participaram do levantamento de dados, a fim de que se tenha um conhecimento prévio, com destaque para sexo, faixa etária, escolaridade, renda familiar, tempo de vínculo dos membros com a associação e, atividade fora da associação.

Em Macaparana dos 09 sócios entrevistados, que têm maior participação na Associação São Severino, 7 foram mulheres e apenas 2 homens (Tabela 1) . A faixa etária foi significativa para o grupo entre 30 e 50 anos e igual ou maior que 50 anos. 55,5% dos entrevistados disseram ser casados e 77,7% apresentou escolaridade igual ou menor que 4

anos. Cerca de 77,7%, disseram ter uma renda familiar de 1 salário mínimo, e 100% residem em casa de alvenaria.

Identificou-se que 44,4% dos sócios mantêm vínculo com a associação entre 11 e 14 anos. Do grupo entrevistado, 44,4% disseram não ter atividade remunerada ou possuir aposentadoria, no entanto, estes se apresentaram como agricultores familiares registrados pelo sindicato dos trabalhadores rurais do município.

Tabela 1:
Perfil dos sócios a partir da amostra, Sítio Uruçú Macaparana/PE,2013.

Perfil dos sócios		População	
		N1	%
Total da amostra		09	100,0
Sexo	Masculino	02	22,3
	Feminino	07	77,7
Faixa etária (anos)	≤ 30	01	11,1
	30-50	04	44,4
	≥50	04	44,4
Estado civil	Casado/a	05	55,5
	Solteiro/a	01	11,1
	Outros	03	33,3
Anos de Escolaridade	0	-	-
	≤ 4	07	77,7
	5-8	02	22,3
Renda Familiar (salário mínimo ²)	≤ 1 SM	02	33,3
	≥ 1 SM	07	77,7
Tipo de moradia	Alvenaria	09	100
	Palafita	-	-
	Tábua	-	-
Tempo de Vínculo com a associação	0-5	03	33,3
	6-10	02	22,3
	11-14	04	44,4
Possui atividade remunerada ou aposentadoria	Sim	05	55,5
	Não	04	44,4

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

N1 = Número de pessoas pesquisadas

2 = Salário mínimo vigente R\$ 678,00

O perfil dos associados da Associação Comunitária do Escovão é apresentado para 11 sócios entrevistados (Tabela 2) que têm maior participação na associação, 4 foram mulheres e 7 homens. Onde a faixa etária foi significativa para o grupo entre 30 e 50 anos e igual ou maior que 50 anos. Cerca de 63,6% dos entrevistados disseram ser casados e 54,5 % revelaram escolaridade igual ou menor que 4 anos. 63,6%, disseram ter uma renda familiar igual ou menor a 1 salário mínimo e, 100% deles residem em casa de alvenaria.

Identificou-se que 54,4% do grupo possuem vínculo entre 11 a 20 anos com a

associação e 100% do grupo responderam ter atividade remunerada, com vínculo empregatício ou dono de seu próprio negócio, ou são aposentados.

Tabela 2:
Perfil dos sócios a partir da amostra, Miracica - Garanhuns/PE, 2013.

Perfil dos sócios		População	
		N1	%
Total da amostra		11	100,0
Sexo	Masculino	07	63,6
	Feminino	04	36,3
Faixa etária (anos)	≤ 30	02	18,1
	30-50	04	36,3
	≥ 50	05	45,4
Estado civil	Casado/a	07	63,6
	Solteiro/a	02	18,1
	Outros	02	18,1
Anos de Escolaridade	0	-	-
	≤ 4	06	54,5
	5-8	05	54,4
Renda Familiar (salário mínimo ²)	≤ 1 SM	07	63,6
	≥ 1 SM	04	36,3
Tipo de moradia	Alvenaria	11	100
	Palafita	-	-
	Tábua	-	-
Tempo de Vínculo com a associação	0-5	03	27,2
	6-10	03	27,2
	11-20	05	54,4
Possui atividade remunerada ou aposentadoria	Sim	11	100*
	Não	-	-

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

N1 = Número de pessoas pesquisadas.

2 = Salário mínimo vigente R\$ 678,00

Analisando o perfil dos sócios participantes da pesquisa de ambas as Associações, chama atenção a variável escolaridade. Foi oportuno fazer uma análise quanto aos dados apresentados, na perspectiva de entender o perfil dos grupos, sendo este um ponto importante para analisar os resultados. As condições de vida no meio rural e a falta de oportunidades é um fator a ser levado em consideração, pois pode explicar a variável anos de escolaridade.

No entanto não se pode afirmar, em sua totalidade, que o maior ou menor grau de escolaridade reflete no nível de entendimento das pessoas quando se refere a tomadas de decisões e representatividade social e aqui, refere-se também para o bem da coletividade.

A esse respeito autores como Bourdieu (1998) questionam frontalmente a neutralidade da escola e do conhecimento escolar, afirmando que o que essa instituição representa nada mais é do que as crenças, as posturas e os valores dos grupos dominantes, apresentado como

cultura universal. Em síntese, a escola não seria uma instância neutra que transmitiria uma forma de conhecimento intrinsecamente superior e que avaliaria os alunos a partir de critérios universalistas, mas, ao contrário, seria uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes. Bourdieu (1998) mostra que, na verdade, as chances dadas aos alunos são desiguais, representando um sistema de desigualdade de oportunidades; às mesmas aulas, seriam submetidos às mesmas formas de avaliação, obedeceriam às mesmas regras e, portanto, supostamente, teriam as mesmas chances.

Não se pretende afirmar aqui que a educação escolar não seja um fator relevante, muito pelo contrário, visto sua importância para a construção de oportunidades, mas trazer a reflexão a presente questão.

A liderança de um grupo por pessoas de nível escolar mais adiantado, por exemplo, é um fato que acarreta, muitas vezes, uma relação vertical entre eles. Bem observado no caso da Associação São Severino dos Ramos, do município de Macaparana, onde a presidente do grupo possui nível escolar superior aos seus associados. Diferentemente do caso da Associação Comunitária do Escovão, localizada em Garanhuns, onde o atual presidente não concluiu o ensino fundamental, observando uma relação horizontal entre o grupo, facilitando o relacionamento e os processos decisórios que competem para o bem de todos.

Mais adiante serão analisados outros aspectos para explicar o caso da proposta da dissertação, que englobam as questões de relações dos grupos em suas respectivas associações e a participação da comunidade.

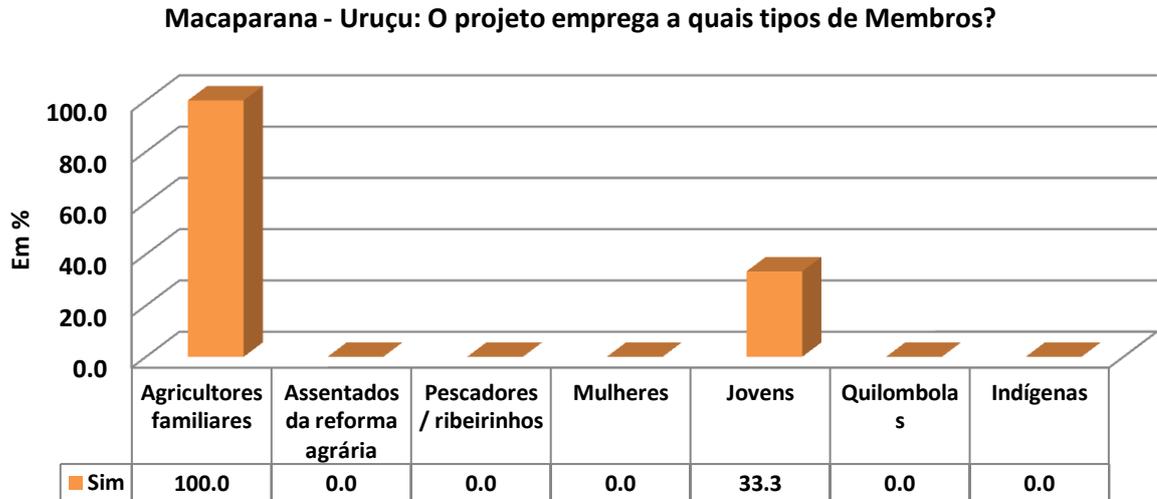
5.2 O Surgimento dos Projetos Agroindustriais

5.2.1 Agroindústria de São Severino dos Ramos

O projeto de agroindústria de fruta da Associação São Severino dos Ramos foi criado em 09 de março de 1999 (a 14 anos) Essa ideia surgiu a partir da mobilização da comunidade local através dos sócios da associação.

O grupo atendido pelo projeto é de agricultores e agricultoras familiares (Gráfico 1). Na sua implantação tinha previsto beneficiar vinte famílias, atualmente beneficia somente oito, que integram o projeto.

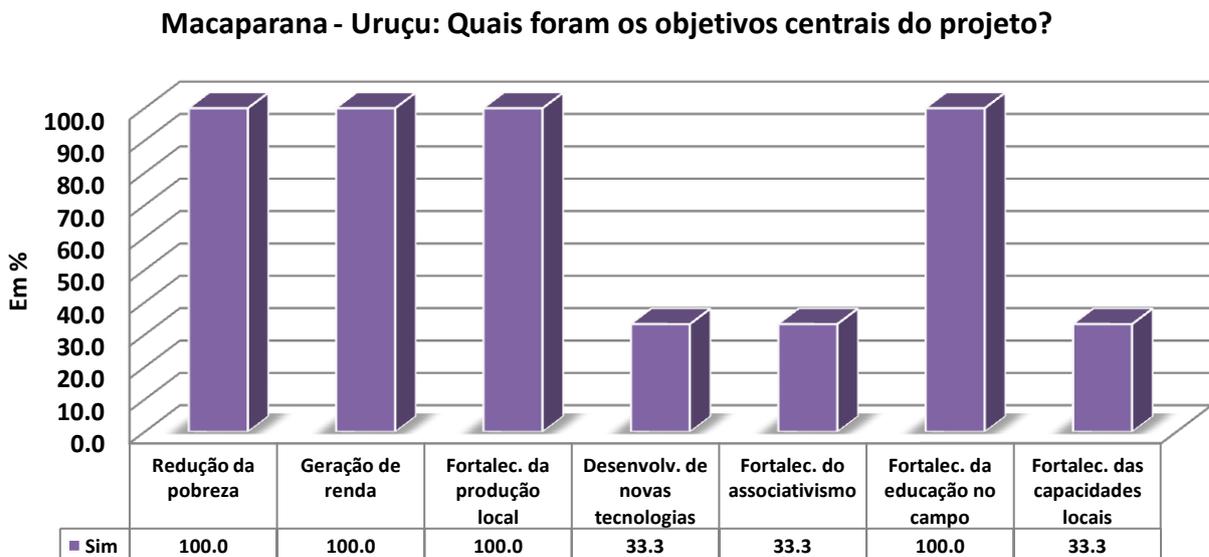
Gráfico 1:



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

O objetivo do projeto era de promover mudanças no contexto social existente gerando ocupação e renda para famílias residentes, no intuito de fortalecer a economia e desenvolver o distrito, reduzir a pobreza, fortalecer a educação no campo e aproveitar as capacidades produtivas locais aumentar a produção local e fortalecer o associativismo. (Gráfico 2). Além disso, solucionar os problemas da perda de safras de banana na localidade, visando atender o mercado interno e regional.

Gráfico 2:



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

A justificativa para a implantação do projeto foi de que o município de Macaparana está inserido numa região que apresenta bons índices pluviométricos anuais, é recortada por rios perenes e com boa infraestrutura de estradas e eletrificação rural; fatores estes disponíveis e já existentes para atender qualquer projeto agroindustrial.

O projeto constou da construção do edifício sede da unidade fabril (financiamento dos projetos de cálculo estrutural, hidrossanitário, instalações elétricas e esgotamento sanitário) mais a aquisição de máquinas e equipamentos, beneficiando a Associação São Severino dos Ramos, no Sítio Uruçú.

O terreno de implantação da Unidade de beneficiamento foi conseguido através de recursos próprios da associação, encontrando-se devidamente regularizado na sua compra o que permitiu a construção da agroindústria. A área da unidade de beneficiamento construída corresponde a um total de 82 m² (ver anexo D). Para a construção do prédio da agroindústria foi realizado um mutirão com os associados residentes da comunidade de forma participativa e voluntária.

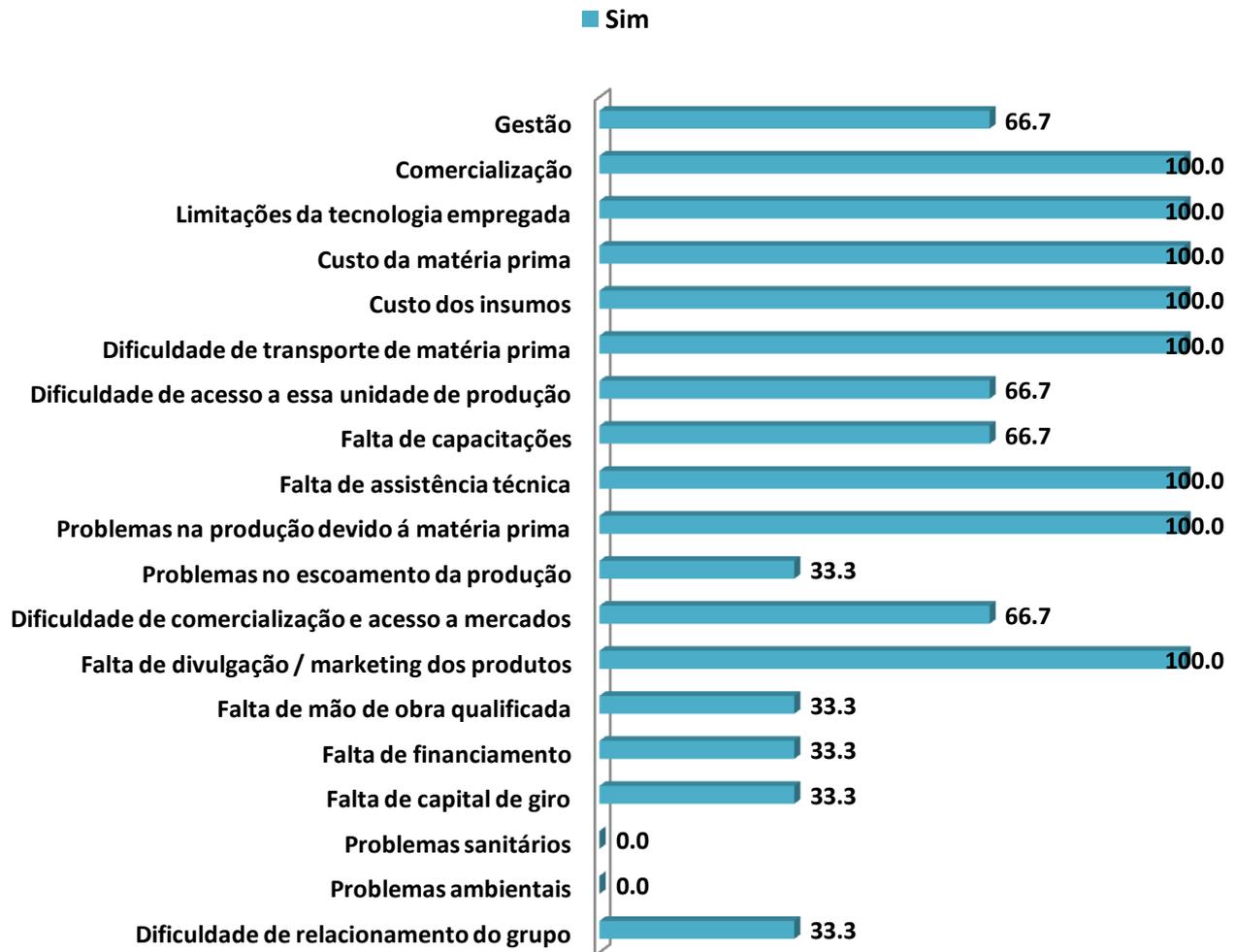
Durante os primeiros anos de funcionamento teve uma boa capacidade produtiva. No entanto nos últimos 5 anos o projeto passou a funcionar com capacidade ociosa. Tanto a Associação quanto o gestor do projeto não possui outra fonte de recurso financeiro complementar para suprir o capital de giro e atender as necessidades do projeto.

Com capacidade para processar 250 kg de frutos por dia, a unidade industrial produzia doces em calda, doces cremosos, geleias, banana chip's, nego-bom e frutas prontas para o consumo.

A principal dificuldade enfrentada pelo projeto é a produção insuficiente para atender à demanda do mercado, entre outras, que podem ser identificadas no gráfico 3. Segundo a presidente da associação e membros participantes do levantamento dos dados, o projeto foi implantado, mas atualmente está operando com baixa capacidade produtiva.

Gráfico 3:

Macaparana - Uruçu: Quais são as principais dificuldades encontradas atualmente no Projeto? Em %



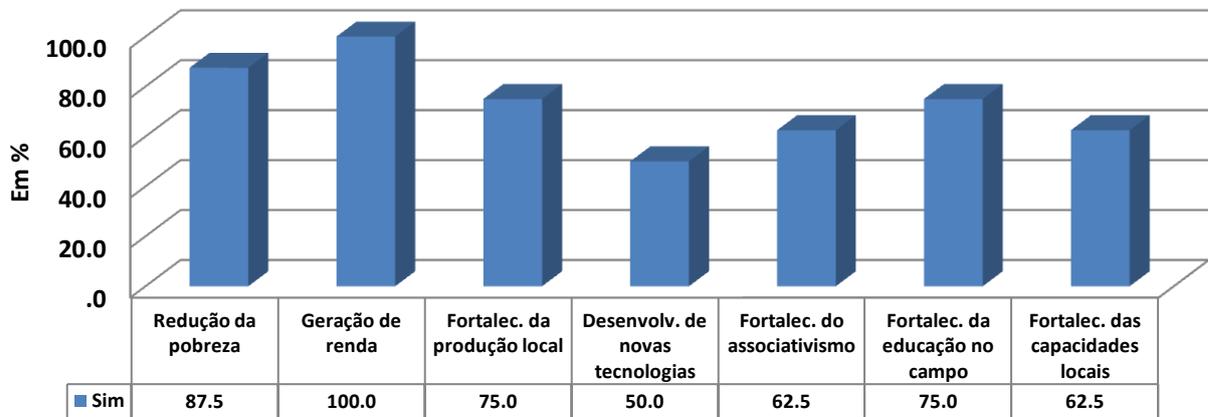
Fonte: pesquisa de campo, 2013.

5.2.2 – Agroindústria Comunitária do Escovão

Essa agroindústria surgiu a partir da mobilização dos sócios da Associação residentes da comunidade. Teve como motivação o interesse de reduzir a pobreza na localidade, gerar renda e ocupação, aumentar a produção local, fortalecer o associativismo e melhorar a educação no campo, conforme mostra os dados da pesquisa *in loco* (Gráfico 4).

Gráfico 4:

Garanhuns - Miracica: Quais foram os objetivos centrais do projeto?



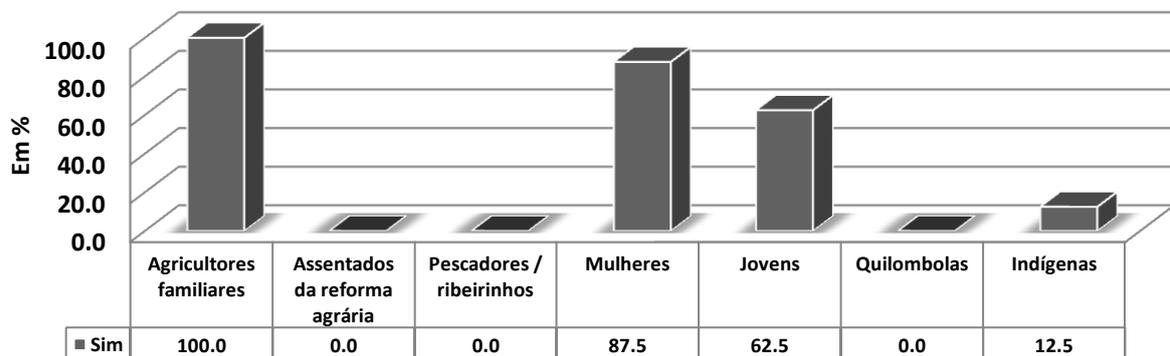
Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Outro objetivo é gerar ocupação e renda para as famílias da região, com o intuito de fortalecer a economia e desenvolver o distrito. Em sua implantação estava previsto beneficiar vinte e quatro famílias, atualmente beneficia apenas doze.

Os entrevistados da presente pesquisa responderam que o grupo de pessoas atendidas pelo projeto são agricultores familiares e mulheres, além de jovens e indígena como mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5:

Garanhuns - Miracica: O projeto emprega a quais tipos de Membros?



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

O terreno para implantação da unidade de beneficiamento foi conseguido através de recursos próprios da associação. Encontrando-se devidamente regularizado a sua compra e a

construção da unidade. A área da unidade de beneficiamento abrange um total de 189 m² e funciona na mesma edificação da Associação.

Com o apoio da UGT do ProRural de Garanhuns, foi constituída uma comissão de licitação que atuou na aquisição dos equipamentos, materiais e a contratação de serviços. A gestão da obra ocorreu de forma participativa, onde todos os associados, juntamente com a diretoria, participaram de decisões referentes ao projeto.

Durante o primeiro ano de funcionamento da unidade ela teve uma capacidade produtiva precária (Gráfico 6). As principais dificuldades giraram em torno da comercialização dos produtos, de obtenção e custos da matéria prima e de capital de giro para essa unidade industrial.

Gráfico 6:

Garanhuns - Miracica: Quais são as principais dificuldades encontradas atualmente no Projeto? Em %



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Tanto a Associação quando o projeto não apresentou recursos financeiros para complementar o capital de giro que permita o funcionamento adequado do projeto. Além do

beneficiamento do caju e da castanha a agroindústria produz diversos produtos como caju em calda, caju cremoso, doce de leite, leite em calda, leite com castanha, leite com goiaba, goiaba cremosa, goiaba em calda, abobora com coco, mamão com coco e doce de banana.

5.3 Analise dos indicadores

5.3.1- Indicadores do capital social das Associações

Nesta subseção serão analisados os indicadores referentes ao capital social da associação conforme tabela 3 adiante.

Analisando os dados do grupo de indicadores do capital social da associação, quanto à participação da comunidade na Associação, constata-se que a Associação São Severino, da comunidade do Uruçú, Macaparana, apresentou uma maior representatividade na comunidade comparada a Associação Comunitária do Escovão, comunidade de Miracica, município de Garanhuns (Tabela 3). No entanto, embora o resultado tenha se mostrado favorável à participação da comunidade referida, este não deve ser interpretado como um fator definitivo na análise. Ainda será comparado com outras informações coletadas nas comunidades e associações, referente ao capital social.

Ainda que a relação de certos grupos possa ser estabelecida no nível de interesses individuais, a integração de um grupo de pessoas de uma dada comunidade, estabelecida por associações, pode contribuir na eficácia e estabilidade das relações sociais não só por causa de efeitos internos sobre o indivíduo, mas também pelos efeitos externos sobre a comunidade. Isso porque, no âmbito interno, incute hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público e no âmbito externo promove um maior dinamismo na mobilização para articulações de interesses comuns da comunidade.

A esse respeito Putnam (2006, p. 103) afirma que “somente a ação que os homens exercem uns sobre os outros renovam os sentimentos e as ideias, engrandece o coração e promove o entendimento”. Essa ideia corrobora os dados de uma pesquisa sobre a *cultura cívica*⁷ realizada em cinco países, incluindo a Itália, mostrando que os membros das associações têm mais consciência política, confiança, participação política e “competência civil individual” do que aqueles que não estão vinculados a organizações sociais.

⁷ Refere-se aos valores e as virtudes de uma sociedade; caráter dos cidadãos.

Tabela 3: Indicadores do capital social da associação

INDICADORES	Associação São Severino dos Ramos – Macaparana/ Uruçú	Associação Comunitária do Escovão – Garanhuns/ Miracica
1. Participação da Comunidade na Associação PCA1= membros da associação/população total da comunidade	64/1200= 5,30%	75/8000= 0,93%
PCA2= numero de famílias da associação/ total de famílias da comunidade	56/204= 27%	75/3500= 2,14%
2. Participação da Associação no Município PAM1 = N° de membros da Associação candidatos a vereador/Membros da Associação	2/64= 3,12%	1/75= 1,30%
PAM1 = N° de membros da Associação eleitos vereador/Membros da Associação	1/64= 1,50%	1/75= 1,30%
3. Participação Efetiva dos Associados na Associação PEA1 = Sócios adimplentes em 2012/Total de sócios	45/64= 70%	40/75= 53%
PEA2 = % de sócios adimplentes em 2012/ % sócios adimplentes no ano da fundação	70/80= 87,5%	53/100= 47%
4. Participação dos associados nas votações PAV1 = % de sócios votantes na ultima eleição da diretoria/% votantes na 1° eleição	31/100= 31%	47/100= 47%
PAV2 = N° de sócios que votaram na primeira eleição da diretoria/N° total de sócios	62/62= 100%	30/30= 100%
5. Renovação na diretoria RD1= N° de sóc. permanentes na 2° e na atual diretoria/Total de cargos da diretoria	3/6= 50%	5/6= 83%
RD2= N° de sóc. permanentes na penúltima e na atual diretoria/Total de cargos da diretoria	3/6 = 50%	2/6= 33%
6. Realização de Assembleias RA= N° de assembleias realizadas em 2012/N° de assembleias realizadas em 2011	5/6= 53%	8/10= 80%
7. Presença nas Assembleias PA= Presença média de filiados nas assembleias em 2012/Total de filiados em 2012	30/64= 46%	50/75= 66%

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Dando ênfase a questão da participação efetiva da associação no município, vê-se na Associação do Escovão uma maior unidade política e, ambas as Associações estabeleceram uma representação da comunidade na câmara.

A participação da comunidade em atividades políticas pode caracterizar uma sociedade cívica, visto que, *“numa comunidade cívica a cidadania se caracteriza principalmente pela participação nos negócios públicos”* (PUTNAN, 2006, p. 101).

Putnam (2006) ainda fala da igualdade política, que não deve ser entendida, necessariamente, como partidos políticos, mas sim quanto ao direito de cidadania, liderança participativa. *“... a comunidade será tanto mais cívica quanto mais a política se aproxima do ideal de igualdade política entre os cidadãos que seguem as regras de reciprocidade e participam do governo”* (p. 102).

Esses interesses pelas questões públicas são os principais sinais de virtude cívica, como diria Putnam. Isso porque, esse significado parece ser um reconhecimento da comunidade buscar interesses coletivos, e não puramente individual. Nesse aspecto, ambas as comunidades e respectivas Associações mostraram estarem atentas aos aspectos cívicos de seus municípios.

No que se refere a participação efetiva dos sócios na Associação, buscou-se identificar como vem sendo constatada essa participação, por meio dos registros de pagamentos dos sócios de suas taxas de contribuição, tomando como base o ano de fundação da associação e o ano de 2012. Nota-se que a contribuição financeira para manter a associação é mais presente em São Severino do que em Escovão.

Na Associação São Severino dos Ramos no ano de fundação (1999) a adimplência era maior do que em 2012, apesar de neste último ano se registrar um pequeno aumento do número de sócios.

Na Associação do Escovão mesmo registrando significativa ampliação dos sócios, essa ampliação não responde o cumprimento regular de suas obrigações financeiras com a Associação.

O pagamento da contribuição mensal das Associações por seus associados não devem ser entendido como um atributo da participação dos mesmos. Isso porque, a participação pode ser explicada por várias razões e uma delas é o próprio interesse individual dos sócios principalmente no que diz respeito aos benefícios advindos da associação em decorrência do projeto, promovendo uma maior participação dos sócios. Esse fato foi percebido na Associação São Severino, os sócios tem “medo” de não pagar suas taxas fixas pelo fato de não terem direitos futuros de receber os benefícios da Associação.

O nível de participação dos associados também foi identificado através da participação nas eleições de diretoria de ambas as associações. Ver-se que para ambas as organizações houve uma queda significativa da participação dos associados nos processos eleitorais. Contudo, os sócios da Associação do Escovão estavam mais presentes nas votações da diretoria do que em São Severino.

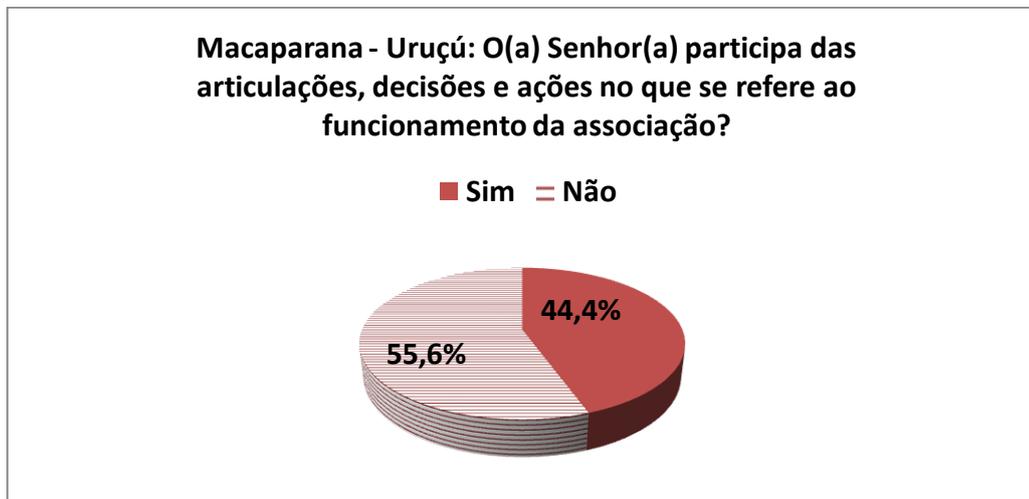
Parte do grupo entrevistado, da Associação São Severino, disseram não participar dos processos de tomadas de decisões em votações. Como pode ser visto no quadro 3 e no gráfico 7 seguintes que referem-se à participação dos sócios nas articulações, decisões e ações da associação.

Quadro 3:

Macaparana - Uruçú: O (a) Senhor (a) participa das articulações, decisões e ações no que se refere ao funcionamento da associação?		
	Nº de entrevistados	%
Sim	4	44,4
Não	5	55,6
Total	9	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Gráfico 7:



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

A associação São Severino dos Ramos aparece com 55,6% dos sócios respondendo negativamente quanto à sua participação. Os motivos apresentam-se pela falta de interesse dos sócios devido ao impedimento de um maior envolvimento por parte da diretoria. No quadro 4 que segue identificam-se as principais causas que levam aos sócios da Associação São Severino não se envolverem, ficando a desejar o envolvimento dos sócios pela falta de

incentivo de sua própria diretoria, segundo afirmaram os participantes do levantamento realizado.

Nessas condições, foi comum ouvir nas entrevistas o fato recorrente de que, quem toma iniciativa e decide pela associação, na maioria das vezes, é a presidente, sendo os sócios meros expectadores. Esse fato também pode ser identificado na fala do técnico do IPA do Município de Macaparana, que atende a região.

Geralmente os sócios da associação não interferem nas decisões, só fazem balançar a cabeça. Mesmo que tiverem opiniões contrárias, não têm coragem de falar durante as reuniões. Por medo ou por vergonha de se pronunciarem (técnico do IPA).

Quadro 4:

	Macaparana – Uruçú: O (a) Senhor (a) participa das articulações, decisões e ações no que se refere ao funcionamento da associação?	Por quê?
1	Sim	Não informou.
2	Não	Não tenho interesse, mas já participei muito. Hoje não tenho mais vontade.
3	Não	Sou convidada apenas para participar das reuniões. Não decido ou articulo em nada.
4	Não	Não sou convidada para participar de decisão. Só para ouvir o que é decidido.
5	Não	Não tem interesse pela direção da associação.
6	Não	Não sou convidada para participar de decisão. Só faço ouvir o que é decidido.
7	Sim	Sem informações
8	Sim	Sem informações
9	Sim	Sem informações
Total	9	9

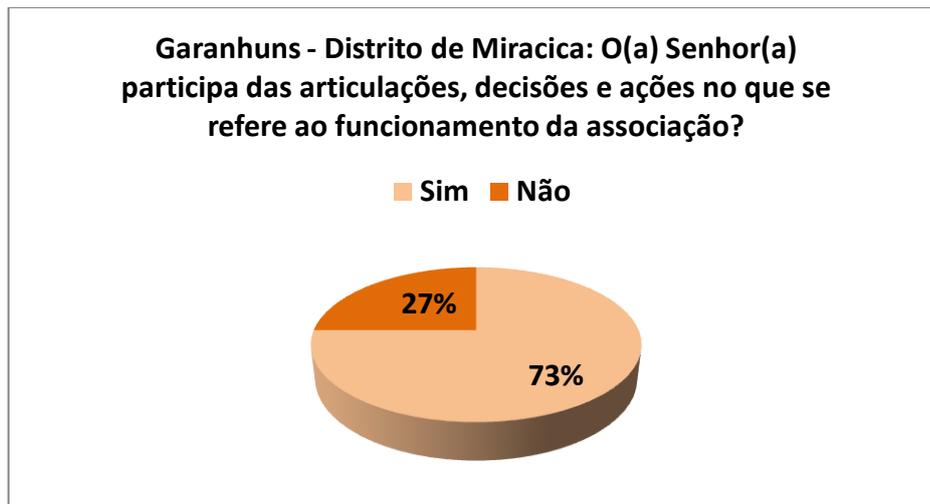
Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Para a maioria dos sócios da Associação do Escovão, as decisões ocorrem por votação após consenso entre os sócios, o que seria uma forma mais justa de decisão. Na realidade, poucos são os que afirmam que as decisões são tomadas sem uma discussão prévia, seguido dos que desconhecem a forma como estas ocorrem (Quadro 5 e Gráfico 8). Todavia, a maioria dos sócios do Escovão encontra-se satisfeitos pelo modo como o processo decisório vem ocorrendo.

Quadro 5:

Garanhuns - Distrito de Miracica: O (a) Senhor (a) participa das articulações, decisões e ações no que se refere ao funcionamento da associação?		
	Nº de entrevistados	%
Sim	8	73,0
Não	3	25,0
Total	11	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Gráfico 8:

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Setenta e três por cento dos sócios responderam participar das articulações, decisões e ações no que se refere ao funcionamento da associação. Os principais argumentos dos participantes do levantamento foram o incentivo dado pela diretoria quanto à participação e a união do grupo como processo importante para as decisões da organização (Quadro 6).

A importância da própria diretoria da associação quando convoca seus membros para participarem promove um incentivo e um reconhecimento da importância dos membros nos processos decisórios da organização da associação.

Quadro 6:

	Garanhuns - Distrito de Miracica: O (a) Senhor (a) participa das articulações, decisões e ações no que se refere ao funcionamento da associação?	Por quê?
1	Sim	É importante sabermos de tudo que está acontecendo; Todos tem que participar.
2	Não	Mas tenho conhecimento.

3	Sim	Sou sempre chamado para participar.
4	Sim	Somos convidados a participar.
5	Não	Frequenta pouco.
6	Sim	Sem informações.
7	Sim	Sem informações.
8	Sim	Nas reuniões da Associação para debater e tomar decisões em conjunto.
9	Não	Mas tenho conhecimento.
10	Sim	Para dar opiniões para o bem de todos os sócios.
11	Sim	Por ser sócia e por ser convocada, dando suas opiniões.
Total	11	11

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Vale dizer que um alto índice de participação nem sempre deve ser interpretado como um fator positivo, levando em consideração que pode se dar apenas em vista dos interesses próprios. Para todo cidadão consciente a participação nos processos decisórios é também um dever, especialmente quando este diz respeito ao bem coletivo. Os processos de escolhas de membros para representação de um grupo, de uma nação (o processo eleitoral), é uma forma democrática onde é dado o direito ao povo de tomar importantes decisões. A democracia é um arranjo institucional para se chegar a certas decisões que sejam relativas ao bem comum, de uma coletividade, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumpri-la. E, a elevação dos índices de capital social pode ter efeitos positivos pelo seu impacto na democracia.

Além disso, para cada nova diretoria que se forma uma nova representação de suas organizações, também se faz por esse motivo a opinião do eleitorado é de suma importância para a avaliação de seu desempenho e melhorias na organização.

A associação São Severino dos Ramos possui um total de 6 cargos de diretoria a qual foi constatada mudança de membros de sua penúltima para a atual diretoria e sua segunda para atual diretoria constatou-se mudanças de 3 membros de sua diretoria, presidente, tesoureiro e secretário ou seja, representou uma mudança da metade dos membros de sua diretoria.

A associação Comunitária do Escovão também possui uma diretoria de 6 cargos dos quais durante seu tempo de atividade, da penúltima para a atual diretoria houve a mudança do presidente e vice presidente permanecendo os demais membros. De sua segunda para atual diretoria já houve mudança de vários membros da diretoria entre tesoureiro, vice tesoureiro, secretário, vice secretário e vice presidente, ou seja, houve uma maior rotatividade dos

membros da diretoria da associação, cerca de 5 mudanças consecutivas, com uma permanência no cargo de 2 anos, podendo este ser reeleito por mais 2 anos, segundo o estatuto da Associação. Configurando-se num maior envolvimento e oportunidades para o grupo associado, uma vez que houve a participação dos sócios em cargos da diretoria.

Em empreendimentos associativos, normalmente, a comunidade se mantém unida por uma relação horizontal de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência, ou seja, os cidadãos que nela participam interagem como iguais e não como chefe e empregados.

A importância da oportunidade dada a outros membros do grupo para participar em cargos de decisão numa organização pode estabelecer uma confiança mútua entre os envolvidos, tomando o empoderamento (*empowerment*)⁸ do cidadão como um fator que pode leva-lo a um juízo maior dos valores sociais e coletivos. O contrário pode causar uma fragilidade ou até mesmo ruptura nas relações de confiança do grupo resultando numa participação fragilizada e uma falta de cooperação e solidariedade para com a organização, como pôde ser percebido no grupo da Associação São Severino.

Constatando-se que é necessário elevar o nível de confiança entre os membros desta Associação para que possam continuar suas atividades com êxito e reciprocidade mútua, e com isso atingir um nível desejável de satisfação coletiva.

Em virtude dessa baixa confiança, foi verificada pouca interação entre as pessoas que compõem a Associação. Por isso, é visível que nem todos assumem os compromissos firmados em reuniões, inviabilizando o alcance de maiores níveis de compromisso e interação entre os sócios em relação ao desempenho das atividades.

A esta questão, Putnam fez uma análise sobre as iniciativas comunitárias na América Latina ressaltando a importância da confiança nas transações que mesmo aparentemente visem interesses próprios, pois estas acabam por assumir um caráter diferenciado quando inseridas num contexto social que promovem a confiança mútua. E resalta ainda que as relações de confiança permitam a comunidade cívica superar mais facilmente o que os economistas chamam de “oportunismo”, no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente fragilizando as relações do grupo e das atividades da associação.

⁸ Conceito de Administração de Empresas que significa "descentralização de poderes", ou seja, sugere uma maior participação dos trabalhadores nas atividades da empresa ao lhes ser dada maior autonomia de decisão e responsabilidades.

Quanto às realizações de assembleia nas associações tomaram-se como referência de análise os anos de 2011 e 2012, na intenção de identificar se houve aumento ou diminuição do número de assembleias realizadas. E o resultado foi a diminuição desse quadro para ambas as associações.

Outra análise foi quanto a presença dos sócios nas assembleias. Então foi avaliado a presença média de filiados em assembleias em 2012 em relação ao total de filiados em 2012. Na Associação comunitária do Escovão essa presença foi mais significativa comparada a Associação São Severino.

Associação São Severino encontra-se em um estágio de baixa atividade, em virtude de um baixo envolvimento dos sócios nas atividades desenvolvidas no âmbito interno da associação, diferentemente da Associação do Escovão. Logo, torna-se prudente uma maior articulação entre os mesmos no sentido de promover novas ideias e discussões gerais.

Para ambas as Associações, uma maior participação se dá, em sua maioria, quando as instituições governamentais de apoio promovem tais encontros para discutir assuntos de interesses dos associados e, assim, encaminham um comunicado solicitando a presença destes. Caso não haja esse ponto de partida por parte das instituições como Banco do Nordeste, Sebrae, entre outras, verifica-se um comportamento bastante disperso e que prejudica um efetivo direcionamento para atitudes participativas, segundo seus respectivos presidentes.

De um modo geral a maioria dos sócios de São Severino sempre participa das reuniões em que são convocados. Contudo, poucos são os que se posicionam nestas oportunidades no intuito de apresentar propostas para novas ações, sendo uma atuação bastante passiva frente ao que está sendo discutido e que é de interesse dos próprios associados.

Por isso, a identificação da presença dos sócios da associação nas assembleias é de suma importância para o grupo, visto que esta presença pode funcionar como uma ferramenta que possibilita os atores envolvidos exercerem o papel de cidadãos e agirem como indutores das decisões no que competem as questões que envolvem os benefícios para todos os membros associados e que, muitas vezes, são também extensivos a comunidade.

Com este resultado infere-se que, no caso da Associação São Severino dos Ramos a participação foi satisfatória para os indicadores que dizem respeito aos fatores externos da unidade, *Participação da comunidade na Associação, Participação da Associação no município e Participação efetiva dos associados na Associação*. Essa participação não sede espaços às questões que dizem respeito ao envolvimento de seus sócios quanto às discussões e decisões referentes ao funcionamento da mesma. No caso da Associação Comunitária do

Escovão os resultados mostraram-se positivos para os indicadores de *Participação dos associados nas votações, Realização de assembleias e Presença nas assembleias*, indicadores referentes ao funcionamento possibilitando uma participação mais efetiva dos sócios quanto às decisões referentes ao funcionamento da mesma.

Então não se pode dizer, em sua totalidade, que a participação da comunidade em associações comunitárias possibilitará uma maior disposição do grupo a informar-se, a discutir e a participar das decisões. Isso dependerá dos valores desprendidos de cada grupo em particular conforme os interesses de cada um. Nesse sentido, o capital social tem relação com as identidades que expressam competências sociais aptas para as ações coletivas como práticas que têm influência na disposição do indivíduo em participar de processos decisórios.

5.3.2 Indicadores de funcionamento dos Projetos

Nesta subseção o objetivo é saber como funciona o projeto agroindustrial com a participação e envolvimento dos sócios da associação e a influência do projeto na associação conforme é apresentado na tabela 4.

O grupo operacional dos projetos é tipicamente formado de famílias residentes na comunidade onde estes estão instalados. São agricultores familiares que, em sua totalidade, se fazem sócios das respectivas Associações. Esse é um ponto positivo a ser destacado pelo fato de que existe uma relação de membros dos projetos com as associações e vice-versa. O quadro de gerência das associações, como já dito anteriormente, é composto de 6 membros, presidente, vice presidente, tesoureiro, vice tesoureiro, secretário e vice secretário. No entanto, suas unidades de beneficiamento não possuem o mesmo padrão de cargos bem definidos.

Atualmente a unidade de beneficiamento da Associação São Severino dos Ramos, encontra-se operando com uma baixa capacidade de produção. Foi constatado que esse projeto possui um administrador, que é o presidente da associação, outras três pessoas que coordenam a comercialização, as finanças, e a produção e mais quatro responsáveis pela fabricação dos produtos, num total de oito pessoas diretamente envolvidas com essa unidade.

A unidade de beneficiamento agroindustrial da Associação do Escovão encontra-se operando em melhores condições, na sua organização possui um administrador que também é o presidente da associação, um controlador de vendas, um controlador de abastecimento, um controlador de produção e mais oito pessoas envolvidas diretamente com a produção, num total de doze pessoas trabalhando diretamente nessa agroindústria.

Atualmente, o modelo de gestão e a estrutura organizacional utilizada no processo de

comercialização do mix de produtos e serviços nas agroindústrias pesquisadas, necessitam de funções bem mais definidas, o mesmo acontece em relação às atividades de gerenciamento do processo produtivo. A divisão de tarefas e de responsabilidades embora estando definidas, não têm tido resultados satisfatórios necessitando de uma melhor capacitação das pessoas designadas para executar as tarefas de compras, produção, vendas, entre outras.

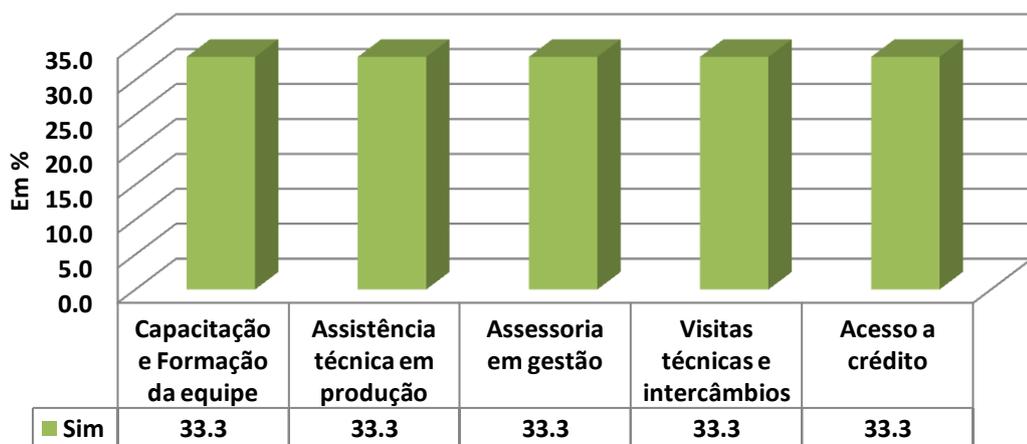
Porém, o que pôde ser constatado, é que nas duas unidades, o presidente da associação é também o administrador da agroindústria, e existem sócios da associação responsáveis por funções na agroindústria que podem ser mudadas de acordo com as necessidades das atividades a serem executadas.

No entanto, o que se vê nos dois casos estudados é que não há distinção de administração entre associação e projeto. Isso pode significar uma centralização das decisões e impossibilitar novas direções, novas possibilidades de progresso para ambas as unidades produtivas (projetos de agroindústria).

Para a execução das atividades da unidade de produção, necessário se fez a capacitação os sócios da Associação São Severino dos Ramos (gráfico 9), que acompanharam o nascimento da agroindústria, participaram de uma série de cursos que se adequassem a sua atividade produtiva, em áreas como associativismo, processamento de alimentos, educação higiênica e sanitária, produção e qualidade, novas tecnologias, etc.

Gráfico 9:

Macaparana - Uruçu: Quais as ações que foram utilizadas no planejamento do projeto?



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Tabela 4: Indicadores de funcionamento do projeto na perspectiva do capital social

INDICADORES	Associação São Severino dos Ramos – Macaparana/ Uruçú	Associação Comunitária do Escovão – Garanhuns/ Miracica
1. Equipe do projeto que são sócios da associação	8/8= 100%	12/12=100%
2. Gerencia de Projeto e participação em cargos na Associação	Não possui diretoria definida Participação do presidente	Não possui diretoria definida Participação do presidente
3. Ocorrência de treinamento de pessoas da Associação em decorrência do Projeto	20 sócios	20 sócios
4. Escolha de equipes dos projetos	Melhor desempenho nos cursos	Melhor desempenho nos cursos
5. Matéria prima do projeto	Produção local/Compra em feiras a varejo	Produção local/Compra de redes atacadistas
6. Interação cooperativa entre associação e projeto	Através do envolvimento dos sócios	Através do envolvimento dos sócios
7. Mobilização da gerencia do projeto com apoio da direção da associação na perspectiva do capital de giro	Ausente	Presente
8. Expectativa do projeto	Insatisfatória	Satisfatória

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Tais cursos foram viabilizados por meio da STAS/SINE/ Programa de Emprego Popular, visando a um embasamento cultural amplo em termos de competência tecnológica, gerencial e humana.

Os treinamentos ocorridos para a execução das atividades do projeto de agroindústria constaram de capacitações de 20 sócios, por meio de cursos, a saber: Introdução à qualidade, Iniciação técnica empresarial, Embalagens de alimentos, Educação ambiental, processamento artesanal de frutas, boas práticas de manipulação e fabricação de alimentos. Além desses, outros cursos específicos foram administrados ao grupo como processamento de frutas minimamente processadas e processamento de frutas artesanais. A responsabilidade de administração do curso foi do Instituto de Tecnologia de Pernambuco- ITEP e de instituições parceiras como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

As análises laboratoriais de controle de qualidade dos produtos foram de responsabilidade técnica do ITEP, PEDITEC e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

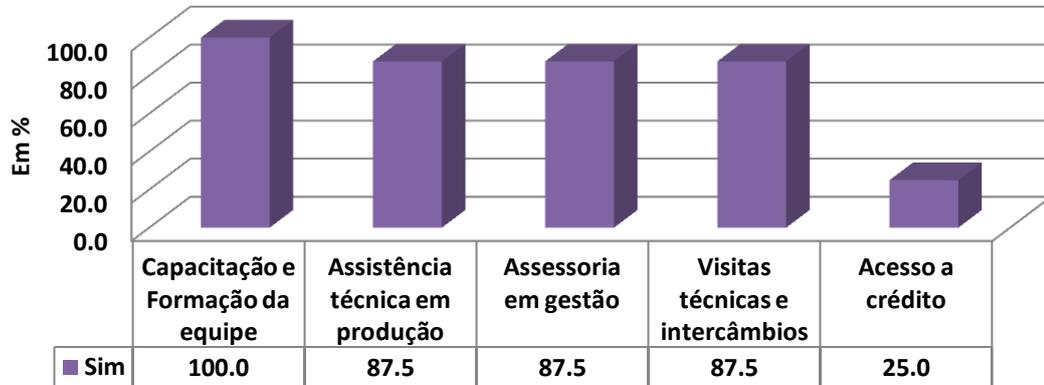
Assim como a Associação de Macaparana, a Associação Comunitária do Escovão também foi contemplada por cursos de capacitação da equipe que comporia a Unidade de beneficiamento. Essa equipe teve um total de 20 sócios capacitados.

Isso porque, para que a atuação da Associação do Escovão mostrasse competitiva era necessário antes capacitar seus participantes para que pudessem atender de forma profissional as necessidades da unidade industrial.

Além do que, a capacitação dos membros de projetos produtivos é uma condição determinada nas ações do planejamento do projeto pelo ProRural (Gráfico 10). Visto que a manipulação de produtos alimentícios requer um maior cuidado devido a riscos de contaminação, e por consequência, prejuízos à saúde do consumidor, outras capacitações foram realizadas.

Gráfico 10:

Garanhuns - Miracica: Quais as ações que foram utilizadas no planejamento do projeto?



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Os treinamentos aconteceram em decorrência da aprovação do projeto para serem administrados antes do início das atividades, onde os sócios puderam estar emitindo suas opiniões sobre quais cursos seriam mais pertinentes para serem realizados e, assim, chegarem a um consenso em reuniões ocorridas. A ideia foi priorizar os que estavam mais relacionados com as necessidades atuais do projeto, capacitando-os devidamente para a atuação das atividades da unidade.

Os cursos foram: Treinamento e capacitação em desenvolvimento de produtos; capacitação em gestão de produção; em controle de qualidade; em manipulação de alimento; em gestão empresarial (finanças e controle); treinamento e capacitação em comercialização; treinamento e capacitação em logística de compras e entregas.

As capacitações foram administradas por diversas instituições como Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, pela Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns (AESGA), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), (SENAI), SEBRAE, Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Garanhuns (UFRPE/UAG), entre outros como o Banco Bradesco.

Independente das capacitações dos agentes executores das atividades, as pequenas agroindústrias devem atender, integralmente, aos padrões e às normas ambientais de segurança, higiênico-sanitárias, do trabalho e tributárias, para tanto foram orientados e fiscalizados pelos técnicos da Secretaria de Saúde, da Saúde da Família (SF) e Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora (STAS).

Por esse motivo à escolha dos membros que comporiam a equipe do projeto de

agroindústria, foi decidida, para ambos os projetos, que as pessoas sócias da associação capacitadas que tivessem o melhor aproveitamento do aprendizado nos cursos e que mais se destacaram nas atividades fariam parte da equipe. Sendo esta, escolhido por votação pelos sócios das associações, de forma democrática, segundo seus respectivos presidentes.

No que se refere a matéria prima do projeto, está faz parte de um conjunto de elementos que são necessários no processo produtivo. Isso porque se constitui a primeira fase da cadeia de transformação indispensável para a obtenção do produto final.

Para uma unidade de beneficiamento de frutas, como é o caso do objeto de estudo, o estado in natura em que se encontram as matérias-primas não possibilita a sua utilização direta, devendo então processá-la para daí então obter o produto desejado de acordo com os objetivos das unidades de beneficiamento.

A matéria prima utilizada na produção da agroindústria da associação Comunitária do Escovão, no início de suas atividades, era advinda da produção local dos sócios das associações e de sítios vizinhos. A principal matéria prima da unidade é a castanha de caju, frutas tropicais como a goiaba, o mamão e coco da baía; abobora também é utilizado para fazer doces.

Atualmente essa aquisição tem sido muito reduzida porque o fornecimento da matéria prima tem diminuído devido às consequências da seca que assolou a região, durante os anos de 2012 para 2013 diminuindo a safra no município e conseqüentemente a produção da agroindústria. Restando a alternativa da aquisição de matéria prima por meio de compra em atacadistas.

Tal fator natural tem sido uma das principais questões de dificuldades que vem provocando indisponibilidade e baixa qualidade dos alimentos cultivados para a matéria prima e, conseqüentemente, afetado na produção da agroindústria e na comercialização de seus produtos, gerando um déficit da oferta de bens pelas unidades.

Uma das características importantes da matéria prima utilizada nas agroindústrias de processamento de frutas é sua sazonalidade. As variações no clima, que independem da vontade do homem, afetam sobremaneira a qualidade e a quantidade da produção agrícola, atingindo, desta forma, o funcionamento das agroindústrias.

A agroindústria da Associação São Severino dos Ramos não tem utilizado produtos da região como havia sido proposto na elaboração do projeto de utilizar a produção potencial da localidade. A única matéria prima utilizada tem sido a jaca, que tem sua safra sazonal. A fruta não é destaque de produção do município, e muito pouco se produz. E, devido a sua sazonalidade a agroindústria não tem produzido os doces o ano inteiro, apenas quando há

disponibilidade de matéria prima, ou pela compra desta fora da localidade. Segundo os membros entrevistados, no início das atividades da agroindústria a matéria prima era adquirida por compra no atacado em áreas vizinhas, no período em que não havia safra. Atualmente, quando se pretende produzir, a compra tem sido realizada no varejo em feiras-livres da região.

Por não haver suficiente capital de giro, essa tem sido, entre outras, uma das dificuldades da unidade produtiva, em manter a produção, pois muitas vezes não existe recurso adequado para aquisição de matéria prima.

Vale resaltar que já há alguns anos a agroindústria não tem executado nenhuma atividade produtiva significativa. O principal motivo levantado é a falta de matéria prima para tal atividade.

No que se refere a interação das associações com os seus respectivos projetos produtivos foi identificado que uma das ações cooperativas para ambos os projetos é com relação ao envolvimento de sócios das associações nas atividades do projeto produtivo. Seja coordenando, seja executando a produção dos bens da unidade produtiva. Sendo importante pela maior capacidade de articulação que seus membros possam desenvolver essa interação para gerar bens comuns a ambos, associação e projeto.

Esse fator pode ser relevante quanto ao desenvolvimento e manutenção do capital social da associação *versus* projeto produtivo pelo fato de despertar o sentimento de solidariedade e confiança entre seus membros.

Foi constatada no caso da Associação do Escovão a socialização do espaço para acomodar o projeto de agroindústria. Funcionando estes, na mesma edificação. Esse compartilhamento entre associação e projeto pode ser uma forma de demonstrar reciprocidade, transparência organizativa, possibilitando uma confiança mútua entre os grupos, assim como o sentimento cooperativo entre eles.

Outra forma de identificar a cooperação entre projeto e Associação é quanto a utilização de equipamentos por ambas. Quando perguntado ao grupo de entrevistados do projeto da Associação do Escovão se a associação utiliza equipamentos do projeto 58% responderam que “não sabem” (Quadro 7 e Gráfico 11). Embora a resposta tenha se apresentado neutra neste quesito, os membros dos projetos de agroindústria são sócios da associação, significando que existe uma interação quanto as duas organizações.

Quadro 7:

Membros do projeto -Garanhuns – Miracica: Há equipamentos do projeto utilizados pela associação?		
	Nº de entrevistados	%
Sim	3	25,0
Não	2	17,0
Não sabe	7	58,0
Total	11	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Gráfico 11:

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

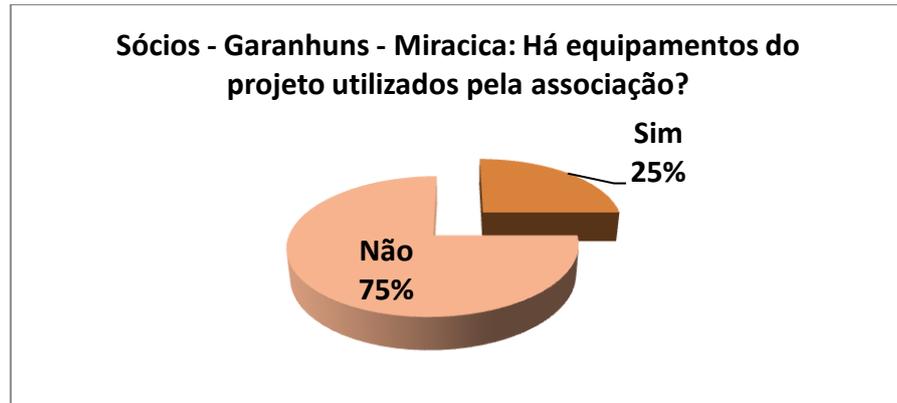
Esse mesmo levantamento também foi realizado com os sócios da associação e não membros do projeto, 75% dos sócios entrevistados disseram que a associação não utiliza os equipamentos do projeto (Quadro 9 e Gráfico 12). Embora no espaço da associação esteja instalado o projeto produtivo (ver apêndice C). Por essa razão, pode-se dizer que existe interação entre ambas as organizações (associação e projeto).

Quadro 8:

Sócios - Garanhuns - Miracica: Há equipamentos do projeto utilizados pela associação?		
	Nº de entrevistados	%
Sim	2	25,0
Não	6	75,0
Total	8	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Gráfico 12:



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Quanto ao caso da agroindústria da associação São Severino, esta possui uma sede separada da associação. No entanto seus membros também são sócios da associação, podendo significar um fator positivo ao processo de interação entre ambas as organizações.

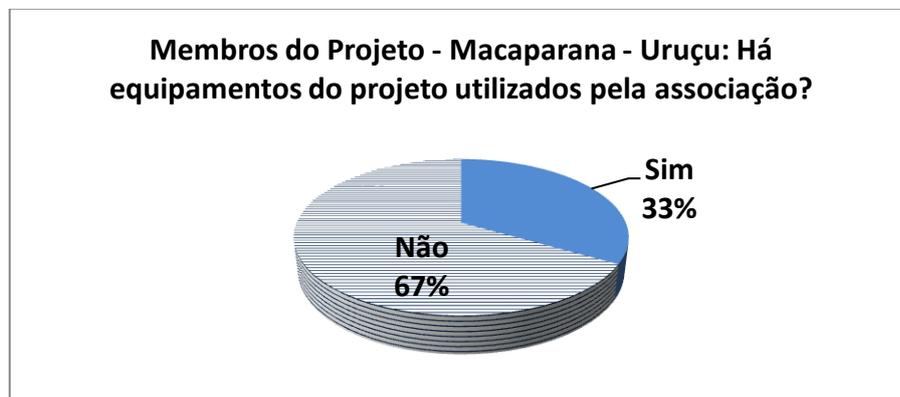
Entrevistados os três membros que tem maior participação nas atividades da fábrica, dois responderam que não existe a utilização de equipamentos da agroindústria pelos sócios da associação (Quadro 9 e Gráfico 13).

Quadro 9:

Membros do projeto -Macaparana - Uruçú: Há equipamentos do projeto utilizados pela associação?		
	Nº de entrevistados	%
Sim	1	33,0
Não	2	67,0
Total	3	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Gráfico 13:



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

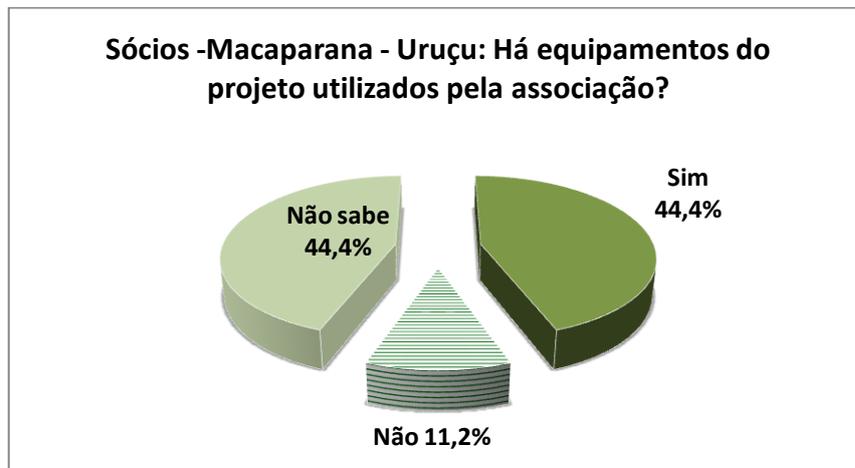
As respostas dos membros da agroindústria ficaram muito próximas com a dos sócios da respectiva associação, não membro da fabrica. Quando perguntado aos sócios da associação São Severino se a associação utilizava os equipamentos 44,4% responderam que “não sabem”, esse mesmo percentual apareceu para a resposta positiva (Quadro 10 e Gráfico 14). Percebendo uma semelhança nas respostas entre membros do projeto e sócios da associação.

Quadro 10:

Sócios- Macaparana – Uruçú: Há equipamentos do projeto utilizados pela associação?		
	Nº de entrevistados	%
Sim	4	44,4
Não	1	11,2
Não sabe	4	44,4
Total	9	100,0

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Gráfico 14:



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Outra análise utilizada para identificar o atual funcionamento dos projetos de agroindústria foi quanto ao capital de giro.

O capital de giro é base de todo negócio financeiro. É administrado em empresas de pequeno, médio e grande porte; é o montante estipulado e empregado na obtenção dos meios de produção, de forma que a empresa complete o ciclo operacional da fabricação de seus produtos. Se bem administrado pode levar uma empresa ao sucesso empresarial e financeiro.

Por outro lado o descaso com esse capital pode causar sérios problemas para a empresa. Pois, este é de muitíssima importância dentro das empresas, podendo solucionar

problemas que muitas vezes levaria as empresas à falência. A sua falta acarreta na insuficiência de recursos destinados a problemas eventuais futuros para que se obtenha a continuidade das atividades da empresa.

Essa aquisição de capital de giro foi observada quanto a mobilização da gerencia dos projetos de agroindústria e das diretorias das associações, quando estas se mobilizam na expectativa de mobilizar os grupos para aquisição de bens comuns, bens que irão beneficiar ambas as organizações. Entre esses fatores fala-se aqui na aquisição de capital de giro para a manutenção do empreendimento familiar.

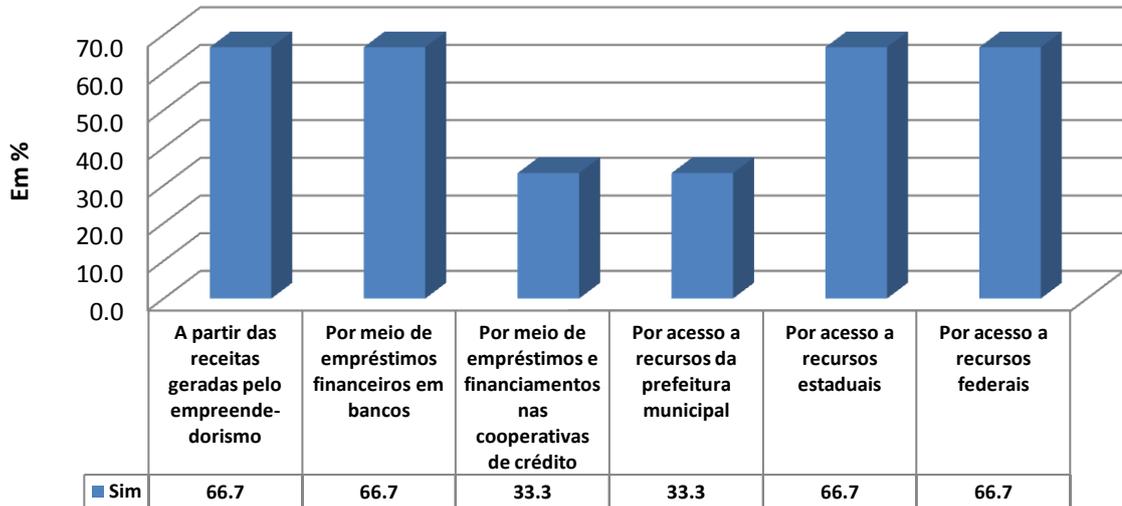
No entanto, foram relatadas que ha uma insegurança por parte das gerencias dos empreendimentos em conseguir créditos para possibilitar a formação de um capital de giro para as necessidades das unidades produtivas, isso devido à baixa produção, para o caso da agroindústria da Associação do Escovão, e da Associação São Severino, tornando-se inviável a aquisição desses créditos.

A solução para o problema de capital de giro encontra-se na recuperação da manutenção da lucratividade da empresa e na recomposição de seu fluxo de caixa. Sendo assim, os problemas de capital dos empreendimentos familiares necessitam mais do que medidas financeiras, como estratégias, operações e práticas gerenciais, sendo estes os fatores que levaram tais empreendimentos às dificuldades dessa natureza.

Quando perguntado como é garantida a manutenção da estrutura produtiva existente das unidades de beneficiamento, os membros participantes do levantamento que fazem da agroindústria da associação São Severino, 66,7% responderam que é a partir das receitas geradas pelo empreendimento após a produção ter sido iniciada (Gráfico 15).

Gráfico 15:

Macaparana - Uruçu: Como é garantida a manutenção da estrutura produtiva existente?

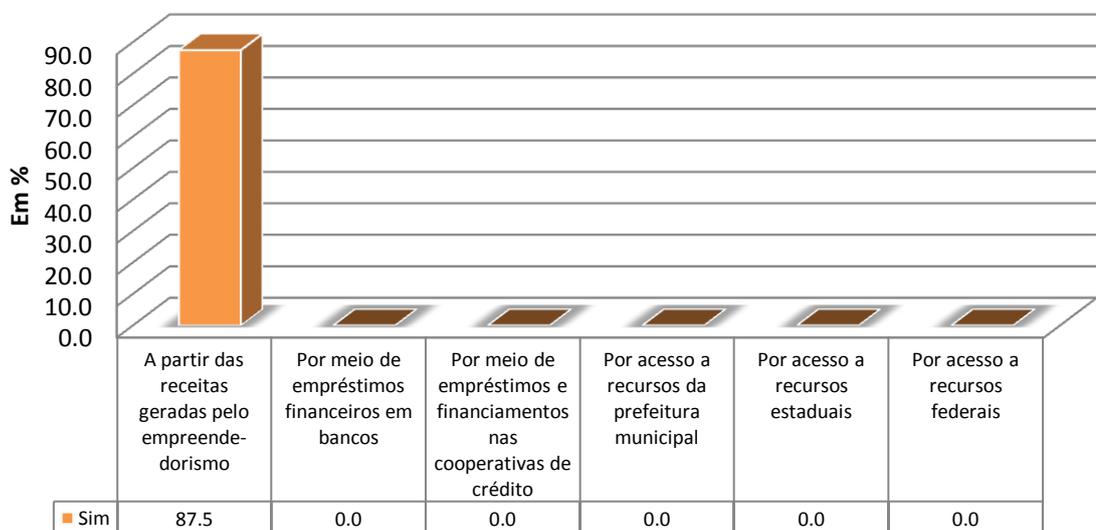


Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Quanto à agroindústria da associação Comunitária do Escovão, esta apareceu com um percentual de 87,55 dos membros respondendo que sua manutenção é garantida pela receita gerada pelo empreendimento familiar (gráfico 16).

Gráfico 16:

Garanhuns - Miracica: Como é garantida a manutenção da estrutura produtiva existente?



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

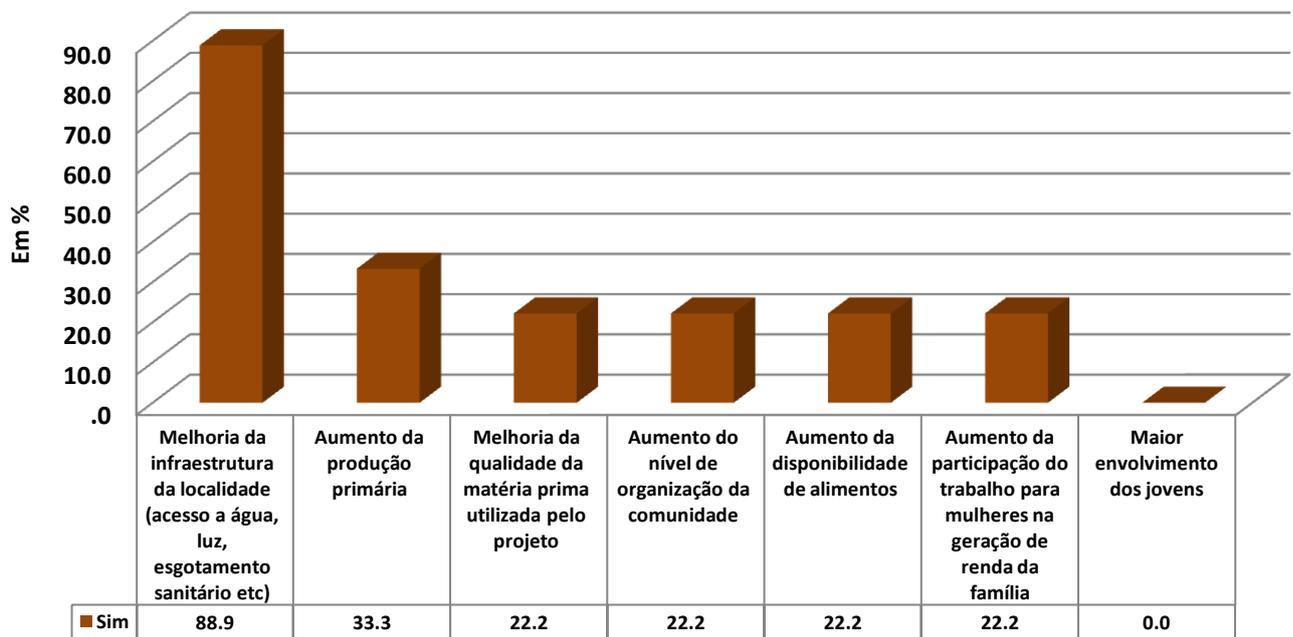
Durante as atividades em campo, na aplicação dos questionários, foram realizadas perguntas específicas a presente questão: qual a expectativa dos membros do projeto de agroindústria quanto ao seu funcionamento?

E foi constatada uma insatisfação por parte dos sócios da Associação São Severino quanto ao projeto de agroindústria, que atualmente encontra-se em baixa produtividade. Nessa perspectiva outras análises foram feitas identificando a opinião do público participante quanto ao projeto.

Foi identificado por parte dos sócios, se houve alguma melhoria na comunidade devido à chegada do projeto. A principal categoria diretamente considerada por 88,9% dos entrevistados foi quanto a possível melhoria de infraestrutura (Gráfico 17), especificamente o acesso à água. Já com relação às mudanças indiretas, a principal foi à mobilização para maior acesso as atividades culturais (Gráfico 18).

Gráfico 17:

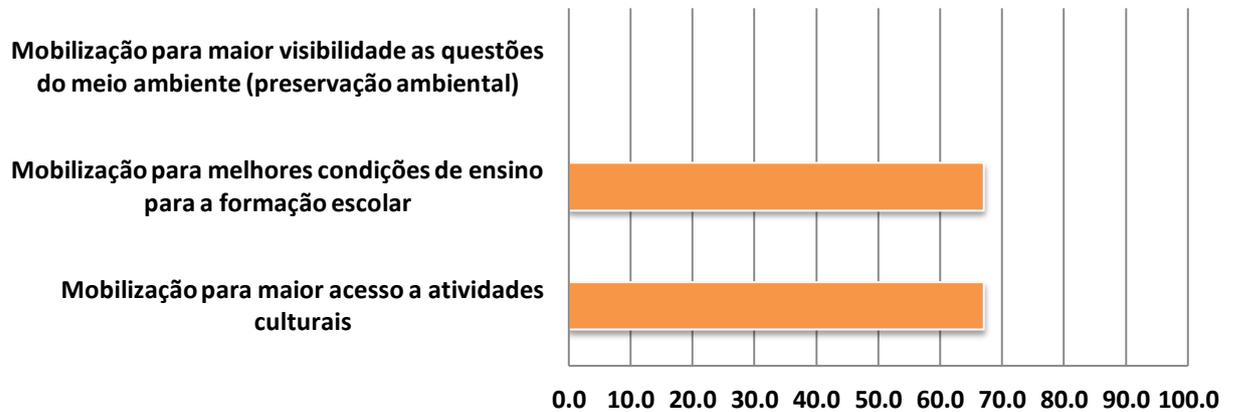
Macapara - Uruçu: Em sua opinião, quais as mudanças na localidade que podem ser atribuídas à implantação do Projeto? Em % - De Forma Direta



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Gráfico 18:

**Macaparana - Uruçu: Na sua opinião, quais as mudanças na localidade que podem ser atribuídas à implantação do Projeto?
(Em %)-De Forma Indireta**



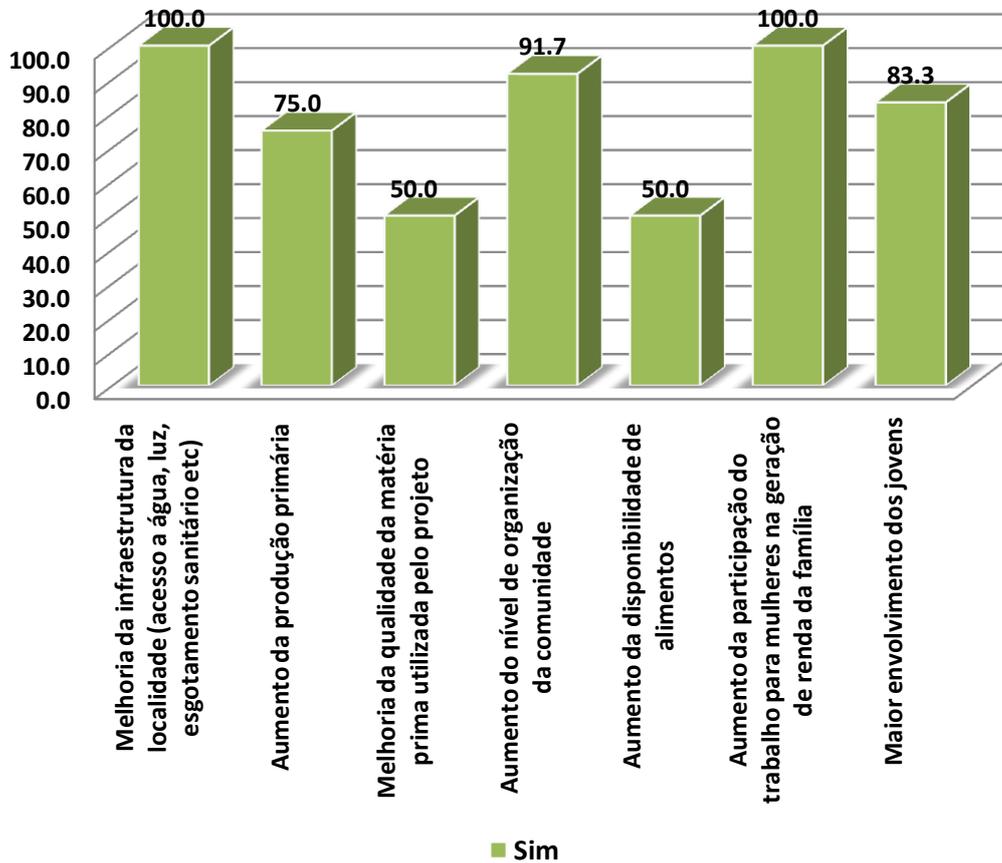
	Mobilização para maior acesso a atividades culturais	Mobilização para melhores condições de ensino para a formação escolar	Mobilização para maior visibilidade as questões do meio ambiente (preservação ambiental)
■ Sim	67.0	67.0	0.0

Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Quanto ao caso do projeto da Associação do Escovão, seus sócios mostraram-se satisfeitos com a implantação da agroindústria, pois se fez necessárias mudanças de infraestrutura para atender as necessidades da unidade produtiva, trazendo benefícios à própria comunidade (Gráfico 19 e Quadro 11). Entre as principais mudanças, ocorridas diretamente pela instalação do projeto, destacam-se a de infraestrutura do distrito de Miracica com 100% das respostas, que pode ter contribuído para melhorar o acesso à água, luz, esgotamento sanitário, melhoria das vias de acesso. Entre outras mudanças está o aumento da participação do trabalho feminino para a geração de renda familiar com 100%, e o aumento do nível de organização da comunidade, destacando-se com 91,7% das respostas dos participantes.

Gráfico 19:

Garanhuns – Miracica: Em sua opinião, quais as mudanças na localidade que podem ser atribuídas à implantação do Projeto?
Em % - De Forma Direta



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Quadro 11:

Garanhuns – Miracica: Em sua opinião, quais as mudanças na localidade que podem ser atribuídas à implantação do Projeto? Em % - De Forma Direta	Sim	Não	Não sabe
Melhoria da infraestrutura da localidade (acesso a água, luz, esgotamento sanitário etc.)	100,0	0,0	0,0
Aumento da produção primária	75,0	25,0	0,0
Melhoria da qualidade da matéria prima utilizada pelo projeto	50,0	50,0	0,0
Aumento do nível de organização da comunidade	91,7	8,3	0,0
Aumento da disponibilidade de alimentos	50,0	50,0	0,0
Aumento da participação do trabalho para mulheres na geração de renda da família	100,0	0,0	0,0
Maior envolvimento dos jovens	83,3	16,7	0,0

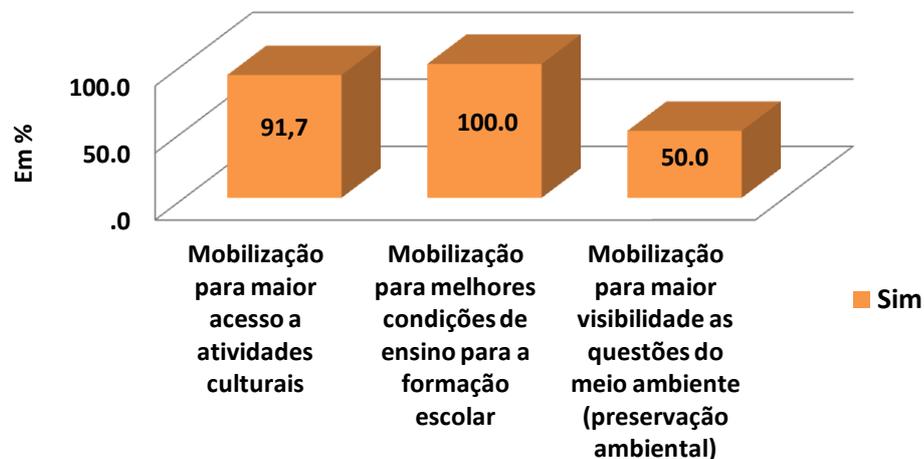
Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Outras mudanças, consideradas pelos sócios da associação do Escovão podem ser atribuídas, indiretamente à instalação da agroindústria (Gráfico 20). Como a mobilização do grupo de agroindústria reivindicando melhoria das condições de ensino na comunidade para a formação escolar, aparecendo como uma categoria unânime com 100% das respostas. Isso porque Miracica apresentava um déficit de moradores com pouca ou nenhuma escolaridade. A chegada da agroindústria possibilitou os cursos de formação da equipe, surgindo o interesse de mobilizar a comunidade para conseguir levar a formação básica ao distrito.

Além dessa atribuição, o acesso a atividades culturais também foi apontado como um fator positivo com 91,7% das respostas. Com a chegada da agroindústria o distrito ficou conhecido nacional e internacionalmente devido a Festa do Caju (FECAJU) que acontece todos os anos, promovida pelo grupo da agroindústria da associação.

Gráfico 20:

Garanhuns – Miracica: Em sua opinião, quais as mudanças na localidade que podem ser atribuídas à implantação do Projeto?
Em % - De Forma Indireta



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

È importante salientar as mudanças ocorridas na comunidade que podem ser advindas da implantação do projeto de agroindústria, pois esse fator pode ser o indutor das relações com a comunidade, possibilitando um maior interesse pelas questões e envolvimento das pessoas nas atividades da Associação e do seu projeto produtivo. Ao participar de relações geradoras de capital social, o indivíduo promove benefício não apenas a si próprio, mas para todos os sujeitos envolvidos nas relações. Apesar dos inúmeros problemas, a comunidade

unida pode produzir civismo e fortalecer seu capital social. Neste sentido, nenhuma parte poderá prescindir da outra.

O capital social tem seus princípios alicerçados na participação, na confiança e na cooperação. Quanto mais confiança o grupo tem entre seus componentes, mais elos de cooperação se solidificam. Estes são considerados pilares do capital social.

5.3.3 indicadores de Evolução dos Projetos

Neste item pretende-se identificar fatos relevantes que possam responder pela atual situação de funcionamento dos projetos produtivos, especialmente nos aspectos relativos a formação do patrimônio, a produção, atrelando os resultados ao funcionamento do capital social das associações e as condições do meio ambiente (Tabela 5).

Analisando o aspecto patrimonial do projeto da Associação São Severino que possui 14 anos de fundação, percebeu-se uma depreciação do patrimônio (ver apêndice D), tanto no que se refere à edificação quanto aos bens materiais como maquinários e utensílios. Vale ressaltar que durante seu período de instalação a associação adquiriu, com o recurso do convênio com o PCPR- ProRural, assim como a edificação, vários equipamentos e utensílios necessários ao seu funcionamento como: 01 fogão industrial c/ 4bocas, 1 liquidificador industrial, 1 balança eletrônica, estantes, armários e utensílios diversos para auxiliar no processo de produção.

Além dos equipamentos advindos do recurso do PCPR-ProRural, foram adquiridos com recursos do Governo Japonês outros equipamentos como: 01 televisor 10"; 01 freezer 450 lts; 01 equipamento de som; 01 videocassete; 01 ensacadeira e uma embaladeira.

Segundo o grupo de associados da associação São Severino e membros do projeto, não houve nenhuma conquista de bens por parte da associação ou do projeto durante o tempo de funcionamento do mesmo, existindo uma notória falta de manutenção da estrutura física do prédio e de seus equipamentos, mesmo após 14 anos de fundação do projeto.

Essa depreciação pode ser explicada pela falta de interesse por parte da diretoria do projeto em continuar com as atividades de beneficiamento de frutas, que era objetivo inicial do projeto produtivo quando na proposta e fundação do projeto, como foi relatado pela presidente.

Estou dando entrada no ProRural para conseguir um projeto de avicultura para a associação, esse de agroindústria já não dar mais nada.

(Presidente da Associação São Severino).

Esse tem sido o fator de fragilidade do projeto produtivo devido o interesse da direção de desativar o projeto existente para instalar outro projeto no seu lugar. E o não envolvimento dos sócios da Associação, membros do projeto, nas articulações, decisões e ações que compete o funcionamento do mesmo, ou seja, o capital social fragilizado, notadamente a falta de coerência em relação aos objetivos propostos e o fraco grau de confiança mútua entre seus membros e para com seus dirigentes, pode ser a principal causa da pouca atividade da fábrica e conseqüentemente da falta de zelo dos principais recursos produtivos da agroindústria, levando a sua depreciação.

O projeto produtivo da Associação Comunitária do Escovão (ver apêndice C), apesar do seu curto tempo de funcionamento com apenas 3 anos, tem conseguido desenvolver suas atividades embora tenha encontrado certa dificuldade de aquisição da matéria-prima agravada pela seca, o que resultou num enfraquecimento da produção. Mesmo assim a Associação tem buscando benefícios para o projeto, que segundo os seus membros, são visíveis quanto aos bens patrimonial. Além da construção da edificação, obteve-s equipamentos necessários para a produção dos doces e para o processamento da castanha de caju, como: 2 liquidificadores industriais, um frizeres, 1 fogão industrial, uma estufa, um despeliculador, um aquecedor de temperatura, duas maquinas para corte de castanha, uma balança eletrônica grande e uma balança eletrônica pequena, duas seladoras, um processador para assar a castanha, um cilindro para cozimento. E durante esse curto tempo de funcionamento, os gestores do projeto já conseguiram outros equipamentos para potencializar a produção, como um classificador de castanha, um vaso cozedor com capacidade para 45.kg, um tacho misturador, entre outros utensílios. Isso tem sido conquistado pela iniciativa dos membros que compõe essa unidade produtiva e pela capacidade de liderança do atual administrador que também é o presidente da associação.

Outro aspecto analisado para explicar a atual situação dos projetos produtivos e para uma possível explicação aos casos que poderia ter levado ao funcionamento precário ou ao não funcionamento do empreendimento pela dificuldade na produção, é quanto a capacidade produtiva dos projetos das Associações pesquisadas.

Tabela 5: Indicadores de evolução do projeto

INDICADORES	Associação São Severino dos Ramos – Macaparana/ Uruçú	Associação Comunitária do Escovão – Garanhuns/ Miracica
1. Situação patrimonial atual do projeto	Depreciação	Evolução
2. Comportamento produtivo do projeto CP= produção no ano atual / Produção no ano de fundação do projeto	750/3000 = 25%	1200/8400= 14%
3. Clientes do Projeto	Comunidade local*	Rede de supermercado/ cooperativa, instituições públicas (PAA, PNAE), comunidade local
4. Produção agrícola do município	Queda devido a problemas climáticos	Queda devido a problemas climáticos

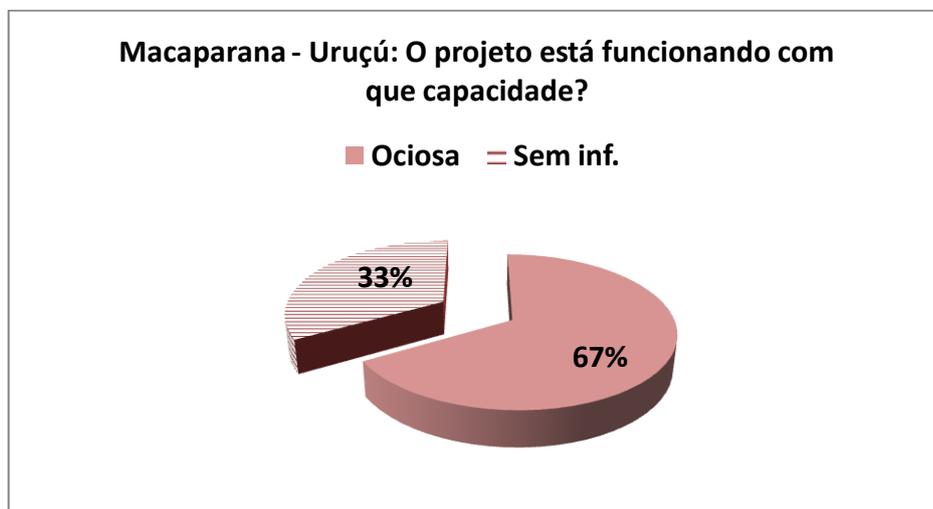
Fonte: pesquisa de campo, 2013.

*Quando há alguma produção a venda é feita aos moradores locais

Conforme resultado apresentado (tabela 5) percebe-se uma queda significativa da produção de ambas as unidades produtivas. A principal causa dessa queda de produtividade foi identificada pelos membros dos projetos como sendo a falta de matéria prima que culminou na baixa produção. Para corroborar com a informação apresentada, foi investigada, junto aos membros dos projetos, sua opinião quanto à capacidade de funcionamento do mesmo.

Segundo os membros do projeto da Associação São Severino, a fábrica não tem funcionado efetivamente. Sua capacidade produtiva é considerada ociosa já a alguns anos, conforme gráfico 21 adiante.

Gráfico 21:



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

No caso da Associação Comunitária do Escovão sua capacidade produtiva era considerada ociosa, no período do levantamento em campo, por 87% das respostas do grupo entrevistado (Gráfico 22). No entanto, entre os meses de outubro e dezembro de 2013 atingiu uma produção de 1200 quilos. A previsão de produção para o ano de 2014 é de 20 mil quilos.

Gráfico 22:



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Quanto aos clientes dos projetos, foi constatado na Associação São Severino, que no início da execução do projeto, tinham como clientes supermercados, padarias, cidades vizinhas, programa governamental (PNAE) como seus principais clientes do projeto.

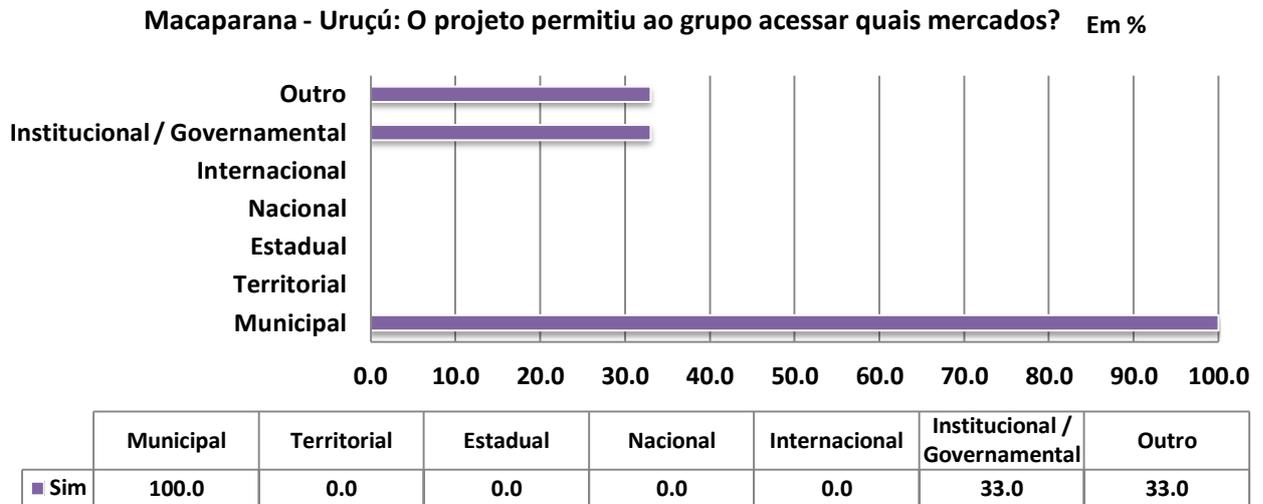
Atualmente o projeto de agroindústria da Associação São Severino dos Ramos possui uma clientela bastante reduzida. Resume-se a pessoas moradoras da comunidade que adquirem o produto doce de jaca para o próprio consumo.

Para o caso da agroindústria da Associação do Escovão, no início da execução do projeto, tinha como cliente, padarias, cidades vizinhas e programas governamentais como o PAA e o PNAE. As redes de supermercados não compravam devido a falta do código de barra que não existia. Houve o término do contrato das instituições (PNAE e PAA, redes de supermercados) e não foi renovado, tendo como consequência a paralisação da produção nesta fase.

No entanto, no final do ano de 2013 a fábrica voltou a produzir com o fechamento de novos contratos com o PNAE e o PAA e redes de supermercados do município e municípios vizinhos. Esses novos contratos se deu pela aquisição do código de barra dos produtos, que era um dos empecilhos na comercialização, representando mais uma conquista do grupo.

O gráfico 23 que segue mostra o principal meio de vendas dos produtos da associação São Severino. Há alguns anos a fábrica fornecia seus produtos ao PAA do município de Macaparana, além de feiras livres e comércios vizinhos. Atualmente essa distribuição não tem ocorrido. Sua produção é insignificante e suas atividades quase inexistentes.

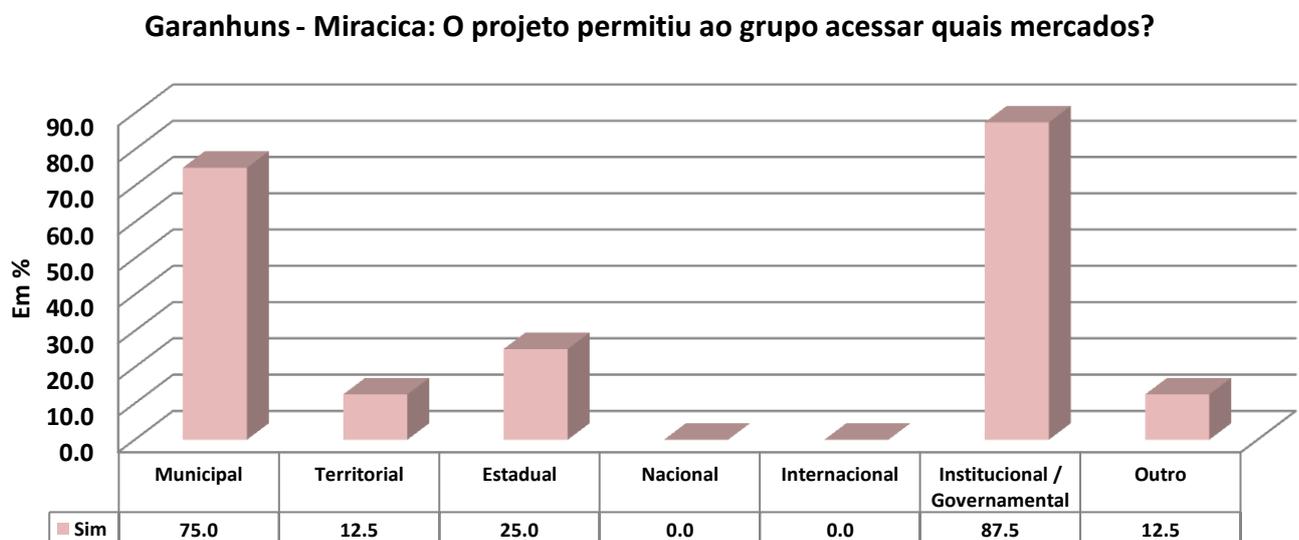
Gráfico 23:



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Com a produção inicial, a fábrica da associação do Escovão fornecia seus produtos a diversos mercados inclusive fora do distrito de Miracica onde a fábrica está instalada, como mercadinhos do município de Garanhuns, redes de supermercado do município e vendas em municípios vizinhos (Gráfico 24). Além destes, forneciam para programas institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e bancos de cooperativas.

Gráfico 24:



Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Outra análise feita para tentar explicar a atual situação de funcionamento dos projetos de agroindústria de ambas as associações resalta a produção dos municípios onde os projetos de agroindústria estão instalados. Para isso, foi realizado um levantamento da situação da produção agrícola dos municípios, especificamente da lavoura permanente, dos dados do IBGE dos anos de 2010, 2011 e 2012.

A produção agrícola do município de Macaparana, entre os três últimos anos citados, houve uma queda perceptível em todos os produtos, exceto a uva, que vem aumentando a produção significativamente, conforme mostrado no quadro 12 adiante.

Quadro 12: Município de Macaparana - Produção agrícola (lavoura permanente 2010, 2011 e 2012).

2012		
Produto	Área plantada	Quant. Produzida
Abacate	2 ha	18 tonelada
Banana	1200 ha	9000 tonelada
Coco da baia	15 ha	90 mil frutos
Laranja	2 ha	10 tonelada
Manga	5 ha	20 toneladas
Uva	50 ha	1050 toneladas
2011		
Produto	Área plantada	Quant. Produzida
Abacate	2 ha	20 tonelada
Banana	1200 ha	9600 tonelada
Coco da baia	15 ha	105 mil frutos
Laranja	2 ha	12 tonelada
Manga	5 ha	23 toneladas
Uva	50 ha	350 toneladas
2010		
Produto	Área plantada	Quant. Produzida
Abacate	2 ha	28 tonelada
Banana	1200 ha	9600 tonelada
Coco da baia	15 ha	105 mil frutos
Laranja	2 ha	12 tonelada
Manga	5 ha	23 toneladas
Uva	50 ha	350 toneladas

Fonte: IBGE (2010, 2011 e 2013).

Segundo o técnico do IPA, a fruticultura em Macaparana é bastante diversificada, e a banana é o carro chefe do município. O município produz um tipo de banana, *Lorea* que não é comercializada e é utilizada para o próprio consumo das famílias. E a ideia inicial do projeto produtivo da Associação São Severino era beneficiar esse produto que não é aproveitado para

a venda. Por não haver esse aproveitamento resultou num declínio da produção da fábrica. Perdendo os contratos com programas institucionais como o PAA.

Ainda segundo o técnico do IPA a produção de banana caiu bastante em relação a seca de 2011 e 2012; a área plantada era cerca de 1.200 ha. Houve uma mortandade muito grande, morrendo muitos bananais. Ou seja, reduzindo a metade, ficando com aproximadamente 600 ha plantada atualmente. No entanto, do final do ano passado pra cá, já choveu cerca de 40 mm, o que favoreceu a produção.

O plantio de banana no município de Macaparana é mais de sequeiro, depende da chuva; poucos são os agricultores que tem banana irrigada, cerca de 30% aproximadamente. Os demais usam tecnologias de baixo nível ou sequeiros. O que favorece a produção de banana no município, permanecendo a produtividade o ano inteiro. Não justificando o fato de a unidade produtiva não utilizar a cultura de maior potencial da localidade para a produção da fábrica.

Existem outros cultivos da fruticultura do município, o maracujá, calculado em cerca de 50 ha plantado, havendo uma redução em 30% devido a seca, visto que a maior parte do plantio é de sequeiro. A graviola, constando de 20 ha plantados, sendo toda área irrigada. E com a seca, apesar da irrigação ser feita com as águas do poço, houve uma redução de 10%. A maior parte da graviola cultivada no município é destinada ao Rio Grande do Norte. A goiaba tem sido considerada uma coqueluche no momento. Atualmente tem-se cerca de 15 ha. Todo o seu plantio é irrigado e sua comercialização é feita fora do município.

Quanto à visão do IPA em relação ao projeto de Agroindústria Familiar da Associação São Severino dos Ramos, foi relatado que o técnico responsável não era de acordo a utilização da jaca na produção da fábrica, pois esta não se apresenta (va) como potencial no município, e a produção não foi um produto bem aceito pela comunidade, deixando a desejar a produção da fábrica.

A produção agrícola do município de Garanhuns, segundo o IBGE, entre os três últimos anos citados, também se percebe uma queda perceptível em todos os produtos, inclusive a acastanha do caju, conforme mostrado no quadro 13 adiante, produto utilizado na produção da agroindústria da Associação Comunitário do Escovão.

Quadro: 13: Município de Garanhuns - Produção agrícola (lavoura permanente) 2010, 2011 e 2012.

2012		
Produto	Área plantada	Quant. Produzida
Abacate	3 ha	24 tonelada
Banana	10 ha	60 tonelada
Café	100 ha	50 toneladas
Castanha caju	70 ha	56 tonelada
Laranja	10 ha	30 toneladas
Limão	2 ha	3 toneladas
Tangerina	2 ha	3 toneladas
2011		
Produto	Área plantada	Quant. Produzida
Abacate	3 ha	30 tonelada
Banana	10 ha	70 tonelada
Café	100 ha	100 toneladas
Castanha caju	70 ha	70 tonelada
Laranja	10 ha	40 toneladas
Limão	2 ha	4 toneladas
Tangerina	2 ha	6 toneladas
2010		
Produto	Área plantada	Quant. Produzida
Abacate	3 ha	30 tonelada
Banana	10 ha	70 tonelada
Café	100 ha	150 toneladas
Castanha caju	70 ha	63 tonelada
Laranja	10 ha	40 toneladas
Limão	2 ha	4 toneladas
Tangerina	2 ha	6 toneladas

Fonte: IBGE (2010, 2011 e 2012).

No geral, segundo os dados apresentados no que consiste a produção do município pode-se explicar a queda da produtividade da unidade produtiva da Associação Comunitária do Escovão pelo déficit da produção do município e por problemas relacionados ao marketing dos produtos, como o código de barra. E não necessariamente ou exclusivamente pelos problemas climáticos.

5.4 A participação de Programas governamentais no processo de implantação e sustentação do projeto produtivo.

No que se refere às atividades de programas governamentais no processo de fortalecimento das Agroindústrias por meio do capital social tem-se aqui a análise do PCPR-

ProRural quanto indutor nas iniciativas de grupos na sustentabilidade dos projetos e na conscientização de sua importância para comunidade local.

A concepção do programa e suas estratégias de colaboração incorporam temas no campo teórico das intervenções que envolvem a sustentabilidade dos projetos e a formação do capital social com a perspectiva da descentralização das decisões dos grupos, a participação comunitária através das associações, o estabelecimento de parcerias institucionais, o desenvolvimento de potencialidades locais endógenas, entre outras, são consideradas como elementos importantes de atividades do PCPR-ProRural.

Outra forma de participação do programa quanto aos projetos de Agroindústrias das associações é o apoio dado à interação entre as associações e outras organizações governamentais e não governamentais no âmbito municipal e até mesmo numa esfera regional. Ou seja, desenvolver a capacidade de as pessoas se organizarem dentro de suas associações e a partir daí se articularem com outras organizações presentes na comunidade e no município, fortalecendo o que se chama de “capital social”. Essa dinâmica pode ser vista na Associação Comunitária do Escovão, como mostra o discurso de um dos membros da agroindústria a seguir.

Através do ProRural conseguimos realizar visitas em outros estados para conhecer experiências de projetos e a de gestão deles para que nós possamos compreender melhor como funciona e a melhor forma de gerir.

(Membro da Agroindústria)

O PCPR-ProRural, em sua política de fortalecimento das organizações populares, elegeu a capacitação de grupos como elemento fundamental na pré-implantação dos projetos de cunho agroindustrial. Isso porque as atividades de processamento de alimentos requer uma considerável atenção por parte dos manipuladores, uma vez que falhas em sua operação podem ocasionar danos aos consumidores. Este fato pode ser identificado no discurso da presidente da Associação São Severino.

Antes de o projeto chegar, nós recebemos várias capacitações. Aprendemos técnicas de manipular os alimentos de forma segura, a gerir o empreendimento, entre outras.

(Presidente da agroindústria)

Segundo o técnico do ProRural mesmo com esses avanços e possibilidades, não significa que as associações atingiram um nível suficiente de desenvolvimento de seu “capital

social”, no que consiste na qualidade dessas comunicações individuais, coletivas e organizacionais.

Ainda percebemos a insuficiência do impacto que produz na esfera sociopolítica da sociedade local. Mas, é nas atividades produtivas individuais que observamos as fragilidades, principalmente no manejo da produção. Isso é reforçado pelo depoimento dos próprios produtores envolvidos nas associações quando nos informam que não se sentem, ainda, devidamente capacitados para realizar as atividades produtivas sozinho, da gestão dos negócios e das atividades comunitárias.

(Técnico do ProRural)

O programa também vem participando do apoio às articulações com outras instituições, que podem ajudar no apoio a estrutura da organização produtiva dos projetos associativos agroindustriais. Através de prefeituras, órgão financiadores, instituições de capacitações como o SEBRAE, as universidades, entre outros, tem sido grandes parceiros nesse sentido. Esse tem sido um dos aspectos considerados positivos por parte dos grupos. No entanto, ainda é incipiente a participação das organizações parceiras do programa. Tais organizações reivindicam um caráter mais deliberativo das ações do Conselho Consultivo do Projeto. Esse fato evidencia a necessidade de aperfeiçoamento das estratégias de comunicação para uma participação mais democrática na gestão dos empreendimentos como alerta o técnico do ProRural.

Ainda é necessário melhorar a comunicação e a cooperação entre os projetos e os programas para um melhor êxito na assistência dada.

(Técnico do ProRural)

A esse respeito, o serviço de assistência técnica é de grande importância, quando bem estruturados e fortes, é capaz de transferir inovações aos produtores, possibilitando a estes o emprego de novas dinâmicas nas formas de produção, o que tem grande peso na promoção do crescimento e desenvolvimento do meio rural. Sendo assim, a assistência técnica e extensão rural são serviços de importância fundamental no processo da atividade agropecuária.

No entanto no caso da Associação São Severino foi constatado que não tem havido assistência técnica com o grupo da Agroindústria

Atualmente o IPA não tem dado assistência na parte produtiva da fábrica, porque não está funcionando devido a outros interesses por parte da direção da fábrica, que é de transformar a fábrica de doces em projeto de Avicultura. Por isso acredito que o projeto de Agroindústria familiar não tem mais volta. Principalmente por perceber que os interesses são pessoais da Presidência. Então, não há como intervimos no interesse pessoal (técnico do IPA).

Outro apoio e incentivo é na organização das mulheres para o trabalho produtivo, e sua participação em organizações de base dos projetos agroindustriais. A ênfase dada à importância do trabalho desenvolvido por elas no aspecto da capacitação, da ocupação e da geração de renda para a família.

Ações voltadas à preservação do meio ambiente também é incorporada as estratégias de participação no apoio dos projetos agroindustriais. Os técnicos que acompanham já incorporam as práticas, e o grupo envolvido com o projeto vem despertando e assumindo o comportamento prático adequados da preservação ambiental. Isso se percebe nos discursos dos grupos entrevistados quando se referem ao “consumo consciente” e da “sustentabilidade”.

Verifica-se que as instituições de fomento influenciam nas decisões da associação, dado o poder que as mesmas detêm junto ao fortalecimento e permanência de sua existência. Na percepção dos entrevistados isso se deve a elevada articulação que ocorre com os parceiros institucionais e a contribuição destas para o crescimento da associação. Já no que consiste a permanência de seus projetos produtivos, verificou-se que existe uma problemática que vai além das questões que dizem respeito a gestão dos empreendimentos. As dificuldades de relacionamento de certo grupo influencia substancialmente nas atividades propulsoras para um maior bem da coletividade.

Por isso, não se deve afirmar que estas instituições são grande potencializadoras do capital social. Estas dão subsídios para que haja um maior envolvimento dos grupos e que os mesmos se articulem para alcançar interesses coletivos, sendo este um indutor no fortalecimento desse capital social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso realizado possibilitou compreender a atual situação dos projetos produtivos das associações e a influência da participação social da localidade na manutenção desses projetos. Os indicadores propostos no modelo analítico trataram das questões do capital social das associações, do funcionamento dos projetos das associações na perspectiva do capital social e da evolução dos projetos. Além de identificar a atuação de programas governamentais na implantação e fortalecimento dos projetos.

De acordo com o que se foi identificado durante o levantamento de campo, os projetos produtivos das associações foram formados no intuito de desenvolver atividades de beneficiamento para o aproveitamento da safra de frutos da região e gerar ocupação e renda para as famílias, além de potencializar a economia local gerando benefícios à comunidade e dinamizar as relações sociais locais. Na prática, porém, não se pôde verificar todos esses benefícios para os dois casos pesquisados.

Na Associação Comunitária do Escovão, do município de Garanhuns, percebe-se um maior envolvimento dos sócios e membros do projeto produtivo nas questões que competem às ações e decisões que dizem respeito ao funcionamento da mesma. Contribuindo assim para uma maior participação e dinamismo nas atividades exercidas por eles para a melhoria da própria agroindústria, além de ter um maior envolvimento nas questões sociais da associação na comunidade.

No entanto, são encontrados diversos problemas relacionados à produção do projeto produtivo que podem ser minimizados com ações de melhoria da produção como a assistência técnica na área de marketing e planejamento da produção e comercialização com foco na identificação de mercados, desenvolvimento de produtos, marca e embalagem e, articular-se com outros programas governamentais para acesso a outras fontes de recursos, além do que é gerada pela receita da unidade. Podendo assim, conseguir recursos para ampliar o capital de giro, pois este foi apontado como um dos problemas no funcionamento da unidade produtiva. Esses elementos podem potencializar o funcionamento e a produção da agroindústria.

No caso da Associação São Severino dos Ramos, a situação é muito complexa. Ficou evidente a fragilidade da relação entre os membros do grupo com a presidência e também no que diz respeito a gestão da agroindústria. Sentimento de desconfiança também foi percebido entre os sócios, o que vem prejudicando o envolvimento destes nas atividades que concerne o seu funcionamento e conseqüentemente as relações da comunidade devido a um sentimento de descrença. Levando em consideração que quanto maior o nível de confiança, maior a

probabilidade de existir cooperação; quando a confiança é gerada, gera-se um ambiente propício à participação. Vê-se aqui que o contrário também é verdadeiro.

Percebe-se que existe uma relação hierárquica onde apenas a presidência tem o poder de decisão no que competem as atividades de articulação e organização da associação, bem como, da sua unidade produtiva. Além destes outros problemas foram identificados quanto ao funcionamento do projeto de agroindústria. Sendo necessárias novas ações nos aspectos relacionados à produção e outras relativas à atuação de órgãos governamentais competentes, de modo que possa despertar nos atores locais, a importância deste empreendimento familiar para a comunidade e, para que eles possam se empoderar e passar a se ver como elementos transformadores do processo de mudança da realidade da agroindústria.

No caso do programa PCPR- ProRural pode-se dizer que tem contribuído para o estímulo de iniciativas associadas à implantação de agroindústrias e sua permanência, oferecendo subsídios para tal finalidade.

Embora seja percebido o engajamento e a contribuição do Estado para a formação e o sustento de projetos para o desenvolvimento das comunidades, os órgãos públicos por si só não irão substituir o capital social de uma comunidade nem de uma dada organização social.

As ações podem ser realizadas através de parcerias de instituições de assistência técnica que podem auxiliar no processo de melhoria do capital social da instituição para o desenvolvimento desta através do fortalecimento da população e de seu papel como agentes potencializadores das mudanças. Pois, essa iniciativa não terá resultados positivos se permanecer a ausência de estímulos à participação; impedir a participação coletiva gera desconfiança, enfraquecimento das relações, resultando numa falta de colaboração mútua para o bem coletivo.

No entanto é importante considerar, entre outros elementos, que o capital social depende de um padrão estrutural de participação, ou seja, a participação das pessoas dificilmente vai existir sem um contexto social favorável, sem um ambiente de fé no esforço coletivo que favoreça a formação de uma unidade entre os membros, internamente, e na própria comunidade.

Diante da problemática, fica clara a importância do capital social para a manutenção do empreendimento familiar e para as relações coletivas, uma vez que a participação e a cooperação de todos é o meio mais eficaz para se conseguir meios destinados ao bem da coletividade.

Não sendo possível estudar mais profundamente o ambiente social de ambas as Associações e seus respectivos projetos, a análise dos resultados aqui apresentados não deve,

portanto, ser estendidas a todos os projetos produtivos de associações e, muito menos, a todas as associações rurais dos municípios, pois cada qual tem as suas características, seus recursos ligados a seu modo de produção e de vida; suas potencialidades e seus problemas.

Esta pode ser uma possibilidade de se compreender em parte, o funcionamento de agroindústrias familiares a partir da dinâmica de participação de atores que estão envolvidos em tais empreendimentos.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo- Rio de Janeiro- Campinas, HUCITEC/ AMPOCS/ Ed da UNICAMPI, 1992.

ALLEBRANDT, Sérgio Luís. **A participação da sociedade na gestão pública local e na produção das políticas: a atuação dos conselhos municipais de Ijuí – RS, de 1989 a 2000**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

ANDRADE, E. O. ; GOMES, F.S.L de; CÂNDIDO, G. A. **Capital Social como mecanismo para melhorias nas formas de atuação de Cooperativas de Produtores Rurais**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. v. 8, n. 2. Taubaté, SP. mai-ago/2012. p. 81-106.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA FRUTICULTURA 2010. Gazeta Santa Cruz, 2010. Disponível em: <http://www.anuarios.com.br/port/anuario_capa.php?idAnuario=8>. Acesso em: 16/abril/2014.

ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Fundamentos da Economia Rural**. Chapecó: Argos, 2006. 272p.

ARAÚJO, M. S. **Fundamentos do agronegócio**. 2. ed.- 3. reimpr.- São Paulo: Atlas, 2008.

BATALHA, O. M. **Gestão do agronegócio: textos selecionados**. São Carlos: EdUFCar, 2005. 465p.

BATALHA, O. M.; SILVA, A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: **Gestão agroindustrial. GEPAI- Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. 3º ed. – 4. reimpr.- São Paulo: Atlas, 2010. 770p.

BARBOSA, Roney C. da; ASSUNÇÃO, Heli H. T. de; OLIVEIRA, Iolanda L. de; STURZA José A. I. **Políticas públicas e desenvolvimento rural para Agricultura familiar no Brasil: exemplo do assentamento Fazenda esperança em Rondonópolis – mato grosso**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. UFU. Uberlândia, MG. Out. 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1181_1.pdf>. Acesso em: 04/07/2013.

BOURDIEU, P. **The Formes of Capital**. In: Handbook for Theory of Reasearch for the Sociology of Education - (Org.) RICHARDSON.J. G. Wesport: Greenwood, 1986. P. 241-148.

BRAINER, M. S. C. P. et. al. **A agroindústria de alimentos de frutas e hortaliças no Nordeste e norte dos estados de minas gerais e espírito Santo**. SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER). Rio Branco – Acre, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/639.pdf>>. Acesso em: 20/abril/2014.

CASTILHOS, D. S. B. de. **Capital social e políticas públicas: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. UFRGS/IEPE/PGDR, Porto Alegre, 2002 (Dissertação mestrado). Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2814>>. Acesso em: 13/mai./2013.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. O Homem e sua circunstância. **Revista Sebrae**. Brasília, n. 7, p. 43-49, nov./ dez.2002.

CRAWFORD, Richard. **Na era do Capital Humano**. Trad. Luciana Bontempi Gouveia. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

DENARDI, Reni Antônio. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.

FRANCO, Augusto. **Capital social e Desenvolvimento: O desenvolvimento local e o mito do papel determinante na economia**. Agencia de Educação para o Desenvolvimento – AED. Maceió, Alagoas, ago/2001.

FUKUYAMA, F. Y. **Confiança, as Virtudes Sociais e a Criação da Prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 200p.

GASTALDI, H. L. G. et al.. **Estudo da viabilidade sócio-econômica de determinadas culturas no município de Amparo**. Amparo, SP: ESALQ/USP, 2004. 213p. Disponível em: <www.amparo.sp.gov.br/prefeitura/des_economico/relatorio-adeqa.pdf> Acesso em: Acesso em: 08/Set./2013.

HIGGINS, Silvio Salej. **O Capital Social esta na moda: análise para sua construção teórica**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Sociologia. UFSC, Florianópolis – Santa Catarina, 2003.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi & MEIRELLES, Giselle. **Problematizando o conceito de empoderamento**. In: II Seminário Nacional **Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007**. Anais eletrônicos... UFSC, Florianópolis, Brasil. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS - ISSN 1982- 4602. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf>. Acesso em: 20/mai./2013.

JACOBI, P. R. Espaços públicos e práticas associativas na gestão de meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, v.18, n.1-2, p. 315 -338, dez/2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922003000100015&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 mai. 2013.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

LIMA, J. C. A Teoria do capital social na análise de políticas públicas. **Política & Trabalho**, v.17, Set. p. 46- 63, 2005. Disponível em:

<<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6481/4046>>
Acesso em: 13/mai./2013.

MALUF, Renato. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e abastecimento, 2013. Disponível em:
Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina_inicial/vegetal/mercado_interno>. Acesso em 19/abril./2014.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Universidade de São Paulo. Revista NERA – Ano11, n. 12 – JAN/JUN de 2008 – ISSN: 1806-6755. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1399/1381>>. Acesso em: 28/mai/2013.

MARTELETO, Regina Maria & SILVA, Antonio Braz de Oliveira. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, p.41-49, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>>. Acesso em: 13/mai/2013.

MENDES, J. T. G.; JUNIOR, J. B. P. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 369p

MIOR, L. C. **Trajetórias das agroindústrias familiares rurais no estado de Santa Catarina (Brasil)**. 2008. Disponível em: <http://infoagro.net/shared/docs/a5/Trajet%C3%B3rias%20das%20Agroind%C3%BAstrias%20Familiares%20Rurais%20-%20Brasil.pdf>> Acesso em: 13/outubro./2013.

MOREIRA, J. C. P. et al. **Capital Social como fator de sustentabilidade das Cooperativas Agroindustriais: estudo de caso**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Banco do Nordeste. Fortaleza – CE, 20 a 23 de Julho de 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br:8080/ri/bitstream/123456789/3941/1/2008_eve_jcpmoreira.pdf>. Acesso em: 21/mai./2013.

MIYAZAKI, Juliane *et al.* **Capital social e empreendedorismo rural: a agricultura familiar no oeste do Paraná**. 2004. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/ivseminario/ivseminario/artigos/11.pdf>>. Acesso em: 17/abril/2014.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Formação em associativismo e desenvolvimento local no Nordeste do Brasil: experiências de Camaragibe**. Tese de Doutorado em Educação. Sherbrooke Quebec. Canadá. Sherbrooke: Universidade de Sherbrooke, 1999.

PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RUAL. Disponível em: <http://www.prorural.pe.gov.br/tipos_subprojetos.asp>. Acesso em: 13/mai./2013.

PUTNAM, Robert. **Making Democracy Work: civic traditions in modern Italy**. Princeton NJ: Princeton University Press:1993.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. 257 p.

SAMPAIO, Yony (Coord.) et al, Programa de Combate a Pobreza Rural- PCPR: **Perfil de Entrada e Estudo de Desempenho Físico**. Recife, Governo do Estado de Pernambuco-Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social/IICA/PRORURAL. Abril, 1999. 89p.

SAMPAIO, Y. ; VITAL, T. **Capital Social Intangível: Sua Importância e Mensuração**. In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: A Agricultura no Limiar do Milênio, 2000, Rio de Janeiro-RJ. Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural: A Agricultura no Limiar do Milênio. Brasília - DF: SOBER.

SANTOS, J. A. N.; CARNEIRO, W. N. A., et. al. **A agroindústria de alimentos de frutas e hortaliças no Nordeste e demais áreas de atuação do BNB: desempenho recente e possibilidades de políticas**. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. Disponível em: <www.bnb.gov.br/projwebren/exec/livroPDF.aspx?cd_livro=126>. Acesso em: 30/março./2014.

SANTOS, M. H. C. (1997). **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação de capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil pós-constituente**. V. 40, nº 3, Rio de Janeiro, RJ.

SEBRAE. **Cultura da cooperação**. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/br/cooperecrescer/culturadacooperacao.asp>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 18 nº. 51, fevereiro/2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092003000100008&script=sci_arttext>. Acesso em: 21/mai./2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. ver. e atualizada – São Paulo: Cortez, 2007. 304p.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 03/07/2013.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento Econômico. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. **Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Brasil**. IV Congresso internacional de La Red Sial, 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/588.pdf>>. Acesso em: 23/mai/2011

VALDIVIESO, Patrício. **Capital social e desenvolvimento democrático: Porto Alegre (Brasil) e Santiago do Chile**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 93-114, fev. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092009000100007&script=sci_arttext#back6>. Acesso em: 12 nov. 2013.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 220p.

APÊNDICE – A QUESTIONÁRIOS

QUESTIONÁRIO 1

(Associados – Membros do Projeto)

Data: ____/____/____

Município: _____

Tipo de agroindústria: _____

SESSÃO 1: IDENTIFICAÇÃO DO/A ENTREVISTADO/A

Entrevistado _____

Escolaridade _____

1) Tipo de atividade que desempenha no projeto?

2) Pratica mais alguma atividade fora do projeto?

sim

não

Se sim, qual (is)? _____

3) Tempo de vínculo com o projeto

4) Você participou da elaboração do projeto? (se sim responda a pergunta seguinte de número 6)

Sim

Não

5) Quais as etapas de elaboração do projeto que você participou/participa?

Elaboração da proposta

Implantação

Operação e funcionamento

Avaliação de desempenho

Todas as etapas

Nenhuma etapa

Não sabe

Outro: _____

6) Em relação a sua renda familiar o projeto tem possibilitado alguma alteração?

Não alterou a renda

Elevou a renda em torno de _____

Não sabe

SESSÃO 2: IMPLANTAÇÃO, FUNCIONAMENTO E GESTÃO DO PROJETO

7) Quem originalmente fundou o grupo?

- O governo central
- O governo local
- Um líder local
- Membros da comunidade
- Membros da associação

8) Indique a instância gestora do projeto:

- Prefeitura
- Associação
- Cooperativa
- Movimentos sociais
- Não sabe

Outro: _____

9) Quais foram os objetivos centrais do projeto?

- Redução da pobreza
- Geração de renda
- Fortalecimento da produção local
- Desenvolvimento de novas tecnologias
- Fortalecimento do associativismo
- Fortalecimento da educação no campo
- Fortalecimento das capacidades locais
- Não sabe

Outros: _____

10) Quais ações abaixo foram utilizadas no planejamento do projeto?

- Capacitação/Formação
- Levantamento de informações
- Assistência técnica em produção
- Assessoria em gestão
- Visitas técnicas e intercâmbios
- Acesso a crédito
- Não sabe

Outro: _____

11) Foi realizado estudo de viabilidade econômica do projeto?

- Sim
- Não
- Não sabe

12) Os beneficiários foram suficientemente informados sobre o projeto?

- Sim
- Não
- Não sabe

13) O projeto atende a quais tipos de públicos?

- Agricultores familiares
 - Assentados da reforma agrária
 - Pescadores/ribeirinhos
 - Mulheres
 - Jovens
 - Quilombolas
 - Indígenas
 - Não sabe
- Outro: _____
-

14) Atualmente, estão sendo beneficiados outros públicos além dos que foram previstos no projeto?

- Sim
- Não
- Não sabe

Se sim, qual (is)? _____

15) Quais são as principais dificuldades encontradas atualmente no projeto?

Marcar as alternativas que se aplicam

- Gestão
- Comercialização
- Desenvolvimento de tecnologia
- Custo da matéria-prima
- Custo dos insumos
- Dificuldade de transporte de matéria prima
- Dificuldade de acesso ao local de produção
- Falta de capacitações
- Falta de assistência técnica
- Problemas na produção devido a matéria prima
- Problemas no escoamento da produção
- Dificuldade de comercialização e acesso a mercados
- Divulgação/marketing dos produtos
- Falta de mão de obra qualificada
- Falta de financiamento
- Falta de capital de giro
- Problemas sanitários
- Problemas ambientais
- Dificuldade de relacionamento do grupo
- Não tem dificuldades

Outros: _____

16) Em sua opinião, quais dos elementos a seguir podem auxiliam a sustentabilidade do projeto:

Marcar as alternativas que se aplicam

- Apropriação de novas tecnologias
- Envolvimento de todos os beneficiários na gestão do projeto
- Existência de plano de comercialização
- Acesso a crédito
- Fontes de financiamento permanentes
- Não sabe

Outro: _____

17) Como é garantida a manutenção da estrutura existente?

Marcar as alternativas que se aplicam

- A partir das receitas geradas pelo empreendimento
- Por meio de empréstimos financeiros
- Por meio de cooperativas de crédito
- Por acesso a recursos da prefeitura municipal
- Por acesso a recursos estaduais
- Por acesso a recursos federais
- Não sabe

Outro: _____

18) O projeto está funcionando com que capacidade?

- Ociosa
- Pena capacidade
- Não sabe

19) Você participa das articulações, decisões e ações no que se refere ao funcionamento do projeto?

- Sim
- Não

Por quê?

20) Quando há uma decisão a ser tomada no grupo, geralmente, como isso acontece?

- A decisão é imposta de fora
- O líder decide e informa os outros membros do grupo
- O líder pergunta aos outros membros do grupo o que eles acham e então Decide.
- Os membros do grupo discutem o assunto e decidem em conjunto
- Outros

21) De modo geral, o/a senhor/a diria que a liderança do grupo é...

- Muito efetiva
- Relativamente efetiva
- Não é efetiva

Por quê? _____

22) Para o senhor o projeto possui algum tipo de gestão?

- Sim
- Não

Não sabe

SESSÃO 3: PRODUÇÃO, MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

23) De que forma se dá a aquisição da matéria-prima para a produção do projeto?

- Compra de redes atacadistas
 Compra da produção primária dos associados
 Aquisição de produção própria do projeto
 Outro:
 Qual (is) _____

24) Em relação ao acesso a mercados, o projeto permitiu ao grupo acessar quais mercados adicionais:

Marcar as alternativas que se aplicam

- Municipal
 Territorial
 Estadual
 Nacional
 Internacional
 Institucional/Governamental
 Não sabe
 Não se aplica
 Outro: _____

25) Há equipamentos não utilizados no projeto?

- Sim
 Não
 Não sabe
 Não se aplica

SESSÃO 4: INFLUÊNCIA DO PROJETO NA LOCALIDADE

26) Em sua opinião o projeto melhorou a qualidade de vida na comunidade, após a sua implantação?

- Sim
 Não
 Não sabe

Por que? _____

27) Em sua opinião, quais mudanças na localidade que podem ser atribuídas à implantação do projeto?

- De forma direta:

- Melhoria da infraestrutura da localidade (acesso a água, luz, esgotamento sanitário etc).
 Aumento da produção primária
 Melhoria da qualidade da matéria prima utilizada pelo projeto
 Aumento do nível de organização da comunidade
 Aumento da disponibilidade de alimentos
 Aumento da participação do trabalho para mulheres na geração de renda da família

- Maior envolvimento dos jovens
- Não houve melhoria
- Não sabe
- Outro: _____

- De forma indireta:

- Maior acesso a atividades culturais
- Melhores condições de ensino para a formação escolar
- Maior visibilidade as questões do meio ambiente (preservação ambiental)
- Não houve mudanças
- Não sabe
- Outro: _____

OBRIGADA!

QUESTIONÁRIO 2
(Associados da Associação)

Data: ____/____/____

Município: _____

Entrevistado/a _____

Escolaridade _____

Tipo de atividade que exerce: _____

1) Possui vínculo com:

- Associação
 Projeto
 Os dois

2) Tipo de atividade que desempenha na associação?

3) Pratica alguma atividade fora da associação?

- Sim
 Não

Se sim, qual (is)? _____

4) Tempo de vinculo coma associação?

Data da entrada na associação (mês e ano) _____

5) O/A Senhor/a possui algum vinculo com o projeto da Associação?

- Sim
 Não

Se sim, qual (is)? _____

6) Para o/a senhor/a o projeto favoreceu de alguma forma a Associação

- Sim
 Não

Se sim, de que forma(s) _____

7) Em sua opinião, quais mudanças na localidade que podem ser atribuídas à implantação do projeto?

- De forma direta:

- Melhoria da infraestrutura da localidade (acesso a água, luz, esgotamento sanitário etc).
 Aumento da produção primária
 Melhoria da qualidade da matéria prima utilizada pelo projeto
 Aumento do nível de organização da comunidade
 Aumento da disponibilidade de alimentos
 Aumento da participação do trabalho para mulheres na geração de renda da família

- Maior envolvimento dos jovens
- Não houve melhoria
- Não sabe
- Outro: _____

- De forma indireta:

- Maior acesso a atividades culturais
- Melhores condições de ensino para a formação escolar
- Maior visibilidade as questões do meio ambiente (preservação ambiental)
- Não houve mudanças
- Não sabe
- Outro: _____

8) Em sua opinião o projeto melhorou a qualidade de vida na comunidade, após a sua implantação e funcionamento?

- Sim
- Não
- Não sabe

Se sim ou não, por quê? _____

9) Há equipamentos do projeto utilizados pela associação?

- Sim
- Não
- Não sabe

Qual (is)? _____

Por quê? _____

10) Você participa das articulações, decisões e ações no que se refere ao funcionamento da associação?

- Sim
- Não

Por quê?

11) De modo geral, o/a senhor/a diria que a liderança da associação é...

- Muito efetiva
- Relativamente efetiva
- Não é efetiva

Por quê? _____

12) Como o/a senhor/a vê a gerencia da associação?

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim

Por quê? _____

13) Existe alguma dificuldade na associação?

- Sim
 Não

Se sim, qual(is)? _____

OBRIGADA!

QUESTIONÁRIO 3**(Comunidade local – não sócios)**

Data: ____/____/____

Município: _____

Entrevistado/a _____

Tipo de atividade que exerce: _____

1) O Senhor/a conhece a Associação?

- Sim
 Não

2) Para o/a senhor/a a associação favorece de alguma forma a comunidade?

- Sim
 Não

Por que? _____

3) O/A Senhor/a conhece o projeto de agroindústria da Associação

- Sim
 Não

4) Em sua opinião o projeto melhorou a qualidade de vida na comunidade, após a sua implantação?

- Sim, melhorou
 Não, melhorou
 Não sabe

5) Em sua opinião, quais mudanças na localidade que podem ser atribuídas à implantação do projeto?

- De forma direta:

- Melhoria da infraestrutura da localidade (acesso a água, luz, esgotamento sanitário etc).
 Aumento da produção primária
 Melhoria da qualidade da matéria prima utilizada pelo projeto
 Aumento do nível de organização da comunidade
 Aumento da disponibilidade de alimentos
 Aumento da participação do trabalho para mulheres na geração de renda da família
 Maior envolvimento dos jovens
 Não houve melhoria
 Não sabe
 Outro: _____

- De forma indireta:

- Maior acesso a atividades culturais
 Melhores condições de ensino para a formação escolar

- Maior número de alunos atendidos
- Maior visibilidade as questões do meio ambiente (preservação ambiental)
- Não houve mudanças
- Não sabe
- Não se aplica
- Outro: _____

OBRIGADA!

QUESTIONÁRIO 4
(Liderança local)

Data: ____/____/____

Município: _____

Entrevistado/a _____

Tipo de atividade que exerce: _____

6) O Senhor/a conhece a Associação?

- Sim
 Não

7) Para o/a senhor/a a associação favorece de alguma forma a comunidade?

- Sim
 Não

Por que? _____

8) O/A Senhor/a conhece o projeto de agroindústria da Associação Comunitária do Escovão?

- Sim
 Não

9) Em sua opinião o projeto melhorou a qualidade de vida na comunidade, após a sua implantação?

- Sim, melhorou
 Não, melhorou
 Não sabe
 Não se aplica

10) O/A Senhor/a dá o apoio pela sua organização ao:

- Associação
 Projeto
 Ambos
 Não é dado

Por quê?

11) De que forma é dado esse apoio ao:

Associação?

- Financeiro
- Humano
- Material
- Técnico

Outro (s), especifique:

Projeto?

- Financeiro
- Humano
- Material
- Técnico

Outro (s), especifique:

Ambos?

- Financeiro
- Humano
- Material
- Técnico

Outro (s), especifique:

OBRIGADA!

APENDICE – B
FORMULÁRIO
(Direção da agroindústria)

SESSÃO 1: Identificação

Data: ____/____/____

Município: _____

Tipo de agroindústria: _____

Entrevistado _____

1) Possui vínculo com:

- Associação
 Projeto
 Os dois

2) Tipo de atividade que desempenha na associação e/ou projeto?

3) Pratica mais alguma atividade fora do projeto/associação?

- Sim
 Não

4) Se sim, qual (is)? _____

5) Tempo de vínculo com a associação/projeto

- Entre 0 a 1 anos
 Entre 1 a 2 anos
 Entre 2 a 3 anos
 De 3 a mais anos

SESSÃO 2: indicadores do capital social da associação

1. Participação da comunidade na associação

- a) Número de Associados da Associação _____
b) Número de Membros do projeto _____
c) Número de membros da associação que integram o projeto _____
d) N° Pop. Total da comunidade _____
e) N° de famílias membros da associação _____
f) N° de famílias da comunidade _____

2. Participação da Associação no Município

- a) N° de membros da Associação candidatos a vereador _____
b) N° de membros da Associação eleitos a vereador _____
c) Participação Efetiva dos Associados na Associação _____

- d) Sócios adimplentes em 2012 _____
- e) Percentagens de sócios adimplentes em 2012 _____
- f) Percentagem de sócios adimplentes no ano da fundação _____

3) Participação nas votações

- a) Percentagem de sócios que votaram na ultima eleição da diretoria _____
- b) Percentagem de sócios que votaram na 1º eleição da diretoria _____
- c) N° de sócios que votaram na ultima eleição da diretoria _____

4) Renovação na diretoria

- a) N° de sóc. permanentes na 2º _____ e, na atual diretoria _____
- b) Total de cargos da diretoria _____
- c) N° de sóc. permanentes na penúltima _____ e, na atual diretoria _____
- d) Total de cargos da diretoria _____

5) Realização de Assembleias

- a) N° de assembleias realizadas em 2012 _____
- b) N° de assembleias realizadas em 2011 _____

6) Presença nas Assembleias

- a) Presença média de filiados assem. Ordinárias em 2012 _____
- b) Total de filiados em 2012 _____

SESSÃO 3: Indicadores da gestão do projeto pela associação na perspectiva do capital social

- 1) Membros da diretoria do projeto que também são membros da diretoria da associação
- 2) Gerencia de projeto e participação em cargos na associação _____
- 3) Ocorrência de treinamento de pessoas da associação em decorrência do projeto
 - Sim
 - Não
 - Não sabe
- 4) Escolhas de membros da associação para participar do projeto em plenária da associação
 - Sim
 - Não
 - Não sabe
- 5) Disponibilidade e fornecimento de matéria prima do projeto

- 6) Interação cooperativa entre associação e projeto (uso de equipamentos, máquinas, veículos, etc.).
 - Sim
 - Não
 - Não sabe

7) Mobilização da gerência do projeto com o apoio da diretoria da associação para obtenção de capital de giro para o projeto:

- Sim
 Não
 Não sabe

8) Expectativa do projeto por parte dos membros associados

- Otimista
 Regular,
 Pessimista

Por que?

SESSÃO 4: Indicadores de evolução do projeto

a) Capacidade de produção no local antes e depois do projeto?

b) Patrimônio da agroindústria no ano de fundação e após sua fundação ?

c) N° de clientes atendidos pelo projeto_____

d) Distribuição local da produção no ano de fundação do projeto e no ano atual

APÊNDICE-C
Imagens internas da Associação São Severino do Ramos



Figura 1: Cozinha



Figura 2: Cozinha



Figura 3: Cozinha



Figura 4: Sala de seleção da matéria prima



Figura 5: Sala de recepção da matéria prima



Figura 6: demonstração do lacre da conserva com secador de cabelo.

APÊNDICE D-
Imagens Internas da Associação Comunitária do Escovão



Figura 1: Recepção



Figura 2: Salão de recepção da matéria prima



Figura3: sala de seleção e preparação da castanha e doces

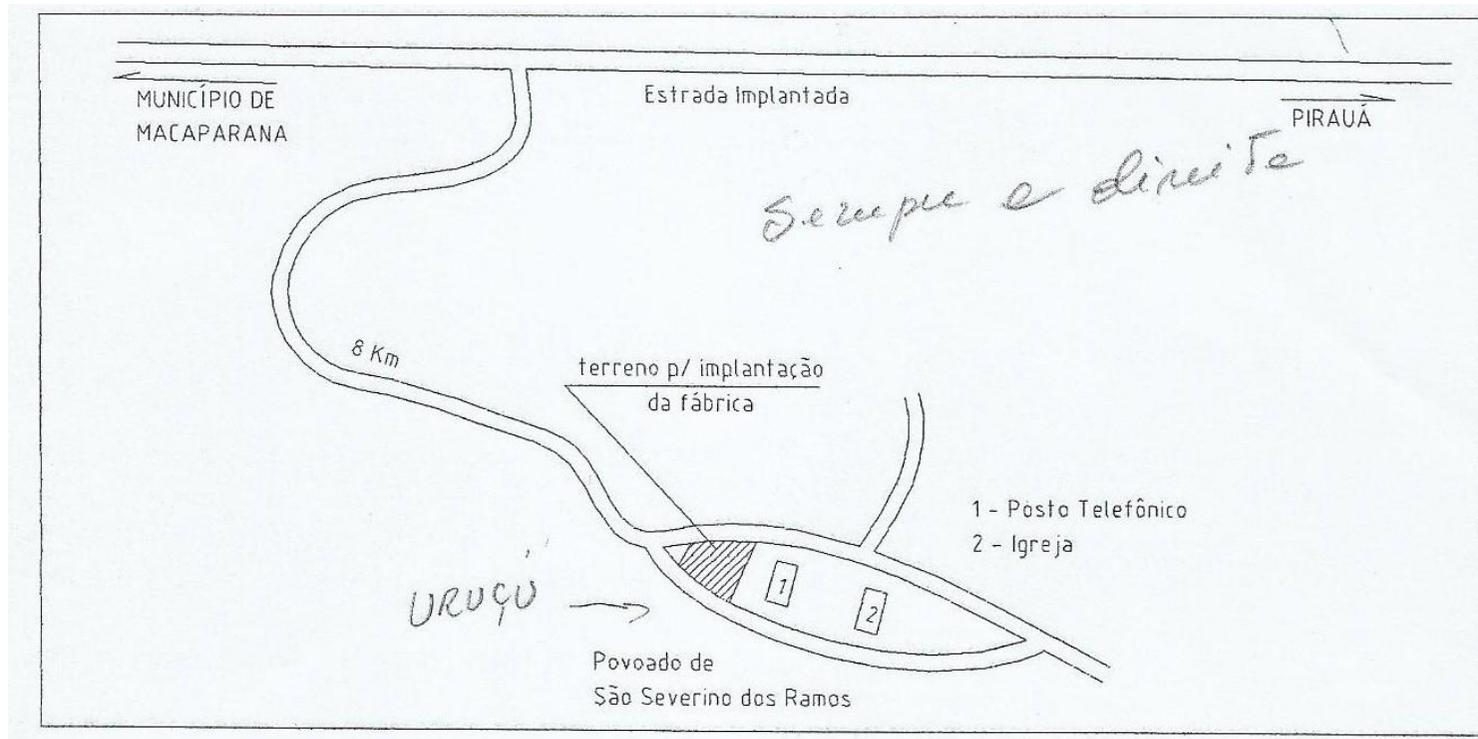


Figura4: Sala de pesagem e lavagem de material

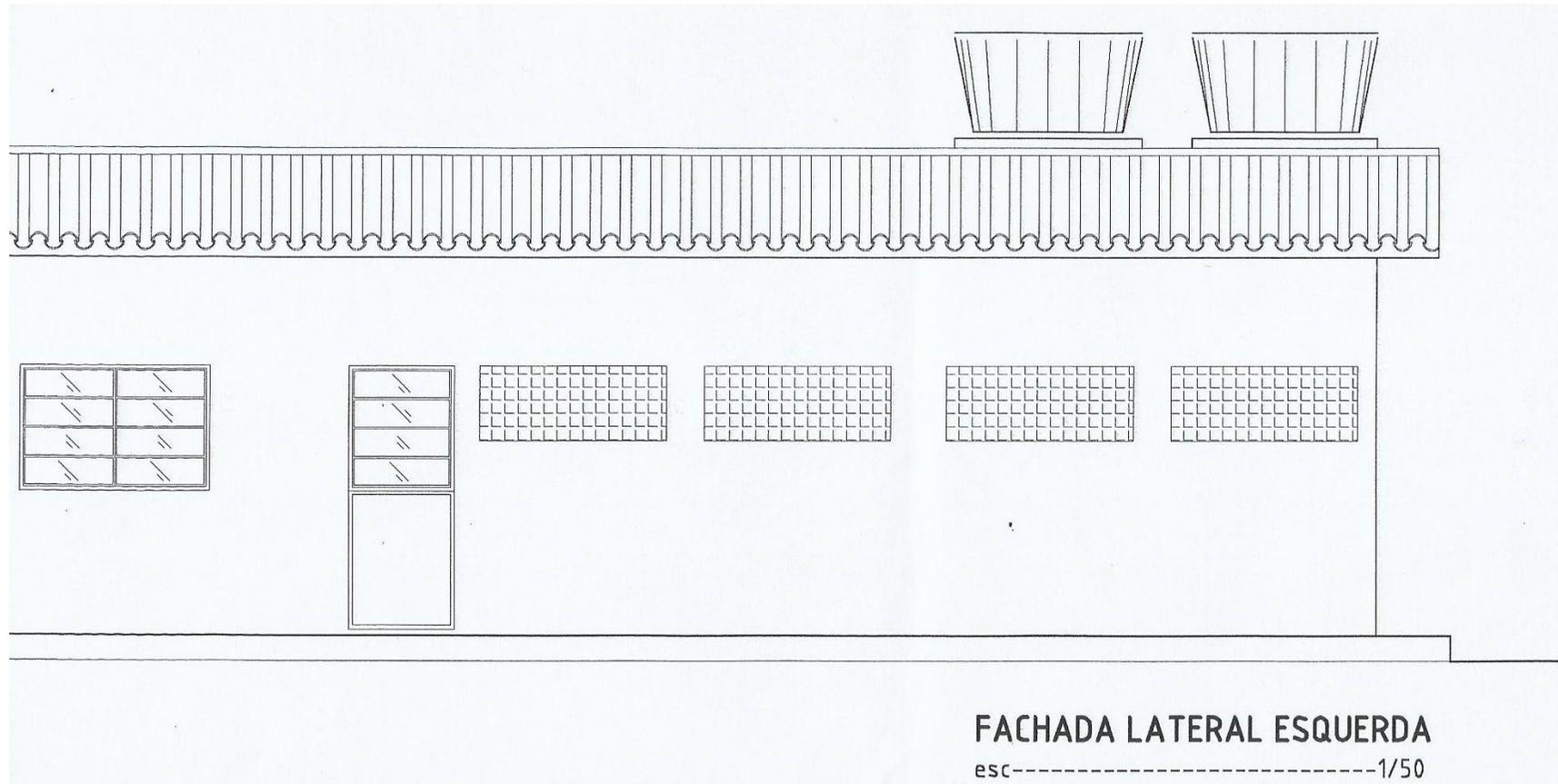


Figura 5: estufa

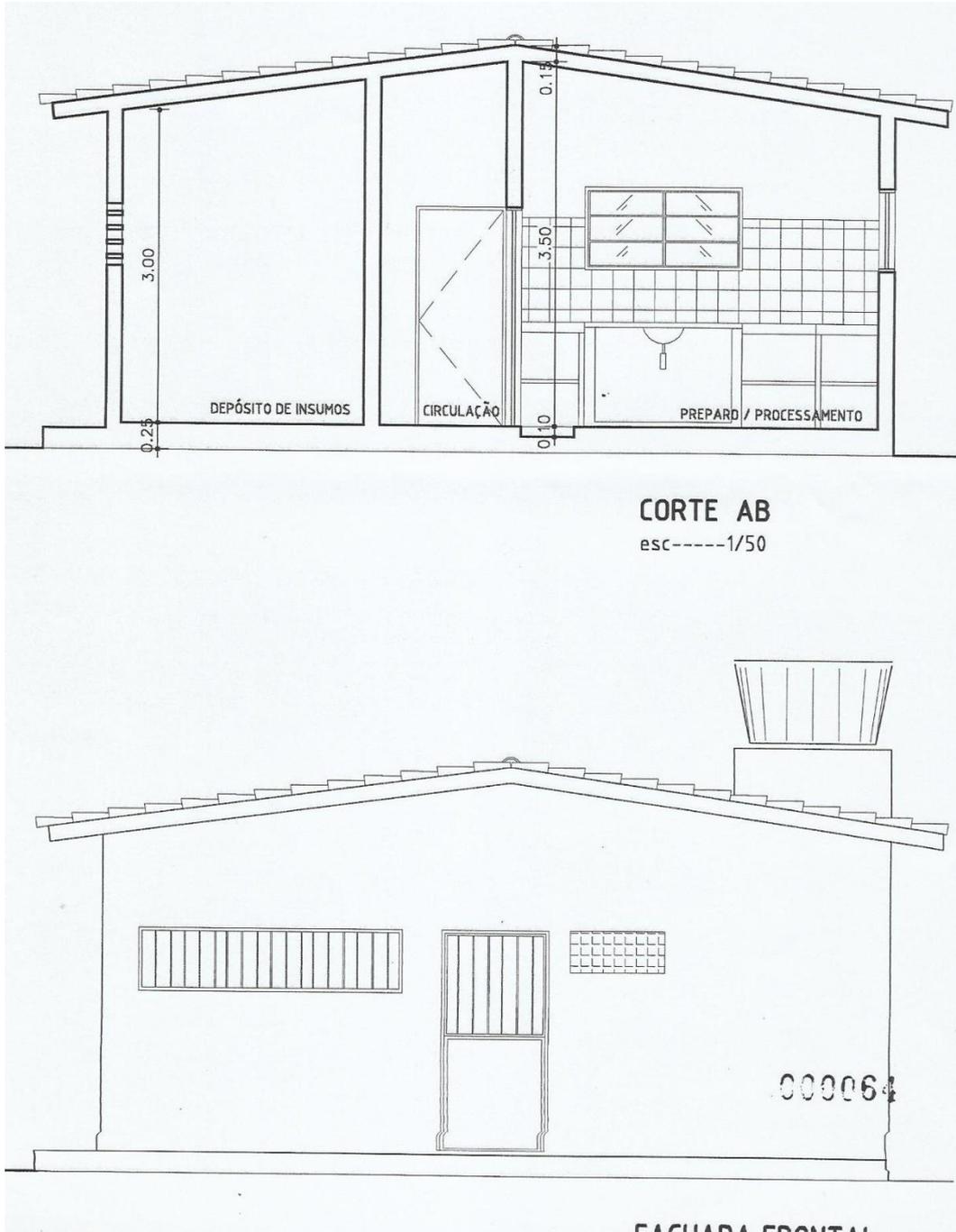
ANEXO-A
Roteiro/Croqui de acesso a Associação São Severino dos Ramos



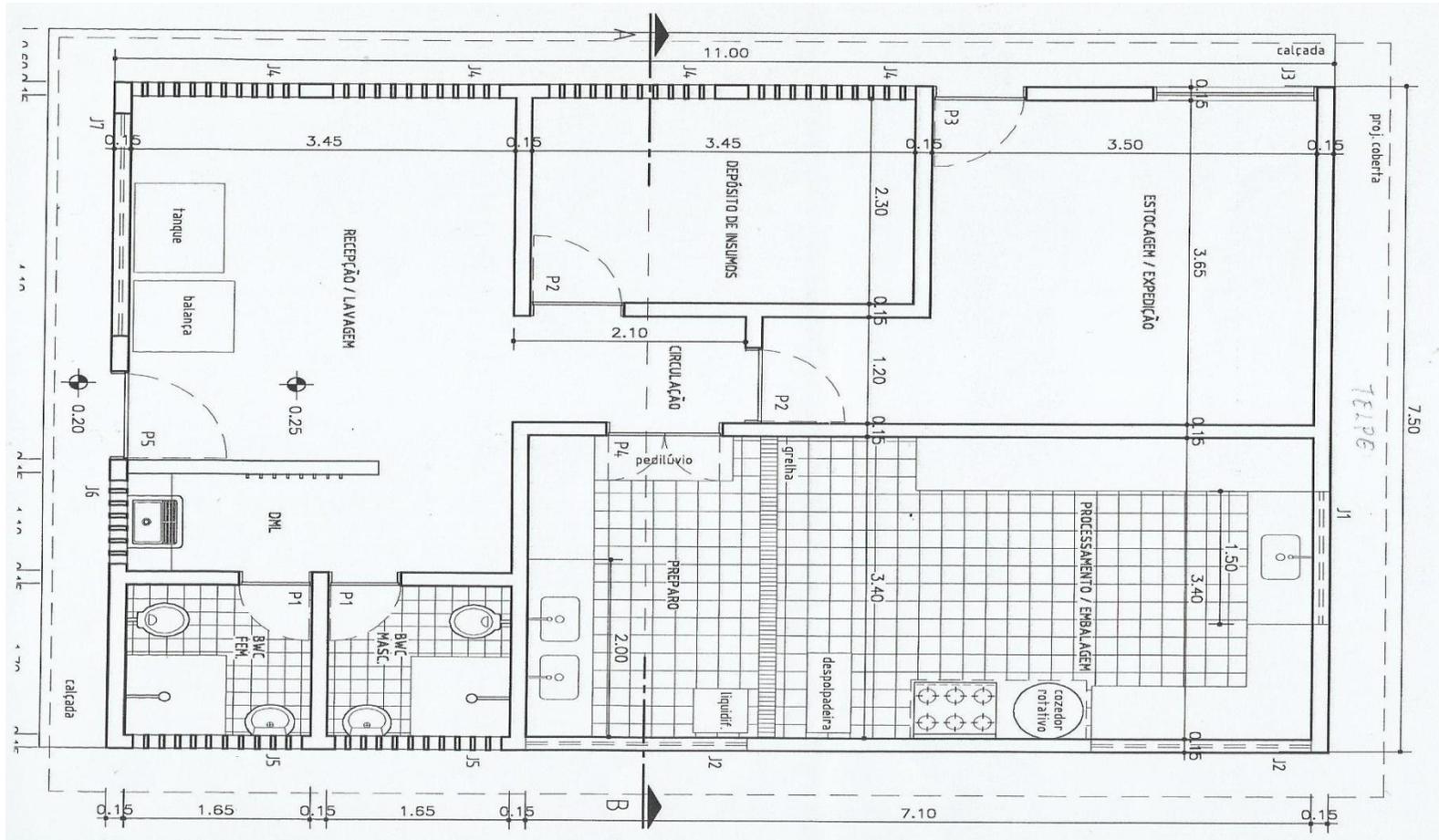
ANEXO – B
Fachada da Associação São Severino dos Ramos



ANEXO – C
Fachada da Associação São Severino dos Ramos



ANEXO - D
Planta Baixa da Associação São Severino



ANEXO – E
Fotos da construção da Agroindústria da Associação São Severino dos Ramos



Foto 1 – Início da limpeza do terreno destinado a construção da unidade fabril



Foto 2- Preparação do lanche para as pessoas que participaram do mutirão



Foto 3 – Limpeza do terreno em regime de mutirão

ANEXO-F

Roteiro/Croqui de acesso à Associação Comunitária do Escovão

